



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO JOSÉ AUGUSTO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

*“O planejamento de longo prazo
não lida com decisões futuras,
mas com o futuro de decisões presentes”*

Peter Drucker

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

R585 Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa.

Relatório de Gestão : 2021. - 3. ed. - Natal : Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 2022.

176 p.: il.

ISBN 978-65-99300-92-9

1.Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa - Relatório (2021). I. Título.

CDU: 342.53"2021"(813.2)(055)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MESA DIRETORA

Dep. Ezequiel Ferreira (PSDB)
PRESIDENTE

Dep. Galeno Torquato (PSDB)
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Dep. Coronel Azevedo (PL)
SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Dep. George Soares (PV)
PRIMEIRO SECRETÁRIO

Dep. Gustavo Carvalho (PSDB)
SEGUNDO SECRETÁRIO

Dep. Kleber Rodrigues (PSDB)
TERCEIRO SECRETÁRIO

Dep. Francisco do PT (PT)
QUARTO SECRETÁRIO

62ª LEGISLATURA

Dep. Albert Dickson – PSDB
Dep. Coronel Azevedo – PL
Dep. Cristiane Dantas – Solidariedade
Dep. Dr. Bernardo – PSDB
Dep. Eudiane Macedo – PV
Dep. Ezequiel Ferreira – PSDB
Dep. Francisco do PT – PT
Dep. Galeno Torquato – PSDB
Dep. George Soares – PV
Dep. Getúlio Rêgo – PSDB
Dep. Gustavo Carvalho – PSDB
Dep. Hermano Morais – PV

Dep. Isolda Dantas – PT
Dep. Jacó Jácome – PSD
Dep. José Dias – PSDB
Dep. Kelps Lima – Solidariedade
Dep. Kleber Rodrigues – PSDB
Dep. Nelter Queiroz – PSDB
Dep. Raimundo Fernandes – PSDB
Dep. Souza Neto – PSB
Dep. Subtenente Eliabe – Solidariedade
Dep. Tomba Farias – PSDB
Dep. Ubaldo Fernandes – PSDB
Dep. Vivaldo Costa – PV



Palavra do Presidente

Vivemos um período caracterizado por dúvidas e incertezas que contaminaram todo o mundo. Não foi diferente em 2021, que não somente impôs à sociedade grandes esforços como também instou a Assembleia Legislativa a uma atuação mais célere, proativa e propositiva para fazer frente à crise de saúde e econômica que se instalou no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Norte.

A tarefa mostrou-se árdua, mas encontrou a Assembleia Legislativa preparada para reagir à complexa conjuntura. Na seara institucional, várias foram as proposições apresentadas e aprovadas. Apesar do contexto de adversidades, tivemos um ano de atuação profícua. A prova disso é que o Parlamento Estadual superou a produção legislativa e registrou o maior número de leis sancionadas nos últimos 20 anos.

Esta Casa, com uma produção legislativa tão pujante, não poderia deixar de cuidar da sua gestão administrativa, muito menos da sua relação com a sociedade, prestando bons serviços e qualificando nosso atendimento.

Nesse sentido, obtivemos algumas conquistas de reconhecimento nacional e obtivemos êxito em diversas ações e campanhas. A Escola da Assembleia foi premiada pela União dos Vereadores do Brasil com a Medalha Mérito em Educação, por meio de seu projeto “Conexão Parlamento”, que leva cursos de capacitação por todo o Rio Grande do Norte. Vencemos, pela segunda vez consecutiva, o Prêmio UNALE em Gestão Legislativa, com o Projeto “e-Legis”. Esse prêmio, além do reconhecimento de que fazemos um trabalho de excelência, oportunizou, a partir da expertise do parlamento potiguar, a assinatura de convênio com outras Assembleias, resultando em economicidade para o Poder Público.

Diante desse processo de superar as adversidades, especialmente a pandemia instalada, estabelecemos um canal direto com os municípios. A ação facilitou o encaminhamento da documentação necessária relacionada às solicitações de decretação de calamidade pública em razão da pandemia. Internamente, continuamos a cuidar dos/das deputados/deputadas estaduais, dos servidores/servidoras, e dos colaboradores/colaboradoras terceirizados ao manter os protocolos de saúde já adotados e implementar novos, como de saúde mental que garante apoio psicológico durante a pandemia.

São nossos objetivos: o aumento da eficiência e da racionalidade no uso de recursos públicos; a melhoria contínua dos processos de trabalho; a valorização das pessoas e de suas competências; o fortalecimento da transparência e da comunicação; e a preservação da memória da Assembleia, que foi mantida com as visitas virtuais ao Memorial da Casa.

Tudo isso sem deixar de medirmos esforços para a regularização do Palácio José Augusto, conquistando o respectivo título de propriedade, demanda que remanesca desde a sua inauguração em 1983 e que proporcionou segurança jurídica ao patrimônio legislativo estadual. Destaque para a readequação e modernização da estrutura física da Casa, além das tratativas para as aquisições de três imóveis, a fim de aperfeiçoar o projeto

original, que trata do Solar Tavares de Lyra e do Anexo Administrativo, adquirido, em 2017, da Arquidiocese de Natal com a finalidade de restaurá-lo para funcionar como sede do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar.

Quanto ao aspecto de organização, atualizamos o texto da Constituição Estadual e o publicamos em formato de livro impresso e digital. O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte também foi atualizado. Ambos foram disponibilizados no Portal da ALERN, o que facilita o acesso às demais leis.

Ainda nesta seara, um novo Regimento Interno foi elaborado, e estamos fazendo o acompanhamento dos indicadores do Planejamento Estratégico no “Horizonte 2023” e do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas.

No âmbito da comunicação e aproximação com a sociedade, o Novo Portal garante acesso à legislação pelo telefone celular. O Legis, nosso garoto-propaganda, mascote do Poder Legislativo, apresenta à população as informações da Assembleia Legislativa e a atuação parlamentar. Adotamos o modelo híbrido de Audiências Públicas e de Sessões, e demos ampla divulgação às atividades da Casa por meio da TV Assembleia.

Diante disso, este Relatório trata do nosso compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos; com a qualidade de vida dos colaboradores; com a igualdade; com a livre disseminação de ideias; com a transparência; com a responsabilidade na utilização dos recursos públicos; com a acessibilidade; com a comunidade. Enfim, é um balanço de nossas ações rotineiras e uma divulgação de nossas conquistas de gestão que se fazem notar a partir de todas as ações.

Ezequiel Ferreira

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte



Sumário

Contexto Organizacional	11
Visão Geral da Instituição	12
Planejamento Estratégico 2020-2023	17
Resultados da Gestão	33
Palavra do Diretor-Geral	34
Destques da Gestão	37
Resultados das Unidades Administrativas	43
Presidência	43
Ouvidoria	57
Controladoria	58
Procuradoria-Geral	60
Diretoria-Geral	68
Diretoria Legislativa	80
Áreas Específicas de Gestão	85
Gestão de Pessoas	86
Gestão de Capacitações e Qualificações	96
Gestão de Saúde e Bem-Estar	100
Gestão de Tecnologia da Informação	107
Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico	120
Gestão de Compras e Patrimônio	131
Gestão de Remuneração e Benefícios	145
Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal	148
Relacionamento com a Sociedade	159
Sustentabilidade Ambiental	170

01

» CONTEXTO
ORGANIZACIONAL



Visão Geral da Instituição

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN), regida por princípios constitucionais, tem como missão institucional representar a sociedade norte-rio-grandense, legislar em sua defesa e fiscalizar os atos dos demais Poderes.

Na forma do art. 33-A da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, a Casa Legislativa conta com os seguintes órgãos: Plenário, Mesa, Colégio de Líderes, Comissões, Gabinetes Parlamentares, outros órgãos instituídos em Resolução, e ainda – como órgão técnico sem participação parlamentar – Procuradoria-Geral. Imbuídos desse mister constitucional, o Parlamento Potiguar é composto por 24 deputados/deputadas estaduais, atualmente integrantes da 62ª legislatura.

A Mesa, eleita pelos parlamentares, é composta pela Presidência – Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente – e pela Secretaria, constituída por 4 Secretários. Esse procedimento ocorre a cada 2 anos e é um dos momentos relevantes do Parlamento, porque é ela a responsável pela direção dos trabalhos legislativos e pelos serviços administrativos da Casa, conforme consta do Regimento Interno.

Conforme a Lei número 10.261, de 27 de outubro de 2017, os Gabinetes Parlamentares e os Escritórios de Apoio Parlamentar prestam ao deputado/deputada estadual o assessoramento no que tange às pautas administrativas, políticas e parlamentares do seu mandato.

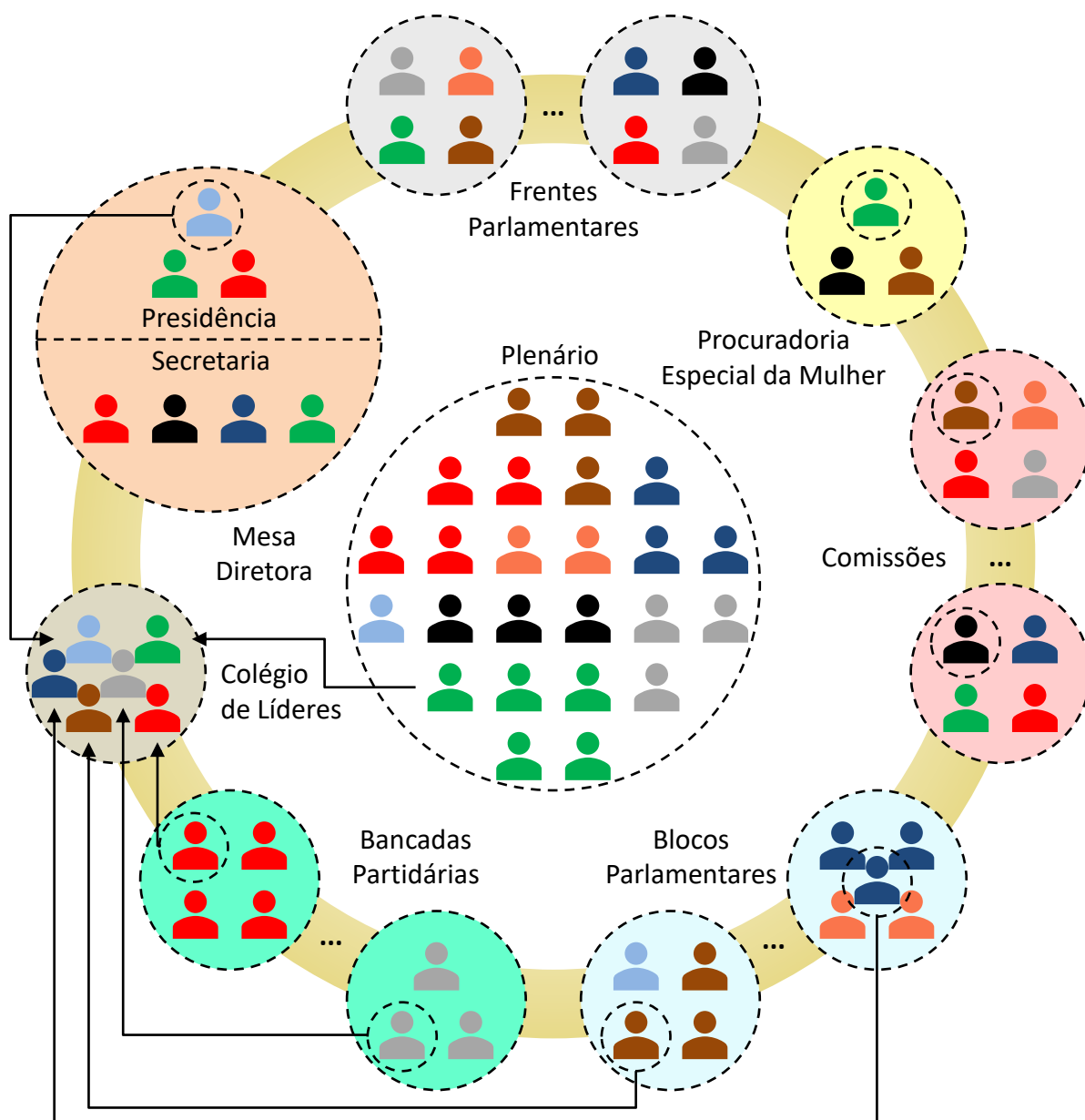
As ações dos parlamentares estão vinculadas às sessões ordinárias, extraordinárias e solenes. Nessas sessões, os/as deputados/deputadas estaduais fazem o uso da palavra para posicionar-se acerca das temáticas discutidas, apresentam proposições, que podem ser de sua autoria ou não, comemoram eventos relevantes, homenageiam pessoas e instituições e votam projetos relevantes que irão influenciar o cotidiano da população potiguar, e contam com equipe de assessoramento parlamentar.

O Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa é um órgão interno que é composto pelos líderes das Bancadas Partidárias que irão atuar como intermediários junto aos outros órgãos da Casa. Vale ressaltar que as Bancadas Partidárias são agrupamentos de parlamentares de uma mesma legenda partidária em uma legislatura. Também constituem as Bancadas os Blocos Parlamentares, que são representações de partidos, que se unem sob Liderança comum.

As Frentes Parlamentares são exemplos de outros agrupamentos relevantes da ALERN que foram incluídos pelo Regimento Interno da Casa Legislativa. Os parlamentares se associam às Frentes Parlamentares com o intuito de debater temas específicos, que são de interesse da sociedade e que não estão no âmbito de discussão das Comissões Parlamentares.



Organização da Atividade Parlamentar



A ALERN também abrange a estrutura necessária para o apoio do mandato dos parlamentares e para seu funcionamento. Essa estrutura encontra-se vinculada à Mesa, sendo composta por mais de 50 unidades e corpo técnico-administrativo necessário para o desenvolvimento dos trabalhos.

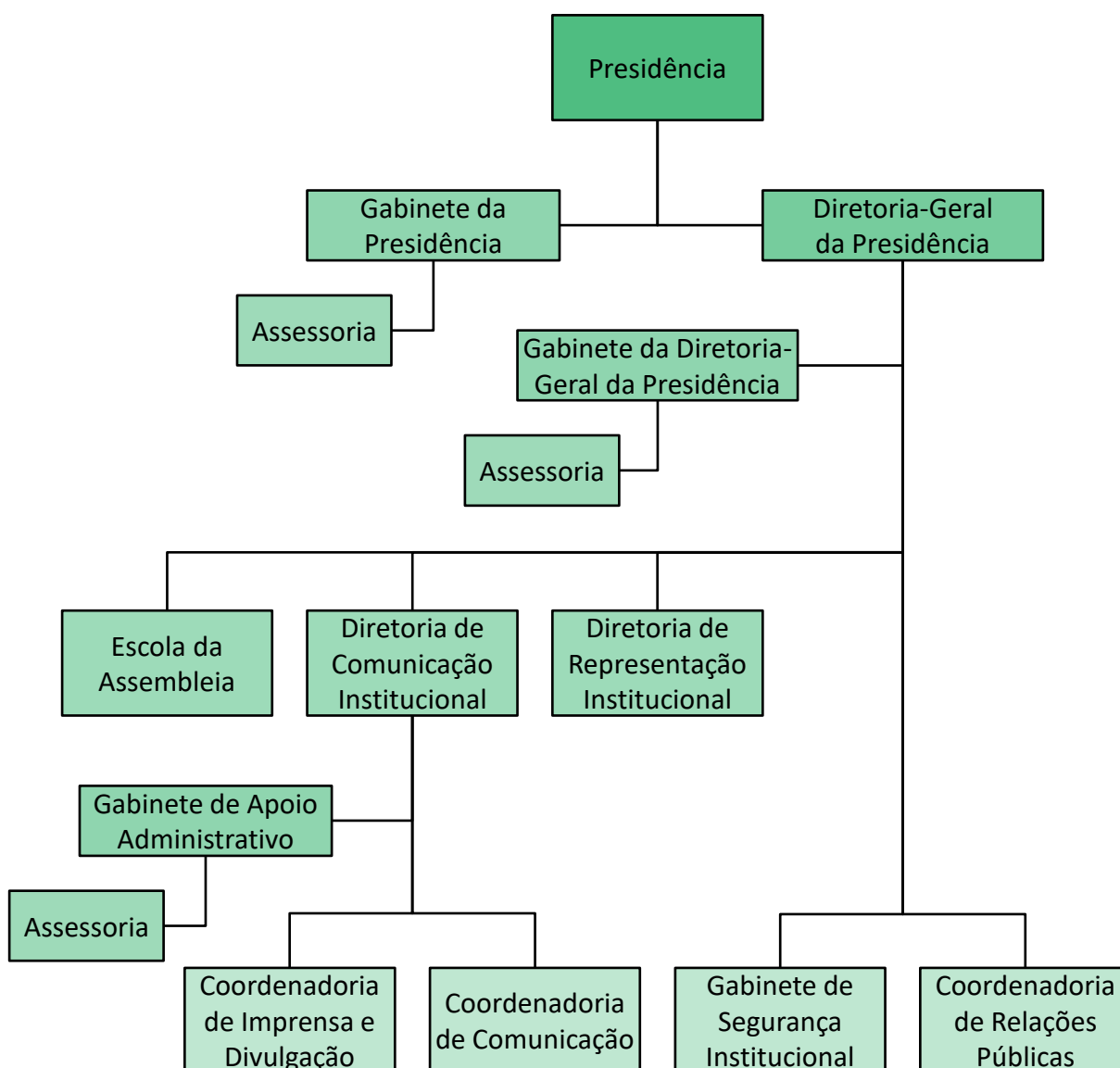
As atribuições desses servidores estão relacionadas a áreas específicas que possibilitam à ALERN alcançar seus objetivos no que se refere à prestação de serviços à população com qualidade e eficiência. Esses objetivos são logrados a partir de capacitações e qualificações, em um ambiente apropriado com zelo e transparência administrativa. Ademais, investe-se continuamente no aperfeiçoamento dos processos de trabalho e na melhoria de sua atuação com a implantação de ferramentas que tornam mais célere o desenvolvimento das ações na área legislativa.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Dessa forma, para que a sociedade, de modo especial, possa complementar a visão geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte exposta até aqui, apresenta-se, a seguir, a sua estrutura organizacional, definida pela Resolução n.º 090/2017 e atualizada pelas Resoluções n.ºs 100/2018, 109/2018, 12/2019, 13/2019 e 14/2019. Inicialmente, exibe-se a **Estrutura Organizacional da Presidência**. Em sequência, é apresentada a **Estrutura Organizacional da ALERN**, a qual inclui a Alta Administração, sendo detalhado até o nível hierárquico das coordenadorias.

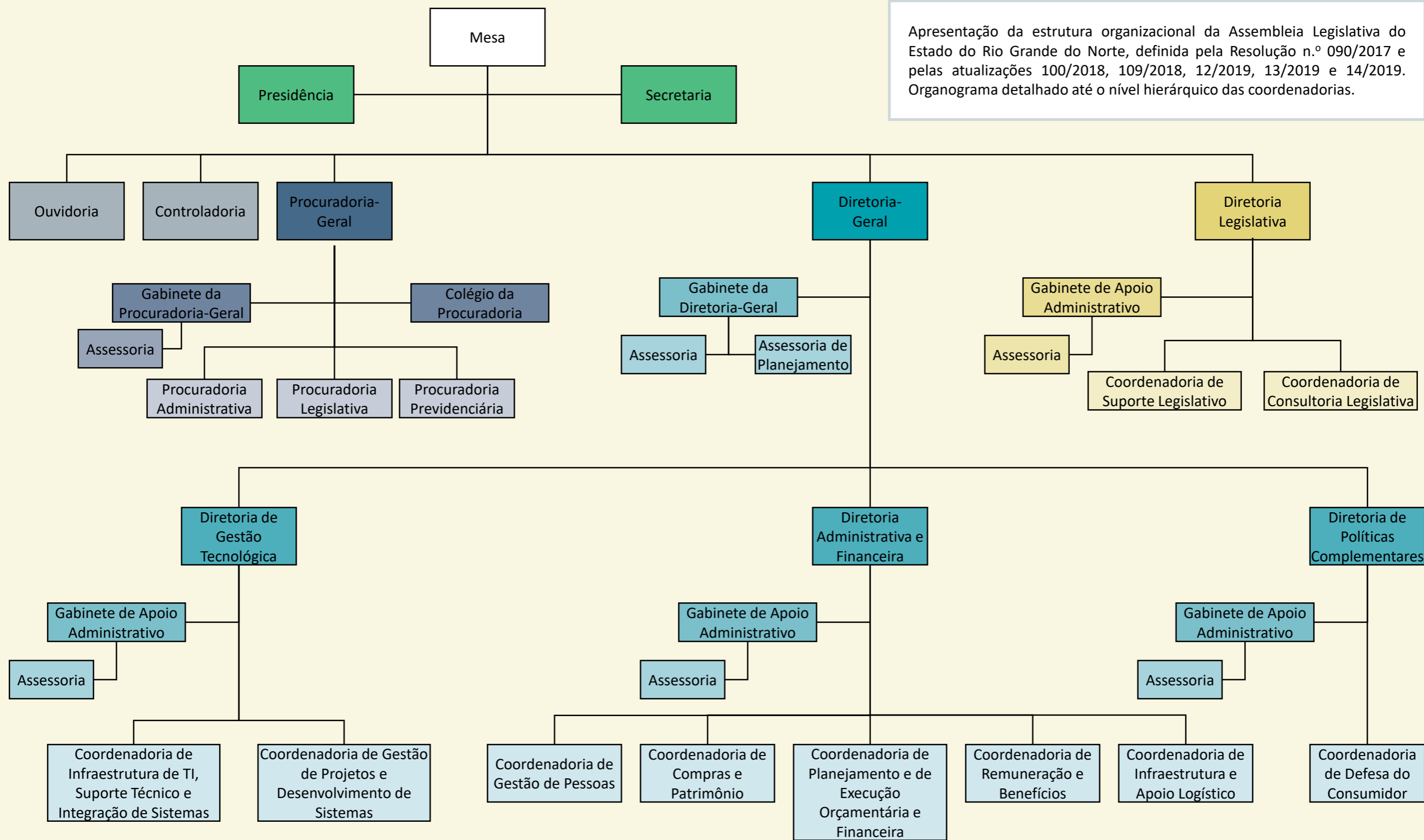
Posteriormente, apresenta-se também o Monitoramento do Ano 2020 do Planejamento Estratégico, que norteia as ações da ALERN do quadriênio 2020-2023.

Estrutura organizacional da Presidência



Estrutura Organizacional da ALERN

Apresentação da estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, definida pela Resolução n.º 090/2017 e pelas atualizações 100/2018, 109/2018, 12/2019, 13/2019 e 14/2019. Organograma detalhado até o nível hierárquico das coordenadorias.

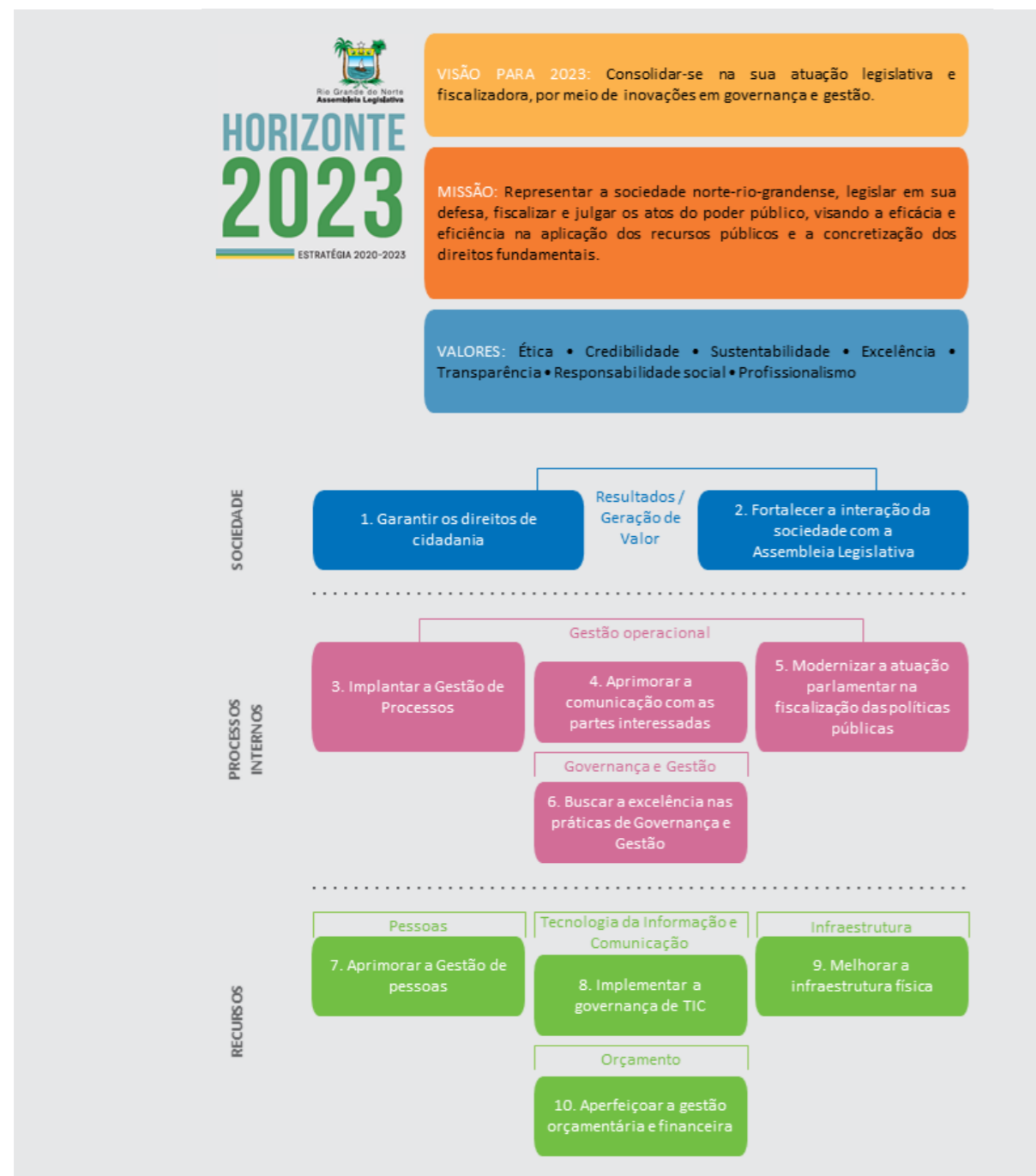




Planejamento Estratégico 2020-2023

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Ato da Mesa n.º 2.782/2019, instituiu o Plano Estratégico para o quadriênio 2020-2023, denominado “Horizonte 2023”, baseado em práticas de governança e gestão preconizadas pelos órgãos de controle externo.

Mapa Estratégico



Buscando cumprir sua missão e alcançar a visão para 2023, pautada nos atributos de valor para o quadriênio, conforme exposto no Mapa Estratégico, a ALERN estabeleceu dez macrodesafios, os quais podem ser entendidos como objetivos estratégicos. Esses objetivos foram distribuídos nas dimensões “Sociedade”, “Processos Internos” e “Recursos”.

Para monitorar e identificar se os macrodesafios foram atingidos por meio de critérios objetivos, assim como sinalizar a necessidade de ações corretivas, propiciar a transparência na divulgação dos resultados e garantir a eficácia na comunicação, foi estabelecido um conjunto de indicadores que são acompanhados periodicamente.

Além dos indicadores, foram estabelecidas também iniciativas estratégicas de curto, médio e longo prazo que contribuem para a consecução dos objetivos delineados. Essas iniciativas consistem em ações, projetos e programas.

Em 2021, visando, sobretudo, gerar maior interatividade entre os servidores e especialmente tornar mais transparente a gestão pública, foi ativado o canal de comunicação da Governança e Gestão desta Casa Legislativa na intranet, resultado da parceria entre a Assessoria de Planejamento e a Diretoria de Gestão Tecnológica.

No ano de 2021, foi dada continuidade à execução do Plano, seguindo as fases de monitoramento, avaliação e revisão, regulamentado pelo Ato da Mesa n.º 1285/2020.

No decorrer do ano, foi realizada pela Assessoria de Planejamento a Reunião da Análise da Estratégia junto ao Comitê de Governança da ALERN. Na ocasião, foram apresentados e analisados dados e informações sobre o desempenho de objetivos, programas, projetos e processos de trabalho, bem como o resultado do monitoramento e avaliação da estratégia por meio dos indicadores, visando à sua melhoria contínua. Problemas e dificuldades evidenciados também foram tratados, com vistas ao realinhamento das atividades.

O Comitê decidiu pela revisão do Plano, em razão da necessidade de redefinição dos indicadores. Desse modo, foram ofertados cursos de capacitação para servidores direcionados a este propósito, quais sejam: - Planejamento Estratégico e Gestão da Estratégia para Organização Pública; - Formulação e Gestão de Indicadores de Desempenho; - Gestão de Riscos e Processo de Trabalho.

O aprendizado dos cursos resultou na criação de novos indicadores e avaliação de permanência de outros. A partir daí, a Assessoria de Planejamento coordenou reuniões com as unidades, visando à orientação e apoio na redefinição desses indicadores. Logo após, foi validado pelo Comitê de Governança, por meio da Reunião de Análise da Estratégia.

No quadro a seguir, são apresentados os indicadores previstos inicialmente no Plano Estratégico “Horizonte 2023”, assim como os indicadores aprovados, buscando trazer ao Plano maior efetividade ao macrodesafio estabelecido. Ressalte-se que alguns indicadores iniciais não sofreram alterações, em virtude de já estarem devidamente alinhados com o macrodesafio estabelecido.

Macrodesafio 1 – Garantir os direitos da cidadania

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
- Pessoas Beneficiadas pelo Programa “Assembleia e Você”; - Campanhas Educacionais de Saúde e Bem-estar; e - Pessoas Atendidas na Área de Saúde e Assistência Social.	- Percentual de satisfação do usuário do Programa “Assembleia e Você”; - Campanhas Educacionais de Saúde e Bem-estar; e - Pessoas Atendidas na Área de Saúde e Assistência Social.

Macrodesafio 2 – Fortalecer a integração da sociedade com a Assembleia Legislativa

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
- Índice de Audiência Pública; e - Índice de Produção Legislativa.	- Índice de Audiência Pública com Resolutividade; e - Índice de Produção Legislativa.

Macrodesafio 3 – Implantar a Gestão de Processos

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
- Índice de Modelagem de Processo.	- Índice de Modelagem de Processo.

Macrodesafio 4 – Aprimorar a comunicação com as partes interessadas

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
- Índice de Comunicação.	- Taxa de Eficiência da Comunicação.

Macrodesafio 5 – Modernizar a atuação parlamentar na fiscalização das políticas públicas

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
- Índice de Execução de Emendas parlamentares; e - Índice publicação de leis estaduais e demais normativos (IPL).	- Índice de Execução do Plano de Fiscalização.

Macrodesafio 6 – Buscar excelência nas práticas de Governança e Gestão

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
- Índice de Governança Institucional.	- Índice de Governança Institucional.

Macrodesafio 7 – Aprimorar a Gestão de Pessoas

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Governança de Pessoas; - Índice de Pessoas capacitadas; - Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho; - Taxa de Investimento em Capacitação; - Concurso Público; e - Ações de Qualidade de Vida no Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de Execução do Plano de Gestão de Pessoas; - Taxa de Investimento em Capacitação; - Índice de Pessoas Capacitadas; - Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho; e - Concurso Público.

Macrodesafio 8 – Implementar a Governança de TIC

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Governança de TIC; e - Índice de Modernização Tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Governança de TIC.

Macrodesafio 9 – Melhorar a infraestrutura física

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Reforma e Ampliação da Escola da Assembleia; e - Índice de Construção do Anexo; - Índice de Reforma da Sede; - Índice de Reforma das Unidades Administrativas; - Índice de Construção do Memorial; - Índice de Aquisição de Imóvel; - Índice de Solução de Demandas; e - Índice de Reparelhamento das Unidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de execução do Plano de Infraestrutura da ALERN; e - Índice de satisfação do usuário da ALERN.

Macrodesafio 10 – Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

Indicadores previstos	Indicadores atualizados
<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Gestão das Contratações; e - Índice de Aderência ao Plano de Contratações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Gestão das Contratações; e - Índice de Aderência ao Plano de Contratações.

A seguir são apresentados os resultados dos indicadores previstos, visto que o exercício do ano de 2021 já estava em andamento.





Dimensão 1: Sociedade

Abrange os resultados pretendidos pela estratégia.

Macrodesafio 1: Garantir os direitos de cidadania

Contribuição para o desenvolvimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão como ator protagonista da sociedade, por meio de ações educacionais, além do acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, jurídica, e das atividades socioculturais, esportivas e recreativas, e ao acervo documental que mantém viva a memória institucional.

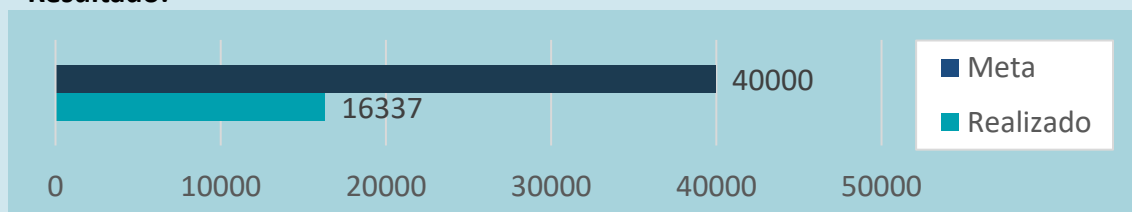
Indicador:

Pessoas beneficiadas pelo Programa “Assembleia e Você”

Unidade Responsável:

Diretoria de Políticas Complementares

Resultado:



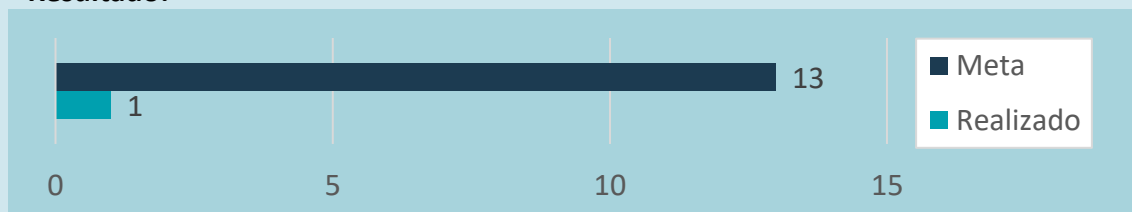
Indicador:

Campanhas educacionais de saúde e bem-estar

Unidade Responsável:

Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar

Resultado:



Macrodesafio 1: Garantir os direitos de cidadania

Contribuição para o desenvolvimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão como ator protagonista da sociedade, por meio de ações educacionais, além do acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, jurídica, e das atividades socioculturais, esportivas e recreativas, e ao acervo documental que mantém viva a memória institucional.

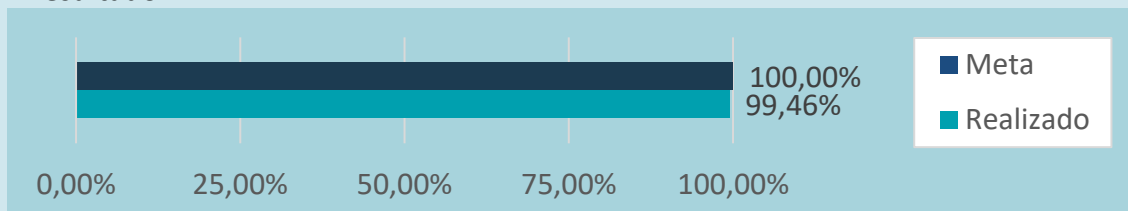
Indicador:

Percentual de Satisfação do Usuário do Programa “Assembleia e Você”

Unidade Responsável:

Diretoria de Políticas Complementares

Resultado:



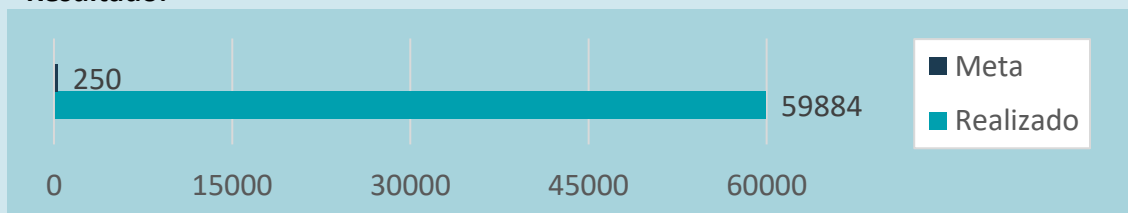
Indicador:

Pessoas Atendidas na Área de Saúde e Assistência

Unidade Responsável:

Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar

Resultado:



Macrodesafio 2: Fortalecer a integração da sociedade com a Assembleia Legislativa

Incentivo à participação e acesso da sociedade nos debates de temas relevantes e/ou projetos de leis em tramitação na Casa Legislativa, aprimoramento do canal de interlocução direta com o cidadão, edição e atualização periódica da Carta de Serviços ao Cidadão, bem como o aperfeiçoamento dos serviços prestados via Internet (padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade aplicáveis à organização).

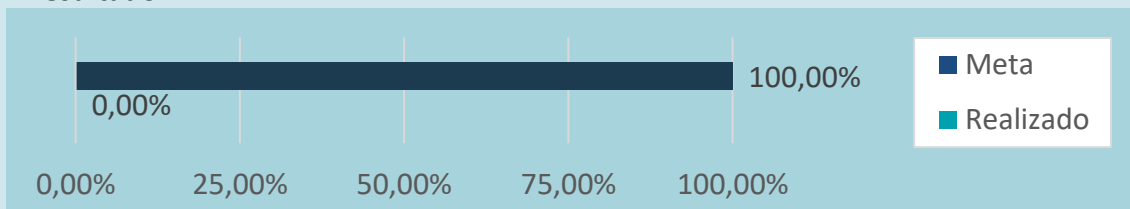
Indicador:

Índice de audiência pública

Unidade Responsável:

Diretoria Legislativa

Resultado:



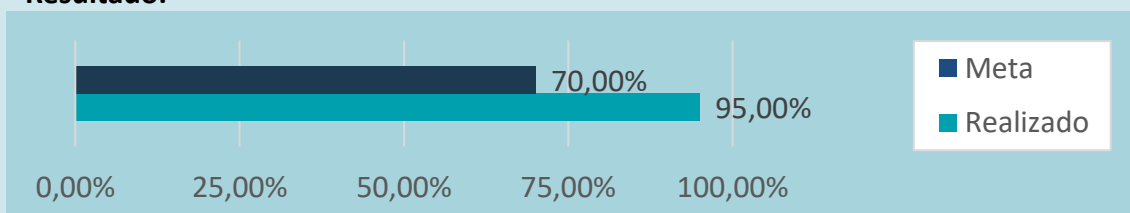
Indicador:

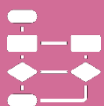
Índice de produção legislativa

Unidade Responsável:

Diretoria Legislativa

Resultado:





Dimensão 2: Processos Internos

Envolve a eficiência e a eficácia dos processos finalísticos e de apoio para a geração de valor.

Macrodesafio 3: Implantar a Gestão de Processos

Identificação das partes interessadas, macroprocessos de governança, de suporte e finalísticos e suas relações de interdependência, principais insumos e valor agregado interna e externamente. Mapeamento e modelagem dos processos essenciais ou críticos, em busca de padronização, racionalização e otimização das atividades, com foco em melhoria contínua e geração de valor para a sociedade.

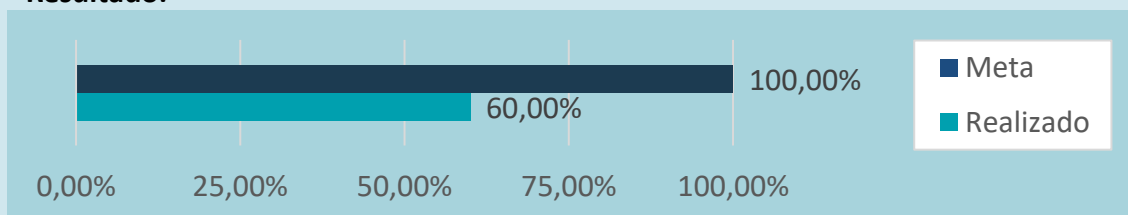
Indicador:

Índice de modelagem de processos

Unidade Responsável:

Assessoria de Planejamento

Resultado:



Macrodesafio 4: Aprimorar a comunicação com as partes interessadas

Consolidação, manutenção e atualização contínuas dos meios comunicacionais, processos e planos correspondentes, disponibilizando atos normativos, leis, regulamentos, dados, informações, notícias de interesse dos públicos interno e externo, inclusive sobre direcionamento institucional, uso dos recursos públicos, monitoramento e avaliação e resultados obtidos, com linguagem clara e acessível e de forma alinhada entre os níveis estratégico.

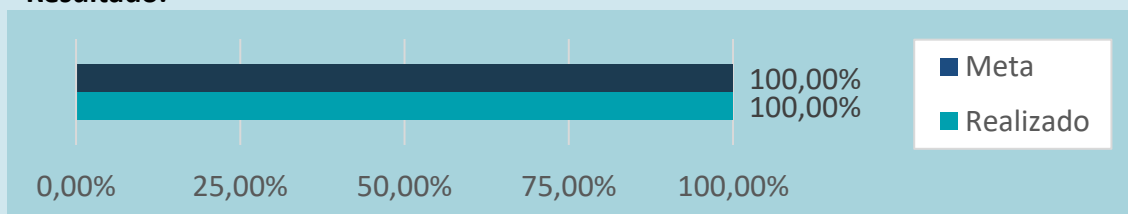
Indicador:

Índice de comunicação

Unidade Responsável:

Diretora de Comunicação Institucional

Resultado:



Macrodesafio 6: Buscar a excelência nas práticas de Governança e Gestão

Definição da estrutura interna de governança; direcionamento institucional, monitoramento e avaliação do desempenho organizacional (por meio de reuniões periódicas de análise da estratégia); fortalecimento do sistema de controles administrativos (internos); estabelecimento dos modelos de gestão de riscos, de gestão de pessoas, de gestão de tecnologia da informação e comunicação, de gestão de contratações, de gestão da informação, de transparência, de prestação de contas e de responsabilização.

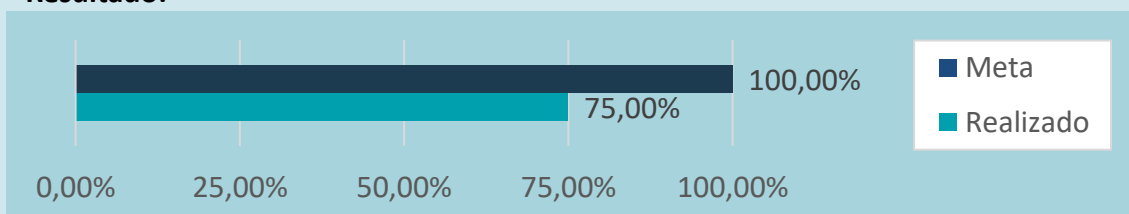
Indicador:

Índice de governança institucional

Unidade Responsável:

Diretoria-Geral (com o apoio da Assessoria de Planejamento)

Resultado:





Dimensão 3: Recursos

Constitui os meios necessários para o alcance dos objetivos das demais dimensões/perspectivas.

Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas

Planejamento estratégico de pessoas, dimensionamento da força de trabalho, avaliação do desempenho por competências, capacitação e desenvolvimento de colaboradores e gestores baseados em lacunas de competências; valorização e reconhecimento do servidor; saúde e qualidade de vida no trabalho; identificação e tratamento de riscos psicossociais no trabalho (melhoria do clima organizacional).

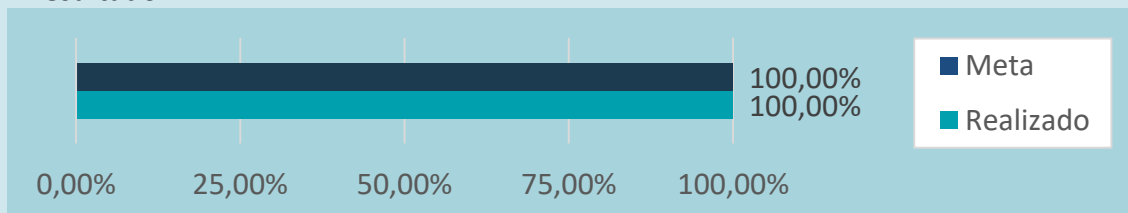
Indicador:

Índice de governança de pessoas

Unidade Responsável:

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Resultado:



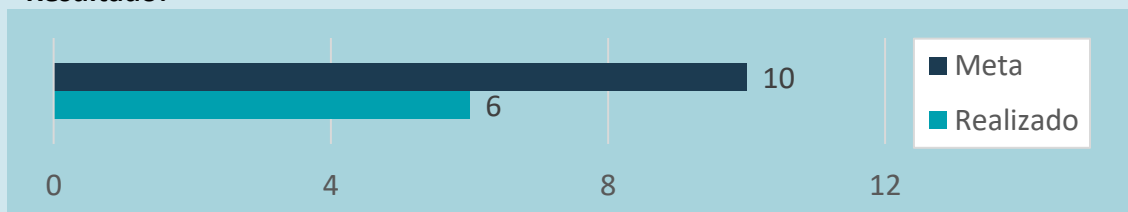
Indicador:

Ações de qualidade de vida no trabalho

Unidade Responsável:

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Resultado:



Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas

Planejamento estratégico de pessoas, dimensionamento da força de trabalho, avaliação do desempenho por competências, capacitação e desenvolvimento de colaboradores e gestores baseados em lacunas de competências; valorização e reconhecimento do servidor; saúde e qualidade de vida no trabalho; identificação e tratamento de riscos psicossociais no trabalho (melhoria do clima organizacional).

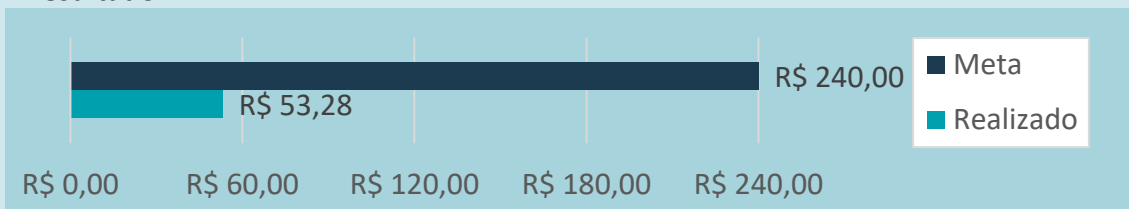
Indicador:

Taxa de investimento em capacitação

Unidade Responsável:

Escola da Assembleia

Resultado:



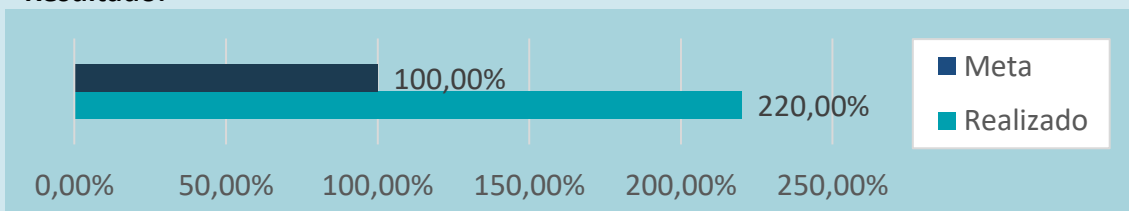
Indicador:

Índice de pessoas capacitadas

Unidade Responsável:

Escola da Assembleia

Resultado:



Macrodesafio 8: Implementar a Governança de TIC

Estruturação do modelo de governança de TIC; planejamento estratégico de TIC; gerenciamento de incidentes e requisições, de catálogo de serviços, de configuração e ativos, de mudanças, de continuidade dos serviços, de gestão de riscos; políticas de segurança da informação e de controle de acessos; processo de desenvolvimento de software; e provimento de soluções de TIC inovadoras e efetivas.

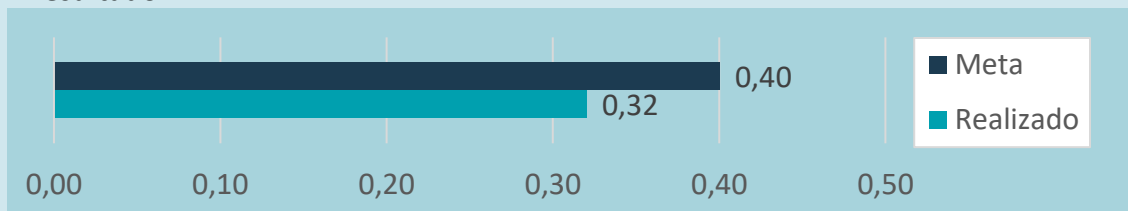
Indicador:

Índice de governança de TIC

Unidade Responsável:

Diretoria de Gestão Tecnológica

Resultado:



Macrodesafio 9: Melhorar a infraestrutura física

Ampliação, reforma e modernização da infraestrutura física, bem como aprimoramento da gestão patrimonial e de manutenção predial (serviços gerais, água, energia elétrica, telecomunicação, segurança, climatização, transporte e fornecimento de materiais de consumo).

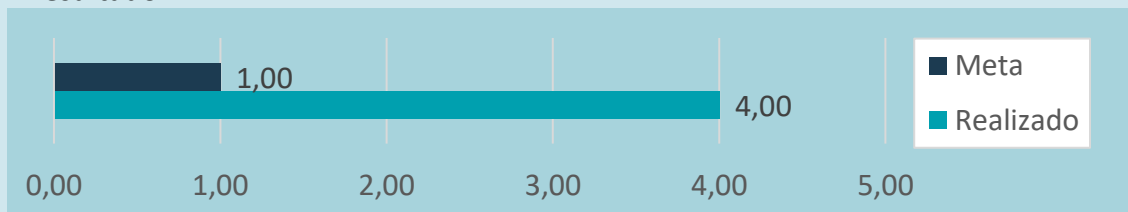
Indicador:

Índice de aquisição de imóvel

Unidade Responsável:

Diretoria-Geral

Resultado:



Macrodesafio 9: Melhorar a infraestrutura física

Ampliação, reforma e modernização da infraestrutura física, bem como aprimoramento da gestão patrimonial e de manutenção predial (serviços gerais, água, energia elétrica, telecomunicação, segurança, climatização, transporte e fornecimento de materiais de consumo).

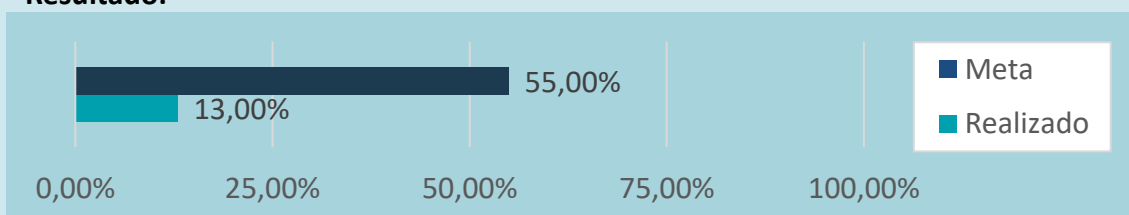
Indicador:

Índice de reaparelhamento das unidades

Unidade Responsável:

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Resultado:



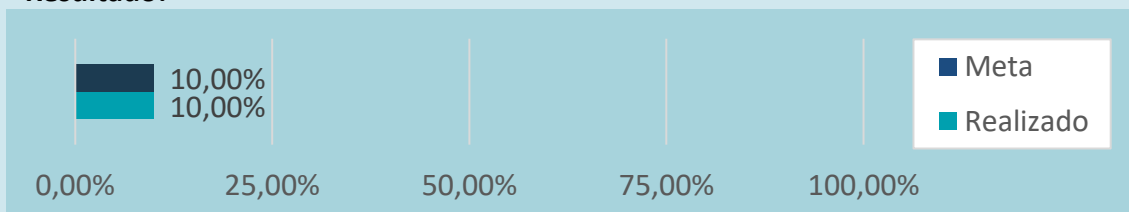
Indicador:

Índice de Reforma e ampliação da Escola Legislativa

Unidade Responsável:

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Resultado:



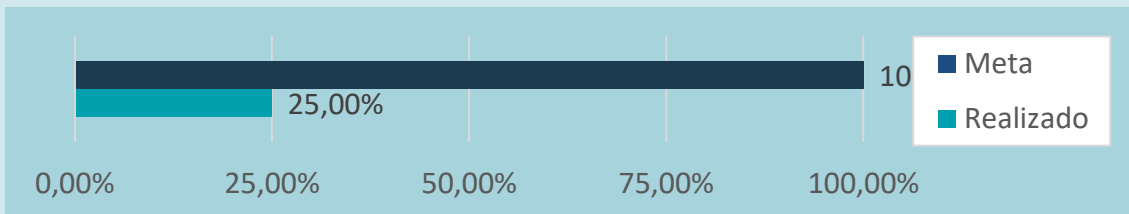
Indicador:

Índice de construção do anexo

Unidade Responsável:

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Resultado:



Macrodesafio 9: Melhorar a infraestrutura física

Ampliação, reforma e modernização da infraestrutura física, bem como aprimoramento da gestão patrimonial e de manutenção predial (serviços gerais, água, energia elétrica, telecomunicação, segurança, climatização, transporte e fornecimento de materiais de consumo).

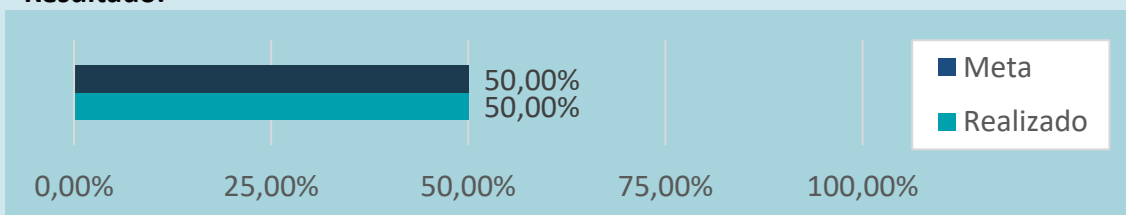
Indicador:

Índice de reforma das unidades administrativas

Unidade Responsável:

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Resultado:



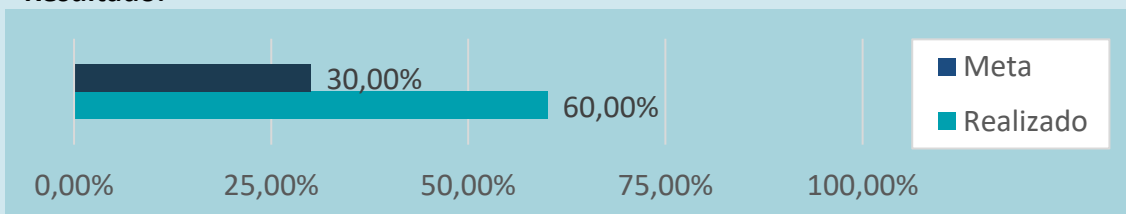
Indicador:

Índice de construção do Memorial

Unidade Responsável:

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Resultado:



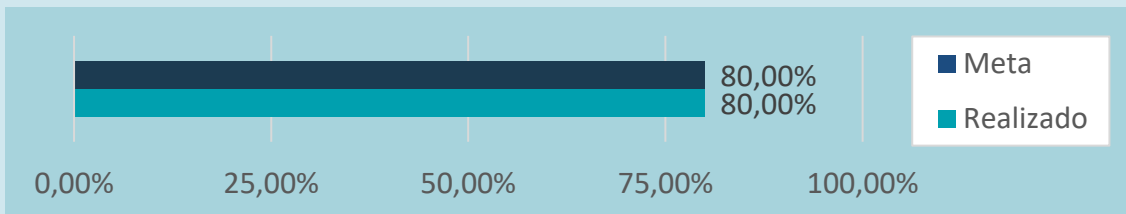
Indicador:

Índice de solução de demandas

Unidade Responsável:

Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico

Resultado:



Macrodesafio 10: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

Elaboração do Plano Anual de Contratações e instituição do Comitê Gestor Orçamentário, objetivando aperfeiçoar o planejamento na aplicação dos recursos financeiros disponibilizados para a Assembleia e buscar a excelência na gestão de custos operacionais, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Instituição.

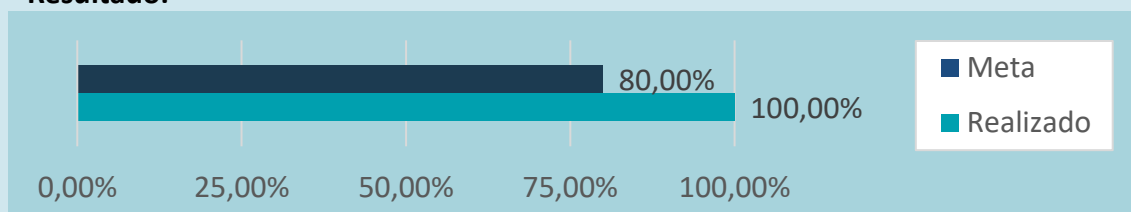
Indicador:

Índice de Aderência ao Plano de Contratações

Unidade Responsável:

Coordenadoria de Compras e Patrimônio

Resultado:





02

»» RESULTADOS
DA GESTÃO



Palavra do Diretor-Geral

A Direção-Geral vislumbrando encerrar o ano de 2021, mais uma vez coroado de metas cumpridas, realizações efetivamente significativas, produção de elevado padrão na aplicação de políticas públicas e manutenção de valores e compromissos com a gestão e com a Casa do Povo, pautou todo o seu caminhar para atingir todo esse coroamento, na atuação sempre séria, diligente, responsável, participativa e mais imbuída de uma vontade e uma crença uníssona de que, com dedicação, cooperação e entrega, seguiríamos mantendo o referencial de excelência na ação legislativa e nos seus valores, tão sedimentados por esta Casa Legislativa e seu atual Presidente, Deputado Ezequiel Ferreira.

Entendendo que modernizar, gerenciar melhor os espaços e imprimir novos *layouts* traria um melhor aproveitamento ao ambiente físico já existente, a Diretoria, junto à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN), concluiu a reforma e ampliação nas instalações das Comissões Técnicas e da Procuradoria Legislativa, abrangendo os plenários, secretaria e nas salas das assessorias. Como resultado desse trabalho, temos hoje o mais importante, ou seja, um ambiente físico que favorece ainda mais o andamento das atividades desenvolvidas e desempenhadas pelos servidores e proporciona melhor conforto e bem-estar para todos aqueles que frequentam a nossa Casa Legislativa.

E seguindo a linha de que modernizar é criar sistemas que facilitem, agilizem e deem transparência aos trabalhos, a Diretoria de Gestão Tecnológica desenvolveu a ferramenta “e-Legis” para gerenciar o ciclo do processo legislativo, tornando-o totalmente eletrônico, desde a concepção das proposições nos gabinetes parlamentares até a sua votação em Plenário. Tal ferramenta propiciou e proporciona melhor desenvolvimento de atividades internas e a sua efetividade e importância, levando inclusive a nossa Casa Legislativa a conquista consecutiva, em 2021, do prêmio nacional UNALE “Assembleia Cidadã”, na categoria “Gestão”.

A relevância dessa ferramenta segue demonstrando o seu real valor e aplicação, uma vez que hoje já conta com o reconhecimento efetivo de várias Assembleias, como podemos citar as Assembleias dos Estados de São Paulo (ALESP) e de Santa Catarina (ALESC), por exemplo, que assinaram convênios com o Parlamento Potiguar para a cessão das ferramentas “Legis-RH” e “e-Legis”, desenvolvidas pela equipe de Tecnologia da Informação.

O ano de 2021 também foi marcado pela reforma e atualização da Constituição do Estado, obedecendo ao que é estabelecido pelo princípio da simetria determinado pela Constituição Federal. Momento de grande importância pela própria abrangência do tema, em que foi criada uma Comissão Especial designada por ato do Presidente da Casa, Deputado Ezequiel Ferreira, que, entre tantos atos, promoveu a distribuição da versão digital da Constituição Estadual atualizada, no site da Assembleia Legislativa, e de



exemplares impressos junto a diversos órgãos públicos, visando de forma transparente dar conhecimento dessa atualização. Tudo isso proporcionou um melhor uso da Lei maior do nosso Estado e de todo o seu conteúdo que, por sua vez, segue a tendência da Casa Legislativa, que é ratificando o que se mantém necessário e se inserindo o que requer a realidade estadual.

Outro grande marco do ano de 2021 foi o novo Regimento Interno que regulamenta o funcionamento político e administrativo, a definição das normas relacionadas às sessões legislativas, a posse dos/das deputados/deputadas estaduais, à sua conduta e à eleição da Mesa Diretora, entre outras atribuições.

Lembrando que continuamos em um ano pandêmico e, nesse diapasão, a Assembleia continuou promovendo todas as adaptações necessárias para se ajustar ao período atípico da pandemia que perdurou durante todo o ano de 2021. O funcionamento dos setores da Casa se adequaram inicialmente ao *home office* e depois ao sistema híbrido de trabalho, permitindo a continuidade das atividades.

As equipes de saúde da Casa ofereceram apoio, acolhimento e escuta aos servidores atingidos pela Covid-19, a fim de minimizar prováveis impactos negativos não só pelo adoecimento, como também possíveis impactos reflexos, como os relacionados ao isolamento social e ao medo do contágio. Esse protocolo foi devidamente elaborado, revisado e aprovado pelas equipes de psicólogos da Casa, tanto os do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial, como os do Programa “Qualidade de Vida e Saúde”. Nesse contexto, surgiram outras ações, dentre elas: o Protocolo de Saúde Mental frente à pandemia e a produção da Cartilha de Luto.

Um enfoque que se faz necessário ainda é o fato do trabalho incansável da Diretoria-Geral junto à sua Assessoria de Planejamento em desenvolver um labor contínuo de integração e participação de todas as unidades da Casa, visando promover o aprimoramento do Plano Estratégico. O trabalho em torno do ‘Horizonte 2023’ da ALERN, como é nomeado o documento, manteve-se célere e atuante durante todo o ano de 2021, dando cumprimento as etapas de execução, monitoramento e acompanhamento dos macrodesafios, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A forma de trabalho da nossa Diretoria e do Presidente da Casa Legislativa, Deputado Ezequiel Ferreira, sempre voltada ao povo a quem serve, pôde mais uma vez ser vista e sedimentada, quando, no mês de fevereiro de 2021, foi formalizado o novo portal da Assembleia Legislativa para o cidadão, que teve como objetivo sua reformulação para aumentar a interatividade com o cidadão e promover uma comunicação legislativa cada vez mais transparente e comprometida com os seus públicos diversos, de forma a manter a Casa sintonizada com esse novo período da ‘Era da Informação’. O novo site ampliou o alcance de serviços com o Procon, a Assembleia Cidadã e a Procuradoria Legislativa, que ganharam suas próprias páginas, onde o internauta, ou seja, o cidadão poderá checar todos os serviços, como também poderá valer-se destes.

Agora, por meio do celular, o cidadão pode ter acesso à legislação de forma prática e rápida, uma vez que a legislação potiguar passa a ficar acessível também por esse dispositivo.

RESULTADOS DA GESTÃO

E para dar um ar de leveza e identificação genuína, no ano de 2021, a Casa apresentou à sociedade a mascote do Poder Legislativo do Rio Grande do Norte, o “Legis”, que segue levando a mensagem do trabalho que vem sendo realizado por todos os setores da Casa. Sua missão é clara: contar, em linguagem acessível, tudo o que vem sendo realizado na Casa Legislativa, dando ainda mais transparência às ações e se somando às outras ferramentas e canais que oferecem ampla cobertura aos trabalhos legislativos.

Finalizamos o ano de 2021 conscientes que atendemos aos objetivos postos. Fomos além em várias questões, trabalhos e ideias que foram surgindo e se desenvolvendo nesse tempo. Mantivemos o olhar focado na importância da Casa Legislativa e em tudo que ela pode e deve ser e fazer para o povo, para o nosso Estado do Rio Grande do Norte e para os nossos/nossas servidores/servidoras. Tudo isso porque, no ano de 2021, tivemos a oportunidade de estarmos, em mais um ano, à frente de uma Gestão que só enobrece a Casa Legislativa e o povo potiguar, e por termos juntos encerrado mais um ano, dando mais um grande passo para a manutenção das diretrizes, princípios e valores que regem a augusta Casa. E Gratidão a Deus que, presente em tudo, possibilitou mais uma missão cumprida!

Augusto Carlos Garcia de Viveiros

Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte





Destaques da Gestão

Nesta seção, são elevados os fatos mais relevantes ocorridos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN) no ano de 2021.

Retomada das atividades administrativas no formato híbrido

Diante do contexto pandêmico que vigorou durante o ano de 2021, a ALERN retomou, mesmo assim, suas atividades administrativas já nos primeiros dias do mês de janeiro. A garantia da continuidade do funcionamento da Instituição foi possível pela obediência aos protocolos sanitários indispensáveis na mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19, incluindo a manutenção da suspensão do atendimento ao público externo, que proporcionou um ambiente de trabalho mais seguro aos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e colaboradores/colaboradoras terceirizados/terceirizadas.

Objetivando reduzir ainda mais os riscos e após ficar evidenciada a relevância do teletrabalho no ano de 2020, a Diretoria-Geral ratificou a importância de avançar no desenvolvimento de ferramentas que colaborassem para a realização de atividades no formato híbrido. Esse modelo foi refinado e continuou sendo essencial no ano de 2021, com servidores/servidoras exercendo suas funções laborais na modalidade *home office* e presencial.

Os programas, projetos e ações realizados pela Casa Legislativa estão apresentados e distribuídos pelo Relatório de Gestão 2021, juntamente a suas efetividades.

Estabelecido novo canal para pedidos de renovação de calamidade em municípios

A decretação de calamidade pública, em virtude da pandemia da Covid-19, é necessária para minimizar o impacto nas atividades econômicas, bem como controlar a diminuição da arrecadação dos cofres públicos e gerar outros benefícios no enfrentamento a uma das mais graves crises sanitárias das últimas décadas.

Em consequência da favorável medida para os municípios e suas populações, no mês de fevereiro, a ALERN, por meio da Diretoria Legislativa, disponibilizou via mais célere no processo de renovação de calamidade nos municípios, desburocratizando formalidades das ações governamentais. O canal promoveu uma comunicação direta e eficiente com as cidades para o trâmite de documentação necessária dos poderes executivos municipais.

RESULTADOS DA GESTÃO

Mais informações sobre as atividades desempenhadas por esta Unidade podem ser encontradas na subseção da Diretoria Legislativa, na seção Resultados das Unidades Administrativas, deste capítulo.

Lançamento da Constituição Estadual em formato de livro impresso e digital

A Carta Magna do Rio Grande do Norte sofreu alterações significativas em alguns dos seus dispositivos, com objetivo de adequar o texto às mudanças decorrentes de atualizações na Constituição Federal e entendimentos jurídicos. Segundo a Procuradoria-Geral, havia artigos que foram considerados inconstitucionais, total ou parcialmente, emergindo a necessidade de atualização na Norma.



Ao ultimar as tramitações regimentais do Projeto de Emenda à Constituição (PEC), a ALERN lançou a nova Constituição Estadual nos formatos de livro impresso e digital, os quais propiciaram maior acessibilidade à população no entendimento das decisões tomadas pelo Legislativo e demais poderes da Federação.

Comitê de Governança e Gestão analisa Plano Estratégico e direciona ações

O Comitê de Governança e Gestão, órgão colegiado instituído em 2020 pela Casa Legislativa, tem como uma de suas competências o acompanhamento periódico da execução dos planos e a evolução dos indicadores de desempenho, objetivando ratificar ou reavaliar as prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias.

Provido pelas informações apresentadas pela Assessoria de Planejamento nas Reuniões de Análise da Estratégia, o Comitê analisou o Plano Estratégico 2020-2023, incluindo os dados e informações sobre os desempenhos dos macrodesafios, programas, projetos e processos de trabalho, assim como os resultados do monitoramento e avaliação da estratégia por meio dos indicadores consolidados do monitoramento no ano de 2021.

As decisões do Comitê direcionaram ações que resultaram na revisão do Plano Estratégico da Instituição, em razão da necessidade de redefinição dos indicadores. As modificações, assim como o monitoramento da Estratégia no ano de 2021, são apresentadas na seção Planejamento Estratégico 2020-2023, do capítulo Contexto Organizacional.

Disponibilização do acesso digital às normas jurídicas estaduais

Visando à transparência e ao livre acesso às informações e, em especial, aos atos do Poder Legislativo, alinhado ao Plano Estratégico da Casa, a Diretoria de Gestão Tecnológica desenvolveu ferramenta que disponibiliza as normas jurídicas estaduais.

O intuito é propiciar à população, por meio de qualquer equipamento conectado à Internet, especialmente os dispositivos móveis, a legislação estadual publicada.

Informações sobre a disponibilização das leis, dentre outras informações, podem ser consultadas na subseção da Diretoria Legislativa, na seção Resultados das Unidades Administrativas, deste capítulo.



Realização de campanha sobre a importância da doação de sangue

A carência do principal insumo dos bancos de sangue é um assunto que sempre emerge. O isolamento e o distanciamento social, apesar de necessários para combater a pandemia, agravaram ainda mais esse problema. Tal declínio inviabilizou a realização de novos procedimentos cirúrgicos, tratamentos de patologias de milhares de pacientes que precisavam da transfusão de sangue, inclusive dos acometidos gravemente pelo coronavírus.

Diante disso, a Diretoria de Comunicação Institucional da ALERN lançou a campanha de conscientização e incentivo à doação de sangue. Em alusão ao Dia Mundial do Doador de Sangue, a ação visou sensibilizar a população em prol da queda exacerbada no estoque de bolsas do Hemonorte Dalton Cunha, um dos principais bancos de sangue do Estado.

Em razão da pandemia, não houve o tradicional evento de lançamento da campanha com audiência pública. Vídeos foram publicados nas redes sociais da ALERN. O primeiro deles, do lançamento da campanha, foi do Presidente da Casa, Ezequiel Ferreira, alertando sobre a importância do tema. No Dia Mundial do Doador de Sangue, o material foi divulgado nos canais da Casa, tanto na TV Assembleia (canal 10.3) quanto nas redes.



ALERN assina convênio com ALESC para ceder tecnologia desenvolvida na Casa

O “e-Legis”, sistema eletrônico desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica, gerencia a atividade legislativa de forma digital, desde o nascimento no gabinete parlamentar, seguindo todo o trâmite, até o arquivamento, sem uso de papel e sem possibilidades de extravio ou interferência manual.



O “e-Legis” é integrado ao Sistema de Deliberação Remota (SDR), ferramenta também desenvolvida pela unidade e que viabilizou de maneira revolucionária a atividade parlamentar de modo virtual e remota, adequando-se à realidade da Pandemia.

Diante da importância e da qualidade desses sistemas, a ALERN foi procurada por outras Casas Legislativas do país para compartilhar as ferramentas tecnológicas desenvolvidas pelo Parlamento Potiguar. Uma dessas foi a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Em julho, a ALERN e a ALESC firmaram termo de cooperação por cinco anos, sem custo para as Instituições. O acordo entre as duas Casas previu, além da cooperação técnica e operacional de forma bilateral para a implementação e personalização do “e-Legis”, a transferência de tecnologia relativa ao software, com disponibilização dos códigos-fonte e dos documentos pertinentes à concepção, à manutenção e à atualizações do sistema.

Implementação de protocolo de apoio psicológico a servidores

Desde o início da pandemia da Covid-19, a ALERN vem realizando uma série de medidas para reforçar o cuidado com a saúde mental dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e colaboradores/colaboradoras terceirizados/terceirizadas. Dentre elas, foi elaborado um protocolo desenvolvido pelo Programa de Qualidade de Vida e Saúde e pela Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-estar.

O Núcleo de Atendimento Biopsicossocial, unidade que compõe a Divisão, vem oferecendo apoio e acolhimento psicológico objetivando minimizar prováveis impactos negativos causados pela Covid-19. O Núcleo destacou que, dentre os sentimentos apresentados mais recorrentes pelas pessoas atendidas, estão a ansiedade e o comprometimento da memória, e que a psicoterapia auxilia de forma determinante na rotina desses indivíduos ao auxiliar o encontro do equilíbrio.

Mais informações sobre a atuação da Divisão são apresentadas na seção Gestão de Saúde e Bem-Estar, do capítulo Áreas Específicas de Gestão.

Criação de personagem virtual “Legis” para apresentação das ações

O personagem virtual “Legis” foi criado com o intuito de aproximar o Parlamento da sociedade. Planejado pela Diretoria de Comunicação Institucional e desenvolvido em animação 3D, o personagem passou a exibir, de forma interativa, as deliberações da Casa Legislativa e dos seus deputados/deputadas estaduais.



Essa foi a primeira vez que a ALERN utilizou-se desse instrumento de comunicação. A inovação está relacionada a um dos macrodesafios definidos no Planejamento Estratégico. As ações comunicativas foram disponibilizadas nas mídias digitais, rádio e em TV no mês de outubro.

Outras informações sobre as atividades de comunicação podem ser encontradas na subseção da Diretoria de Comunicação Institucional, na seção Resultados das Unidades Administrativas, deste capítulo.

Planejamento e execução das ações do Programa “Assembleia e Você” nos municípios

A ALERN, por meio da Diretoria de Políticas Complementares, retomou suas ações itinerantes e de cunho social nos municípios de Apodi/RN e de Parelhas/RN, consolidando a 10ª e 11ª edição do programa “Assembleia e Você”. Devido à propagação da Covid-19, a agenda esteve suspensa desde o início do cenário pandêmico.



Os estudos para viabilizar essas ações iniciaram em outubro. O planejamento teve como requisitos principais o retorno seguro e efetivo das ações, e o atendimento gratuito de qualidade e indispensável para o exercício pleno da cidadania.

Para alcançar isso, a Diretoria contou com o apoio da Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais. A Divisão é responsável por planejar, coordenar e executar as ações itinerantes, garantindo toda a estrutura necessária para a plena realização do evento, incluindo geradores, banheiros químicos, tendas, estandes e afins.

Mais informações sobre o Programa “Assembleia e Você” e outros relacionamentos do Poder Legislativo Estadual com a sociedade podem ser obtidas na seção Relacionamento com a Sociedade, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

Bicampeonato do Prêmio UNALE “Assembleia Cidadã”, na categoria “Gestão”, com Sistema “e-Legis”

O trabalho de modernização da ALERN seguiu se destacando pelo país. Concorrendo ao prêmio UNALE “Assembleia Cidadã” 2021, o sistema “e-Legis”, desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica para gerenciar o ciclo do processo legislativo, tornando-o totalmente eletrônico, conquistou o bicampeonato da categoria “Gestão”.

O resultado e a premiação ocorreram no encerramento da 24ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), realizada em Campo Grande (MS). O prêmio coroou os resultados do Legislativo Potiguar e ratificou a excelência do trabalho desempenhado pela Casa, tendo em vista a premiação na mesma categoria em 2019.



Cada trabalho vencedor recebeu a quantia de R\$ 20 mil que deve ser investido em novos projetos, além do selo da “Assembleia Cidadã” e o troféu transitório, que foi entregue em solenidade na ALERN e que ficará em exposição na Casa por um ano. Mais informações sobre o sistema “e-Legis” e outras ferramentas da Casa podem ser encontradas na seção Gestão de Tecnologia da Informação, no capítulo Áreas Específicas de Gestão.

Regularização fundiária do Palácio José Augusto

Inaugurado em 1983, o Palácio José Augusto, sede da ALERN, foi edificado em área que abrangia vários terrenos. Tinha-se o conhecimento de que alguns deles foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, mas não foram localizadas as comprovações do pagamento e da efetiva desapropriação. Diante desse quadro, desde 2016 a Diretoria Administrativa e Financeira busca a regularização da situação do imóvel.



Após a realização de inúmeras atividades, no ano de 2021, a Casa Legislativa finalizou a regularização fundiária do Palácio José Augusto, conquistando o respectivo título de propriedade, demanda que remanescia desde a sua inauguração em 1983, proporcionando segurança jurídica ao patrimônio legislativo estadual.

Detalhes do processo podem ser consultados na subseção da Diretoria Administrativa e Financeira, na seção Resultados das Unidades Administrativas, deste capítulo.



Resultados das Unidades Administrativas

A continuidade do cenário pandêmico exigiu a manutenção de algumas atividades realizadas no ano anterior, assim como a adoção de novas pelas unidades administrativas que compõem a alta administração.

A Mesa Diretora, órgão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN) e responsável por promover o gerenciamento das unidades organizacionais voltadas às atividades-meio e de suporte técnico ao processo legislativo, é composta pela Presidência e Secretaria. Enquanto a Presidência é a unidade de representação institucional da ALERN, a Secretaria tem como função gerenciar os documentos e serviços da Casa Legislativa, assim como secretariar a Presidência no Plenário.

Nesse sentido, apresentam-se a seguir os resultados da Presidência, Ouvidoria, Controladoria, Procuradoria-Geral, Diretoria-Geral e Diretoria Legislativa, cujas diretrizes delineadas foram aplicadas pelas unidades subordinadas.

Presidência

A Presidência compõe-se de duas unidades administrativas subordinadas diretamente a ela: o Gabinete da Presidência e a Diretoria-Geral da Presidência.

Gabinete da Presidência

O Gabinete da Presidência tem suas competências definidas pela Resolução n.º 90/2017, sendo, dentre elas, a de auxiliar o Presidente em questões Políticas e Institucionais, assim como auxiliá-lo no exercício de suas atribuições regimentais.

Diante das atribuições impostas pela Resolução n.º 90/2017 e das atribuições Regimentais da ALERN, a Chefia de Gabinete da Presidência desempenhou as seguintes atividades no exercício de 2021:

- realizou a tramitação de diversos Processos Legislativos via Sistema “e-legis”;
- despachou requerimentos, determinando, inclusive, seu arquivamento ou desarquivamento, nos termos regimentais;
- elaborou e enviou as devidas correspondências oficiais, observando para que fossem cumpridos os devidos prazos de tramitação;
- recebeu e deu encaminhamento às correspondências com expedientes dirigidos à Presidência;

RESULTADOS DA GESTÃO

- respondeu e recebeu, por meio eletrônico, expedientes advindos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e de outras autoridades nas hipóteses previstas regimentalmente que devem ser assinadas pelo Presidente da Casa, conforme o art. 36, §6º, inciso XI, do Regimento Interno da ALERN.

Seguem os quantitativos de documentos elaborados e demais ações realizadas no decorrer do ano de 2021:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de 1.898 ofícios produzidos e encaminhados pela Chefia de Gabinete da Presidência, dentre estes: 154 ofícios para Bancada Federal; 22 para o Presidente da República; 74 para Ministros; e 1.648 para demais autoridades elencadas no Regimento Interno.	O encaminhamento desses ofícios teve a finalidade de estabelecer comunicação com autoridades diversas, buscando tratar de questões de interesse deste Poder Legislativo.

Diante do quadro de pandemia mundial, foram estabelecidas algumas adequações para garantir a rotina de serviços desenvolvidos, entre elas o revezamento dos/das servidores/servidoras e a alteração do horário do expediente, observando as determinações dos Atos da Mesa.

Diretoria-Geral da Presidência

É a unidade administrativa responsável pelo assessoramento à Presidência da ALERN, cuja fundamentação é amparada nos termos da Resolução n.º 90/2017, que a delimita aos assuntos de ordem institucional e política, tendo como competências: coordenar, planejar e orientar as atividades das demais unidades subordinadas à Diretoria.

São componentes da Diretoria-Geral da Presidência: o Gabinete da Diretoria-Geral da Presidência, a Escola da Assembleia, a Diretoria de Comunicação Institucional, a Diretoria de Representação Institucional, o Gabinete de Segurança Institucional e a Coordenadoria de Relações Públicas.

A Diretoria-Geral da Presidência, durante o exercício de 2021, manteve sua atuação em meio a um ambiente externo ainda desafiador face à pandemia do novo coronavírus. Diante desse cenário, a Presidência e a Mesa Diretora intensificaram seus trabalhos, priorizando o diálogo, buscando novas alternativas para aproximar a população do Legislativo e aprimorando a gestão administrativa. Para garantir o alcance desses objetivos, a Diretoria efetivou adequações em sua rotina de trabalho – de assessoramento administrativo à Presidência – mantendo-se ativa no exercício de suas atividades-meio, para oferecer suporte e subsídios ao Chefe do Poder Legislativo no desempenho de suas funções e prerrogativas.



Coube à Diretoria-Geral da Presidência, no ano de 2021, continuar a plena observância ao cumprimento das diretrizes dispostas no planejamento estratégico do Poder Legislativo do Rio Grande do Norte, que retomou sua definição de visão de futuro até 2023 e os seus macrodesafios, compilados no documento “Horizonte 2023” da ALERN, compreendendo a importância do alinhamento dos seus macroprocessos à primordial missão do Legislativo Potiguar.

Responsável por assistir direta e imediatamente à Diretoria-Geral da Presidência, o Gabinete desta Unidade desenvolveu diversas ações durante o ano de 2021.

Diante da retomada das reuniões presenciais na Presidência da ALERN, flexibilizadas com cautela, respeitados os protocolos de higiene, segurança e logística, o Gabinete da Diretoria assessorou as reuniões e eventos institucionais promovidos pela Presidência da Casa, oferecendo suporte operacional a todas as reuniões que foram realizadas, atuando conjuntamente com a assessoria direta do Gabinete Parlamentar da Presidência, da Diretoria de Representação Institucional e da Divisão de Cerimonial.

O Gabinete ofereceu o suporte operacional junto à Divisão de Cerimonial, para que o presidente da ALERN recebesse, em audiências na Presidência, entidades representativas de diversos seguimentos sociais como: a Liga Contra o Câncer, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte (DPE/RN), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN); a Associação Norte-Rio-Grandense de Criadores (ANORC) e a Associação dos Criadores de Camarão do Rio Grande do Norte (ANCC), dentre outras que foram realizadas no correr do ano.

Durante o ano de 2021, o Gabinete procedeu ao monitoramento e encaminhamento de processos instaurados e autorizados, decorrentes dos memorandos expedidos pela Escola da Assembleia, destacando-se os processos de docências, que geraram 97 contratações, junto às áreas finalísticas competentes para atender às suas necessidades, além das contratações de serviços de apoio estrutural aos cursos ofertados pela referida unidade.

Também podemos destacar o desempenho junto à Divisão de Cerimonial do efetivo suporte de secretariado executivo às reuniões com representantes das Assembleias Legislativas de São Paulo e de Santa Catarina que, em ato solene, firmaram parcerias para o usufruto de modelos de gestão de plataformas digitais da ALERN.

O Gabinete foi responsável, ainda, pela elaboração de documentos necessários referentes às contratações de compras ou serviços; pela expedição de memorandos, ofícios e despachos aos órgãos administrativos internos; bem como pelo encaminhamento de expedientes aos órgãos vinculados à atividade parlamentar.

É importante ressaltar que foram disponibilizados, por meio de processos administrativos instaurados pela Diretoria-Geral da Presidência, apoios culturais aos eventos “59ª Festa do Boi” e “17ª Edição da Feira Nacional do Camarão” (FENACAM), eventos de grande porte nos seguimentos do agronegócio e da carcinicultura no Rio Grande do Norte.

O Gabinete foi responsável pela formalização das convocações oficiais motivadas pelo Chefe do Poder Legislativo, por meio digital, supervisionadas pela Diretoria Legislativa. As convocações oficiais ao Parlamento incluíram o assessoramento logístico à retomada das participações estritamente presenciais das atividades com os membros do Colegiado de Líderes das Bancadas e com os componentes da Mesa Diretora em suas reuniões periódicas. Destacamos a realização de 30 reuniões presenciais com o Colegiado de Líderes das Bancadas e com a Mesa Diretora da ALERN, observadas todos os protocolos necessários diante do quadro de pandemia.

Por fim, coube ao Gabinete o auxílio ao Parlamento durante a realização das sessões ordinárias e extraordinárias realizadas ao longo de 2021, que se desenvolveram em formato híbrido (semipresencial). O Gabinete exerceu as tarefas de secretariado executivo e efetivou as devidas comunicações junto aos Gabinetes Parlamentares e assessores legislativos, quando acionados pelo Presidente e/ou pela Diretoria Legislativa.

Escola da Assembleia

A Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte (EALERN) é a unidade responsável por oferecer o suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo e de qualificação e capacitação profissional permanente aos/às servidores/servidoras da Casa Legislativa. Estando diretamente vinculada à Diretoria-Geral da Presidência, é propósito também da EALERN incentivar o aperfeiçoamento cultural, educacional e científico de toda a sociedade, visando ao fortalecimento e à ampliação de sua capacidade intelectual.

Assim como as demais unidades da ALERN, a Escola da Assembleia necessitou readequar-se diante da pandemia instalada. O aprendizado, especialmente àquele relacionado à oferta dos serviços educacionais no formato virtual, adquirido pela interrupção do ensino e das atividades de apoio administrativo no ano de 2020, capacitou a EALERN e tornou-se imprescindível para a manutenção dos serviços educacionais para os/as servidores/servidoras da Casa Legislativa e para a sociedade.

As estratégias e as adaptações adotadas, as atividades e os projetos realizados são apresentados na área específica Gestão de Capacitações e Qualificações.

Diretoria de Comunicação Institucional

A Diretoria de Comunicação Institucional é a unidade responsável em divulgar as ações da ALERN, no âmbito jornalístico, e promover a comunicação institucional do Poder Legislativo. Assim, tem atuado na interlocução junto à sociedade, por intermédio da divulgação dos atos do Presidente e sobre os temas que lhe forem determinados, falando em seu nome e promovendo o esclarecimento dos programas e políticas do Legislativo,

contribuindo para a sua compreensão e expressando os pontos de vista do Presidente, por determinação deste, em todas as comunicações dirigidas à sociedade e à imprensa.

Fazem parte da Diretoria de Comunicação Institucional os servidores lotados no gabinete de Apoio Administrativo, na chefia de Apoio Administrativo, na Assessoria, na Coordenadoria de Imprensa e Divulgação e na Coordenadoria de Comunicação.

As diferentes ações da Diretoria de Comunicação Institucional no tocante à Gestão Pública são formatadas na divulgação das atividades dos 24 deputados/deputadas estaduais nas ações e projetos voltados à sociedade e na construção de ações no Poder Legislativo, garantindo serviços e atuação pela população. Um exemplo são as ações gratuitas desenvolvidas para a população nos mais diversos municípios do Estado.

Nos últimos dois anos, a Assembleia mudou. A pandemia do coronavírus trouxe lições para o parlamento desde a informatização total do processo legislativo por meio do “Sistema de Deliberação Remota”, que permitiu a concretização das sessões plenárias *on-line* durante toda a pandemia e também a oficialização do “e-Legis” como ferramenta de gestão. A implantação completa dos processos de informatização também ocorreu com a modernização da atividade dos servidores do legislativo – como os/as servidores/servidoras lotados/lotadas na Comunicação, por exemplo – que por meio do teletrabalho produziram material durante toda a pandemia atualizando a sociedade das ações do legislativo e aprovação de matérias do Executivo.

Mesmo durante a pandemia, tentou-se cumprir a atividade de enquadrar e classificar metas e ações de divulgação, transparência e comunicação no tocante ao planejamento estratégico elaborado e efetivado pela Diretoria de Comunicação Institucional. O Plano de Comunicação possui um papel fundamental, na medida em que trata como resultado também o planejamento dos demais setores, criando uma espécie de agenda positiva para a Instituição.

A partir de informações das unidades da ALERN, gráficos são desenvolvidos e servem de base para desenhos e redefinição de metas e objetivos a curto, médio e longo prazo. Trata-se de um instrumento de gestão pública, capaz de oportunizar a política de comunicação institucional.

Para concretizar o planejamento estratégico e transformar as ações em resultados, a Diretoria investiu em ferramentas que auxiliaram o papel principal na organização, permitindo, assim, ampliar o olhar institucional, com ética e profissionalismo.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Atualização do site.	Transmissão das ações da ALERN com <i>links</i> que permitem à sociedade acompanhar as atividades parlamentares. Atualizações diárias com matérias de interesse público sobre os acontecimentos da Casa, além da ampliação do conjunto de canais de comunicação, incluindo as seções do Diário Oficial Eletrônico, Transparência, Planejamento Estratégico, Gestão e Redes Sociais.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
TV Institucional. ...	Exibição de vídeos ao vivo em monitores instalados nas dependências da ALERN, com o intuito de levar aos servidores da Casa as notícias mais recentes sobre as atividades parlamentares e internas.
Boletim em aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas.	Disponibilização do resumo das atividades semanais dos parlamentares, no Plenário e nas Comissões, e das audiências públicas para a imprensa, os/as servidores/servidoras e a sociedade civil.
Cobertura jornalística de reuniões e sessões.	Acompanhamento diário das reuniões e sessões parlamentares com o objetivo de levar à sociedade civil as principais discussões no âmbito legislativo.
Planejar e executar ações de comunicação em mídias digitais.	Atualização diária das mídias sociais da ALERN, buscando aproximar as diferentes gerações ao dia a dia do Poder Legislativo do Rio Grande do Norte.
Produção mensal de cadernos especiais.	Elaboração de produto das atividades legislativas que promovem a transparência e as atividades parlamentares, sendo encartados em jornais de grande circulação.
Produção anual da Revista da Assembleia.	Elaboração da revista anual, dentro das práticas da boa governança corporativa, que compõem as principais atividades e ações da ALERN com resultados de interesse para a sociedade potiguar.

Enfrentando a pandemia

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Início de transmissão ao vivo das sessões plenárias nas redes sociais.	Aprimoramento das ferramentas que permitem à sociedade potiguar acompanhar com melhor qualidade as ações da ALERN pelo site institucional e por canal de plataforma de compartilhamento de vídeos.
Reuniões entre setores com ações da Comunicação.	Encaminhamento na lista de transmissão dos comunicados sobre suspensão e retorno das atividades para os/as servidores/servidoras da ALERN.
Efetivação do planejamento da Comunicação.	Manutenção dos grupos e atividades visando ao planejamento para o “Horizonte 2023”.



Diretoria de Representação Institucional

As atribuições essenciais da Diretoria de Representação Institucional estão relacionadas ao assessoramento da Presidência. Nesse sentido, apresentam-se a seguir as atividades correlatas às suas atribuições.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Manutenção de relatórios das atividades realizadas na Diretoria, pesquisas na internet, blogs, jornais nacionais e estaduais, revistas e periódicos, sobre matérias de interesse da população, dos Parlamentares e da Presidência da ALERN.	Disponibilização de sugestões sobre assuntos relacionados ao cotidiano da imprensa impressa e digital, com suas notícias e atualidades alusivas ao Rio Grande do Norte, além de acompanhar projetos de interesse da ALERN e da população.
Realização de reuniões <i>on-line</i> com a Casa Civil e as Secretarias do Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público e demais órgãos públicos.	Aprimoramento do relacionamento externo da ALERN com os demais Poderes em prol da população.
Comunicação permanente com servidores dos Poderes Executivo e Judiciário.	Estreitamento de relações com instituições e organizações locais.
Assessoramento, por determinação da Presidência, de instituições e de organizações nacionais. Prestação de contas à Presidência.	Apoio logístico, material e intelectual, ordenado pela Presidência da ALERN, às instituições e às organizações.
Promoção e acompanhamento de políticas e acordos de integração com os estados da federação.	Implementação de políticas de sucesso de outros estados da federação no Estado do Rio Grande do Norte, bem como o fornecimento de subsídios àqueles, quando solicitado.
Promoção de relações institucionais com entidades representativas da sociedade civil.	Relacionamento permanente com entidades da sociedade civil para recebimento das demandas e retorno das solicitações a estas.
Consolidação de informações acerca da tramitação de proposições na ALERN, articuladas com as Comissões Parlamentares e os órgãos da administração pública estadual.	Manutenção de relatórios permanentes, participação de reuniões das Comissões Parlamentares, reuniões em órgãos da administração pública estadual, fazendo com que os poderes e demais órgãos da administração pública estadual possam interagir melhor com a ALERN.

RESULTADOS DA GESTÃO

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Relações institucionais, no contexto político, com órgãos públicos municipais, estaduais e federais.	Troca permanente de informações de interesse público e apoio institucional na prática de políticas públicas.
Atendimento remoto a Prefeitos e Secretários municipais para tratar de assuntos de interesse das populações locais.	Acompanhamento de políticas e acordos de integração com os Municípios do RN, possibilitando que os interesses da população, nos mais diversos municípios, possam chegar até ao legislativo estadual.
Acompanhamento dos convênios realizados entre a Escola da Assembleia e os Legislativos Municipais.	
Acompanhamento e articulação da implementação de canais de interlocução da ALERN com o Governo e com a sociedade civil em torno dos projetos de interesse do Estado e dos Municípios.	Visitas e reuniões à Casa Civil do Governo do Estado, à Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) e à Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte (FECAM).
Coordenação/viabilização de audiências da Presidência e dos deputados/deputadas estaduais com autoridades e delegações estrangeiras, de forma integrada com a Coordenadoria de Relações Públicas.	Audiência da Presidência da ALERN com diversas autoridades estrangeiras, da República, Estados e Municípios.
Monitoramento e organização de relatórios de projetos indicados pela Presidência.	Sugestão e acompanhamento de projetos de interesse do Gabinete da Presidência.
Organização e assessoramento de viagens e missões nacionais dos deputados/deputadas estaduais.	Acompanhamento de deputados/deputadas estaduais em viagens oficiais, proporcionando uma assistência efetiva para melhor desenvolvimento da atividade parlamentar.
Apoio logístico e de comunicação ao estreitamento de relações com instituições, organizações locais e outros Poderes.	Fornecimento de legislação e dados a órgãos públicos, a Poderes e a instituições, quando por eles solicitados, proporcionando assim uma relação de respeito e confiança com estes.
Organização, em parceria com a Coordenadoria de Relações Públicas, de eventos e cerimonial.	Garantir às autoridades presentes na ALERN que qualquer imprevisto seja contornado, recepcionando-os e conduzindo-os ao ambiente interno da Casa, dentro dos padrões das normas do cerimonial e de relacionamento público.



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Assistência na execução de sessões solenes e audiências públicas.	Cooperação no projeto e execução das sessões solenes e audiências públicas realizadas na Casa, com a devida assistência e colaboração com os setores envolvidos.
Atendimento ao público e busca por solução aos anseios dos munícipes.	Mediante recebimento de solicitações de melhorias para os municípios, levantou-se a possibilidade de realizar proposituras à Mesa e a demais autoridades competentes.
Recebimento de convites para Representação da ALERN.	Recebimento de convites de ordem Nacional e Federal e designação de deputados/deputadas estaduais para representar a Casa em eventos externos.

Enfrentando a pandemia

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Realização de escala na Unidade.	Continuidade das atividades da Unidade.
Uso do espaço físico da Unidade da Diretoria.	Manutenção de portas e janelas abertas, possibilitando a renovação permanente do ar do ambiente para o trabalho em segurança.
Controle dos servidores pertinentes a essa Diretoria no uso de equipamentos de proteção e profilaxia.	Uso permanente de máscaras pelos/pelas servidores/servidoras e a oferta de álcool líquido, viabilizando uma melhor segurança sanitária para todos da Unidade.
Instalação do VPN nas máquinas dos servidores para trabalharem em <i>home office</i> .	Possibilidade de os processos e as atividades desempenhados pelos/pelas servidores/servidoras na Diretoria serem concluídos sem atrasos.
Reuniões com o Diretor e servidores por meio da plataforma de videoconferência.	Alinhamento das condutas a serem adotadas pela unidade no período pandêmico.
Trabalho remoto por meio do Sistema “e-Legis”.	Possibilitou que a Unidade acompanhasse a tramitação dos processos de forma remota, possibilitando a continuidade de suas ações.
Utilização de armazenamento em nuvem.	Adoção ao uso de ferramentas <i>on-line</i> , com intuito de garantir a segurança e a acessibilidade dos documentos relevantes.

Gabinete de Segurança Institucional

O Gabinete de Segurança Institucional é a unidade responsável pela garantia da ordem e do patrimônio da ALERN. Além de se incumbir pela segurança pessoal do Presidente desse Poder em qualquer localidade do território nacional, como também dos Membros da Mesa na extensão territorial do Estado, quando estiverem em missão institucional, e dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras ou quaisquer pessoas que eventualmente estiverem a serviço, quando assim for determinado pelo Presidente, cumprindo, em caráter privativo, as demais atividades típicas de segurança de autoridades, polícia legislativa e brigada de incêndio.

Sua importância tornou-se ainda mais elevada, na medida em que as demandas atendidas pelo Gabinete cresceram e se tornaram cada vez mais variadas. Com o transcorrer do tempo, elas passaram a englobar videomonitoramento, segurança orgânica das instalações e pessoas, segurança em deslocamentos de autoridades, acompanhamento das sessões legislativas e dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), interação com outros órgãos congêneres e de Segurança Pública, entre outras tantas atribuições.

Diante desse cenário, a busca pela modernização e otimização dos procedimentos internos, melhor adequação das escalas e dos postos de serviço e busca, sobretudo, de uma doutrina de segurança aplicada ao âmbito legislativo foram de grande relevância para alcançar um bom nível de prestação de atividades por este Gabinete.

Nesse propósito, a Unidade passou a ocupar um novo espaço com novas instalações, centralizando as suas unidades administrativas e operacionais, resultando no aprimoramento da prestação de seus serviços institucionais.

Também foi dada ênfase à capacitação de seus/suas servidores/servidoras, por meio de cursos e treinamentos para o corpo efetivo, incluindo o envio de alguns agentes e servidores/servidoras para a realização de cursos estratégicos. Essas medidas buscaram a atualização de conhecimentos e a sedimentação e aplicação destes na cultura e doutrina aplicada às ações desenvolvidas pela unidade.

Em situações mais críticas, nas quais foram detectadas a possível participação de maior número de visitantes nas imediações do prédio sede da ALERN ou em seu interior, por meio de ofícios encaminhados, foi solicitado à Polícia Militar o apoio no perímetro externo quanto à garantia da ordem e segurança.

Ressalte-se que, durante a continuação do período pandêmico e a reabertura gradual do acesso às dependências da Casa Legislativa, o Gabinete não paralisou suas atividades, devido à importância da manutenção dessas atividades para a preservação da ordem e do patrimônio do Palácio José Augusto e dos anexos da Instituição, e da preservação do bem-estar e incolumidade dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras, colaboradores/colaboradoras terceirizados/terceirizadas e visitantes da ALERN.

A seguir, são apresentadas as principais atividades desenvolvidas e suas efetividades.



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
<p>Andamento do Programa de Capacitação Continuada, com a capacitação de servidores no Centro de Inteligência do Exército, em Brasília, e no curso de Metodologia de Produção do Conhecimento, promovido pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, em Natal/RN.</p>	<p>Ampliação da qualidade da prestação de serviços internos e externos, a partir da maior capacidade técnica e operacional no atendimento das demandas da Unidade.</p>
<p>Elaboração do Projeto de Segurança para o Anexo da Rua São Tomé, junto à Divisão de Arquitetura e Engenharia, abrangendo mudanças estruturais e arquitetônicas.</p>	<p>Melhoria da segurança do perímetro do prédio e maior proteção ao acesso de deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras, colaboradores/colaboradoras terceirizados/terceirizadas e visitantes, por meio da resolução de lacunas de segurança decorrentes das instalações físicas e de peculiaridades do local.</p>
<p>Elaboração do Projeto de atualização e ampliação do sistema de videomonitoramento (CFTV), que busca o aprimoramento da qualidade das câmeras, dos equipamentos de gravação e transmissão de imagens, bem como sua ampliação para a cobertura de maiores áreas e prédios anexos.</p>	<p>A efetivação deste Projeto resultará em um sistema mais amplo e integrado, cujo tempo-resposta para atendimento de ocorrências será reduzido e permitirá um maior registro de imagens, tornando-se primordiais para aplicação da política de segurança destes locais.</p>
<p>Acompanhamento de sessões e de atividades das Comissões, assim como do acesso de autoridades e participantes a estas, sendo: 133 Sessões Plenárias Ordinárias, 6 Sessões Plenárias Extraordinárias, 87 Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes, 13 Reuniões Extraordinárias das Sessões Permanentes e 39 Audiências Públicas Realizadas, além de 52 reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).</p>	<p>Garantia da ordem e da segurança no andamento das atividades legislativas da ALERN, inclusive quando houve deslocamento da Sede do Poder Legislativo para outros locais e/ou cidades.</p>
<p>Acompanhamento de autoridades depoentes das CPIs, quando necessário, no traslado entre aeroporto/acomodações/Palácio José Augusto.</p>	
<p>Emprego de parte do corpo técnico em escalas de 24h diárias e ininterruptas, para a prestação das atividades de segurança e de manutenção da ordem no Prédio Sede da ALERN e seus Anexos, além da prevenção de eventuais sinistros.</p>	<p>Garantia da segurança das instalações da ALERN, dos trabalhos realizados nesta Casa, e dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras, colaboradores/colaboradoras, terceirizados/terceirizadas e visitantes.</p>

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Acompanhamento diário das movimentações no campo ativo de operações de inteligência e segurança, e da movimentação de parlamentares em suas bases eleitorais.	Garantia da proteção das autoridades e da Presidência da ALERN.
Transmissão de alertas diários de situações de risco provável, em municípios no Rio Grande do Norte, com o fito de manter atualizado o Gabinete de Segurança Institucional.	Antecipação, em situações desfavoráveis, das ações das equipes de segurança, junto ao Presidente da ALERN, em seus deslocamentos pelo estado, e a mitigação de riscos no desempenho de suas atividades.

Enfrentando a pandemia

Diante dos desafios impostos durante o ano, principalmente pela pandemia enfrentada desde 2020 e que atingiu o efetivo da unidade que sofreu com o acometimento de inúmeros agentes e colaboradores/colaboradoras pela Covid-19, o Gabinete de Segurança Institucional continuou a prestar seu mister de atividades e a fornecer sua contribuição para o pleno funcionamento da Casa Legislativa. Contudo, foram necessárias adequar as escalas e a prestação dos serviços para que elas, em momento algum, fossem paralisadas, visto que são de natureza hodierna e ininterruptas.

Coordenadoria de Relações Públicas

A Coordenadoria de Relações Públicas é a unidade responsável por planejar, orientar, coordenar, supervisionar e apoiar a realização de eventos e solenidades de caráter institucional, de forma integrada com outras unidades. Para isso, administra as ações cerimoniais e protocolares da Casa Legislativa, recepcionando as autoridades nas sessões, audiências públicas e outras congêneres.

Essa Unidade teve suas ações prejudicadas no exercício de 2021, devido à suspensão das atividades presenciais decorrente da pandemia da Covid-19, decretada pelo Ato da Mesa Diretora n.º338/2020, publicado no Diário Oficial do dia 14 de março de 2020.

Diante dessa suspensão, dentre as atividades que foram programadas para o referido exercício, somente foi possível a realização, de forma presencial, das seguintes ações:

Data	Atividades
7/1	Posse do Deputado Subtenente Eliabe, realizada na Sala da Presidência.

Data	Atividades
2/2	Sessão Solene de forma híbrida da Abertura de Instalação dos Trabalhos da 3ª sessão Legislativa da 62ª Legislatura, com a presença da Governadora Fátima Bezerra, realizada no Plenário Deputado Clóvis Motta.
17/3	Posse do Deputado Jacó Jácome, realizada na Sala da Presidência.
18/5	Entrega de Certificados das turmas de pós-graduação em Gestão de Segurança Pública, realizada pela Escola da Assembleia na Sala da Presidência.
18/5	Premiação das melhores redações do ano de 2020, realizada pela Escola da Assembleia na Sala da Presidência.
1/7	Lançamento do Livro “A Desfolhar Saudades – uma biografia de Tonheca Dantas”, de autoria do Professor Cláudio Galvão, uma reedição da obra literária que conta a história do músico e compositor potiguar (dentro das homenagens aos 150 anos do artista Tonheca Dantas, celebrados em 2021), realizado na Sala da Presidência.
11/8	Ato Solene, realizado na Sala da Presidência, em homenagem aos membros da revisão e atualização da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte. Nessa solenidade, os servidores/servidoras foram agraciados com a medalha “Arnóbio Abreu”.
17/8	Ato Solene de Entrega de Título Honorífico de Cidadão Norte-Rio-Grandense ao Senhor Marcos Antônio Freire Gomes, realizado no Setor de Eventos do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado.
27/8	Ato Solene de Entrega de Título Honorífico de Cidadão Norte-Rio-Grandense ao Senhor Carlos Augusto Fecury Sydrião Ferreira (<i>In memoriam</i>), realizado no Setor de Eventos do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado.
1/9	Ato Solene em homenagem ao Dia do Administrador, realizado no auditório da Fecomércio.
3/9	Ato Solene em homenagem ao Aniversário do Bairro das Rocas, realizado no Auditório do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.
27/9	Ato Solene em homenagem ao 53º Aniversário da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, realizado na Câmara Municipal de Mossoró/RN.
25/10	Solenidade de Entrega do Título de Embaixador da Constituição em Miúdos ao Diretor da Escola da Assembleia, Professor João Maria de Lima, realizado na Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
27/10	Ato Solene em homenagem aos 90 anos do Colégio Marista, realizado no Auditório do Colégio Marista.
28/10 e 29/10	III Encontro de Procuradores e Advogados dos Poderes Legislativos do Rio Grande do Norte, realizado no Auditório do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Apodi.
4/11	Ato Solene em homenagem ao Dia do Evangélico, realizado no Auditório do Centro Municipal de Referência em Educação.

RESULTADOS DA GESTÃO

Data	Atividades
5/11	Ato Solene em homenagem aos 63 anos da Rádio Currais Novos, realizado na Câmara Municipal de Currais Novos.
12/11	Ato Solene em homenagem à Igreja Pentecostal do Brasil, realizado na Igreja Pentecostal do Brasil.
13/11 a 20/11	59ª Festa do Boi 2021, realizado no Parque Aristófanos Fernandes.
19/11	Ato Solene em homenagem aos 106 anos do Centro Náutico Potengy, no Auditório do Sesc da Cidade Alta.
22/11	Ato Solene em homenagem ao 7º Aniversário da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de Mossoró, realizado no Auditório do Sesi de Mossoró.
29/11	Ato Solene em homenagem à Campanha Lenço Solidário de Mossoró/RN, realizada na Câmara Municipal de Mossoró/RN.
29/11 a 3/12	Feirinha de Artesanato, realizada no Estacionamento externo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
9/12	Entrega de Título Honorífico de Cidadão Norte-Rio-Grandense ao Senhor Francisco de Assis Xavier Reis, realizada no Gabinete da Presidência.
10/12	Ato Solene em homenagem ao Dezembro Vermelho (Combate a Aids), realizado no Teatro Municipal Pedro Amorim – Assu/RN.
13/12 a 17/12	Feirinha de Artesanato, realizada no Estacionamento externo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
16/12	Entrega da Placa do Parlamentar do Ano ao Deputado Albert Dickson, realizada no Salão Nobre Deputado Iberê Ferreira de Souza.

Enfrentando a pandemia

Esta Coordenadoria, objetivando minimizar os efeitos da suspensão das atividades presenciais, readequou algumas atividades para o formato híbrido:

Data	Atividades
4/10	Lançamento do Outubro Rosa e da Campanha Lenço Solidário, realizado no Auditório Deputado Cortez Pereira, realizado de forma híbrida.
19/10	Encerramento do Outubro Rosa e da Campanha Lenço Solidário, com a entrega dos lenços solidários para várias instituições que trabalham em prol da prevenção do câncer de mama, realizado de forma híbrida.
25/11	Ato Solene virtual em homenagem ao Dia do Doador de Sangue, realizado na sede da Associação dos Doadores de Sangue e Medula Óssea.



Ouvidoria

Ouvidorias são instrumentos de participação e de exercício da democracia presentes em diferentes níveis de governo. No Poder Legislativo do Rio Grande do Norte, a Unidade se propõe a ser um importante elo entre a sociedade e a Instituição, além de ser uma destacada ferramenta de gestão, atuando por meio de informações recebidas da população que ajudam a identificar desserviços e falhas.

Concomitantemente, a Unidade mantém estreita relação com o público interno da Instituição – composto pelos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e colaboradores/colaboradoras terceirizados – objetivando alcançar, pela via da mediação, quaisquer pendências que lhe for possível solucionar ou encaminhar soluções.

Contudo, com a pandemia instalada, a sociedade passou a se ver diante de outra espécie de dificuldade: restrições de acesso a alguns serviços públicos. Diante disso, evidenciou-se a importância da Ouvidoria na Instituição, haja vista a necessidade de ser dada uma resposta célere às demandas.

Assim como a sociedade, a Unidade utilizou-se amplamente dos meios digitais para suprir suas necessidades, servindo-se especialmente das plataformas de videoconferência e do uso do correio eletrônico. Por meio daquelas, foram realizadas reuniões da equipe da Ouvidoria e também participação em encontros, como os da “Ouvidorias em Rede do Rio Grande do Norte”. Enquanto isso, pelo correio eletrônico, a Ouvidoria recebeu as solicitações da sociedade.

Em 2021, a Ouvidoria recebeu as demandas virtuais, por meio do seu *e-mail* corporativo. Os assuntos foram diversificados entre sugestões, pedidos de informações, denúncias, pedidos de providências, entre outros. Todas as demandas foram tratadas em conjunto com as áreas afins da ALERN, pugnando para que todos fossem atendidos a tempo e a hora.

Objetivando capacitar seu corpo técnico, os servidores da Ouvidoria participaram de capacitações – “Sensibilização da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” e “Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Básico” – promovidas pela Escola da Assembleia. Além disso, a unidade participou do Encontro Nacional de Ouvidorias do Legislativo, promovido pela Ouvidoria-Geral da União e pela Câmara dos Deputados, em Campo Grande/MS, como evento paralelo na Reunião Nacional da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Controladoria

A Controladoria é o órgão responsável por analisar a regularidade de processos relativos à admissão e aposentadoria de servidores/servidoras efetivos/efetivas da ALERN à comprovação da despesa pública orçamentária realizada pelo regime de adiantamento e aos relatórios de gestão fiscal.

Além dessa competência, a Controladoria possui atribuições de órgão de auditoria interna, reguladas nos arts. 43 e 44 da Resolução n.º 90/2017, bem como nos art. 5º, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 109/2018 (alterada pela Resolução n.º 014/2019), competências estas a serem exercidas pelas Inspetorias Temáticas que a integram – de Gestão de Pessoas; de Finanças, Orçamento e Contabilidade; de Controle Externo; de Gestão Tecnológica; de Compras, Licitações e Contratos; de Acompanhamento e Análise das Verbas indenizatórias dos Gabinetes Parlamentares; e de Controle Patrimonial e Almoxarifado.

Ademais, em adição à atividade de análise de processos administrativos de tramitação obrigatória e às ações de auditoria interna previstas no correspondente Plano Anual da Controladoria (PAC), aprovado pela Mesa Diretora por meio do Ato da Mesa n.º 1902/2021, a Controladoria também atua em demandas específicas requeridas pelas Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira desta Casa Legislativa.

No ano de 2021, a pandemia da Covid-19 permaneceu assolando o mundo, afetando não somente a saúde física e mental dos cidadãos, mas também as instituições, que tiveram de continuar a desenvolver e executar suas atribuições de forma adaptada a essa nova “realidade”. Assim, parte das atividades da unidade permaneceram sendo realizadas de forma remota, pois, mesmo com o advento da disponibilização de vacinas, o distanciamento social continuou a ser aplicado, ainda que de forma reduzida. Nesse contexto, segue a descrição das principais atividades desenvolvidas pela Controladoria:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Análise da prestação de contas dos suprimentos de fundos concedidos.	Todos os processos cujas diligências foram atendidas no ano base foram aprovados, zelando pela utilização dos recursos públicos de forma transparente, eficiente, eficaz e em conformidade com a legislação.
Organização, emissão de parecer e acompanhamento do envio do processo de prestação de contas anuais de gestão da ALERN ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) – ano base 2020.	Prestação de Contas concluída e enviada dentro do prazo concedido, atendendo ao que dispõem os textos normativos das Resoluções n.º 012/2016 e n.º 018/2016, do TCE/RN, tendo sido verificada a regularidade da prática de atos de gestão, no exercício de 2020, observando-se a legalidade, a legitimidade e a economicidade na administração dos recursos públicos.
Mapeamento do processo de prestação de contas ao TCE/RN.	Otimização de recursos e cumprimento dos prazos e procedimentos inerentes ao processo.



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Emissão de parecer do processo de prestação de contas anuais de gestão da Fundação Djalma Marinho (FDM) – ano base 2020.	Parecer concluído e enviado dentro do prazo concedido, atendendo ao que dispõem os textos normativos das Resoluções n.º 012/2016 e n.º 018/2016, do TCE/RN, o qual concluiu pela adequada gestão dos recursos públicos.
Acompanhamento do envio das Declarações de Bens e Rendas de membros da ALERN e de servidores/servidoras da ALERN e da FDM ao TCE/RN, por meio do Sispatri e do Portal do Servidor.	Zelo pelo cumprimento da Resolução n.º 030/2016 – TCE/RN, auxiliando na fiscalização dessas declarações, com a finalidade de controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito de agentes públicos, promovendo a transparência pública.
Estudo, proposição e detalhamento das atividades da Controladoria que compuseram o “Catálogo de Atividades” da ALERN.	Publicidade das atividades que são realizadas na Controladoria, de como elas são realizadas, além de possibilitar a reflexão sobre como é possível otimizá-las.
Revisão dos indicadores pertinentes à Controladoria, constantes no Planejamento Estratégico 2020-2023 da ALERN.	Recursos redirecionados ao atendimento dos indicadores do Planejamento Estratégico da ALERN e consequente cumprimento de seu papel social compreendido na sua missão, visão e valores.
Elaboração do Plano Anual da Controladoria – PAC 2022.	Remetido para análise da Mesa Diretora dentro do exercício. Quando aprovado, orientará as ações da Controladoria no campo da auditoria interna.

Enfrentando a pandemia

Considerando as limitações para a realização de parte das atividades do órgão, em especial aquelas relacionadas à auditoria interna, a Controladoria ateve-se às seguintes ações: análise dos processos administrativos de tramitação obrigatória; atuação e organização do processo de prestação de contas ao TCE/RN; desenvolvimento de sistemática de trabalho, já com enfoque no modo remoto, relativo ao acompanhamento da apresentação de declaração de bens e rendas pelos servidores e membros. Além dessas ações, essa unidade deu continuidade ao Levantamento para Análise Técnica acerca do trabalho remoto nas unidades administrativas da ALERN durante o período de suspensão das atividades presenciais.

Ressalte-se que esse Levantamento, que ainda está em execução, poderá subsidiar estudo sobre os benefícios e desafios de eventual implantação de trabalho remoto em regime integral ou híbrido para além da pandemia.

Por fim, os trabalhos que seriam desenvolvidos como desdobramento do PAC 2021 restaram parcialmente afetados pela inacessibilidade e limitações, na forma remota, das ferramentas necessárias à maioria dos objetos auditáveis, o que inviabilizou parte das ações do órgão no campo da auditoria interna.

Procuradoria-Geral

Este relatório tem por escopo apresentar o trabalho desenvolvido em 2021 pela Procuradoria-Geral e suas unidades vinculadas (Procuradorias Administrativa, Previdenciária e Legislativa). Órgão diretamente vinculado à Mesa, responsável máximo pelo assessoramento jurídico, consultoria e representação judicial e extrajudicial da Assembleia, organizado em carreira. No ano de 2021, destacaram-se as seguintes iniciativas:

a) Resolução n.º 33, de 1º de julho de 2021, que altera a Resolução n.º 061, de 24 de abril de 2017, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento no âmbito da ALERN;

b) Resolução n.º 39, de 31 de agosto de 2021, que altera, acresce e revoga dispositivos da Resolução n.º 112, de 6 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes regulamentadoras do auxílio de assistência à saúde concedido aos/às servidores/servidoras do Quadro de Pessoal da ALERN pela Lei n.º 10.289, de 14 de dezembro de 2017, e aos deputados/deputadas estaduais;

c) Resolução n.º 40, de 1º de setembro de 2021, que acresce e altera dispositivos da Resolução n.º 089, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos/das servidores/servidoras efetivos/efetivas da ALERN. Acresce, altera e revoga também dispositivos da Resolução n.º 090, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte;

d) Resolução n.º 41, de 29 de setembro de 2021, que dispõe sobre a possibilidade de conversão de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço em pecúnia, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte;

e) Resolução n.º 42, de 6 de outubro de 2021, que acresce o art. 344-A e os §§1º e 2º na Resolução n.º 31, de 5 de fevereiro de 2021, que institui o Regimento Interno da ALERN.

Assim como em 2020, em 2021 primou-se pelo cumprimento de prazos administrativos estabelecidos, colaborando com o andamento ágil dos serviços administrativos da Casa, apesar das adaptações que foram feitas nos andamentos processuais que passaram, também, a ser acompanhados por servidores/servidoras em *home office*.

Divisão de Acompanhamento de Processos Judiciais

Foram aprimoradas ações organizacionais, em especial a complementação do modelo de relatório detalhado de processos a serem acompanhados, bem como foi estabelecido fluxo semanal de atualização processual, com alimentação do relatório dos processos judiciais diariamente, o que facilitou o acompanhamento das demandas e otimizou a qualidade do trabalho desempenhado.

Passaram-se também a ser adotados padrões organizacionais de trabalho a fim de tornar mais eficiente a gestão, no tocante aos atos necessários para o acompanhamento dos processos judiciais, com implementação de rotina de trabalho própria, como, por exemplo, a leitura de todas as publicações e andamentos logo no início do expediente; em seguida, a pesquisa das temáticas envolvidas, para, ao final, iniciar a produção de peças. Ao término dessa rotina, há a discussão das demandas para, enfim, cumprir os prazos processuais.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Inicial verificação dos processos judiciais sob análise da Divisão.	Triagem/pesquisa realizada em todos os tribunais do Brasil (por exemplo: TJ/RN, STJ, STF e outros), bem como nos demais órgãos que compõem o sistema Judiciário (por exemplo: MP/RN, MPT/RN e outros) que potencialmente sejam judicializáveis, para verificação de processos em que a ALERN seja parte ou, eventualmente, tenha interesse no feito.
Elaboração de relatórios processuais periódicos.	Criação de relatório contendo todos os processos em que a ALERN é parte ou tem interesse no feito. Esse trabalho é periódico e contínuo, sendo que o referido relatório é atualizado (ou é feito um novo) sempre que há um andamento processual relevante, a fim de que sempre tenhamos a posição atualizada de todos os casos.
Estabelecimento de processos internos de trabalho na Divisão.	Trata-se da metodologia de trabalho implementada na Divisão, por meio do estabelecimento de rotina de trabalho e metas.
Efetivo acompanhamento dos processos judiciais.	Trata-se do acompanhamento pleno dos processos judiciais, com visualização de todas as suas movimentações, não somente das decisões judiciais. Isso possibilita a melhor tomada de decisões pela antecipação de conhecimento dos atos processuais.
Cumprimento de prazos judiciais.	Compreende desde o período do estudo das decisões judiciais, as pesquisas de doutrina e jurisprudência, bem como a produção das mais diversas petições (contestações, recursos, réplicas e outras) necessárias ao andamento dos processos, objetivando o melhor resultado para a ALERN.

Tais ações orbitam em torno dos 85 processos judiciais que foram acompanhados pela Divisão, sendo 69 casos em que a ALERN ou alguém de seu corpo seja parte direta, e 16 casos de mero acompanhamento de interesse, pois a decisão nestes casos pode afetar a Casa de alguma forma.

Dos processos acima relacionados, 17 tramitam perante a primeira instância da justiça estadual do Rio Grande do Norte, que versam sobre variados temas, a saber: reestabelecimento de VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável); conversão de licença prêmio em pecúnia; indenização por serviços não pagos pela ALERN; nulidades em processos licitatórios; cobrança de GDAE (Gratificação de Desempenho de Atividade Especial) retirado do contracheque, dentre outros.

RESULTADOS DA GESTÃO

Estão em trâmite no segundo grau da justiça estadual do Rio Grande do Norte 32 processos, chamando-se a atenção para diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidades contra dispositivos de lei exaradas pela ALERN.

Ademais, tramitam 35 processos em tribunais superiores (STJ e STF), os quais versam sobre as mais diversas matérias, sendo, em sua maioria, Ações Diretas de Inconstitucionalidades contra dispositivos de lei exaradas pela ALERN.

Além disso, acompanha-se 1 procedimento de natureza administrativa, mas que pode ter implicações judiciais.

Os demais processos são notificações para resposta, exarados por órgãos judiciais.

Divisão de Acompanhamento de Processos Administrativos

A Divisão de Acompanhamento de Processos Administrativos atuou em 2021 na análise de processos administrativos referentes a direitos e vantagens dos servidores, incluindo os de natureza previdenciária, bem como os processos referentes a licitações e contratos.

Na área de capacitação e aperfeiçoamento, a unidade participou em 2021 de curso sobre a Nova Lei Geral de Proteção de Dados, oferecido pela Escola da Assembleia, e realizado na modalidade presencial, bem como do simpósio sobre o Novo Regimento Interno da ALERN, como expositora, oferecido aos/às servidores/servidoras da Casa, realizado na modalidade *on-line*.

A Divisão atuou em 2021 na elaboração de 572 despachos numerados, 83 pareceres numerados e 6 pareceres substitutivos, além de 42 despachos não numerados. Vejamos o quadro resumo:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Controle do andamento dos processos administrativos	703 manifestações em processos administrativos, impulsionando os processos que tratam sobre licitações e contratos, assuntos funcionais e previdenciários, além das variadas consultas respondidas e diligências realizadas aos mais diversos setores da Casa.
Análise de processos que envolvem assuntos funcionais	Foram analisados 114 pedidos de evolução funcional.
Análise de processos que envolvem matéria de contratos e licitações	Foram analisadas 43 minutas de editais; 54 termos aditivos contratuais e 151 contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade de licitação.
Análise de processos sobre matéria previdenciária	Foram analisados 32 pedidos de licenças-maternidade; 10 pedidos de licenças médicas/auxílio-doença; 3 pedidos de aposentadoria e 9 pedidos de regularização de contribuições previdenciárias.
Orientação de servidores e de setores da Casa	Atendimento feito por meio de respostas a consultas, participações em reuniões e orientação verbal.



Divisão de Acompanhamento de Demandas Específicas

Esta Divisão, junto à Procuradoria Adjunta, busca assessorar no planejamento e na atuação jurídica estratégica, em conformidade com as prioridades da Procuradoria-Geral, auxiliando, ainda, no gerenciamento e aprimoramento das legislações estaduais, inclusive internas, no desenvolvimento de ações voltadas para a qualidade e produtividade das Procuradorias.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Acompanhamento de processos	Monitoramento mensal de demandas específicas acompanhadas semanalmente: - 36 Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal; - 9 Mandados de Segurança no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
Atuação em processos	Peticionamento nas demandas específicas anteriormente enumeradas.
Elaboração de atos	Produção de atos específicos para a administração interna da ALERN, em especial os voltados para o funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito: - Pareceres em proposições legislativas e na instalação da “CPI da Covid”; - Pareceres em consultas jurídicas.
Consultas jurídicas	Prestação de apoio jurídico, por meio de consultas e reuniões, a diversos setores da ALERN.

Procuradoria Administrativa

A Procuradoria Administrativa tem por incumbência “pronunciar-se acerca de toda matéria de natureza administrativa que lhe for encaminhada pelo Procurador-Geral, e outras atribuições por ele determinadas”, cabendo-lhe ainda, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento aos diversos setores deste Poder.

Visando à realização de seus fins institucionais, esta unidade tem realizado suas funções, conforme os seguintes objetivos: a. pronunciar-se com agilidade; b. agir com eficiência na análise jurídico/administrativo; e c. agir com eficiência nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, como forma de prevenir eventuais prejuízos a esta Casa Legislativa e aos/às servidores/servidoras.

Divisão de Assuntos Funcionais

A Divisão de Assuntos Funcionais é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico em matérias relacionadas aos direitos e deveres do/da servidor/servidora.

RESULTADOS DA GESTÃO

Dentre as competências da Divisão, destacam-se a análise de processos administrativos e a emissão de parecer em matéria que verse sobre pessoal, pronunciando-se acerca de toda matéria de natureza administrativa e executando atividades atinentes à consultoria e à assessoria jurídica, relativas aos/às servidores/servidoras da ALERN.

No ano de 2021, a Divisão de Assuntos Funcionais procedeu à análise jurídica de todos os processos a ela distribuídos, determinando devidas diligências, bem como emitindo 189 Pareceres Jurídicos relativos aos/às servidores/servidoras do Poder Legislativo, sendo 106 referentes à evolução funcional deles/delas na carreira; 33, às verbas remuneratórias, rescisórias e indenizatórias; 16, à adicional de qualificação; 11, a abono de permanência; 8, à licença-prêmio; e 15 sobre assuntos diversos.

Divisão de Licitações e Contratos

A Divisão de Licitações e Contratos, em 2021, realizou a análise da regularidade jurídica dos processos, com a emissão de parecer jurídico quanto à sua viabilidade. Em caso de irregularidade, são feitas recomendações para adoção de providências saneadoras e, cumpridas as diligências, é então elaborado o parecer jurídico, que possui caráter opinativo, e é sempre submetido à apreciação da Procuradoria-Geral.

Em 2021, foram registrados 313 movimentações processuais, sendo 271 pareceres; 41 despachos de diligência; e 1 termo de juntada.

Procuradoria Previdenciária

A Procuradoria Previdenciária possui competência para emitir pareceres e assessorar a Casa Legislativa em matérias afetas à área previdenciária, tanto do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (IPERN) quanto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (INSS) e do Regime de Previdência Complementar (RPC) e outras atividades afetas à matéria previdenciária.

Em 2021, essa Procuradoria ganhou relevo em razão da aplicabilidade da Emenda Constitucional Estadual n.º 20, de 29 de setembro de 2020, que estabeleceu a Reforma da Previdência Estadual, em conformidade com a Reforma da Previdência Federal operada pela Emenda Constitucional Federal n.º 103, de 12 de novembro de 2019.

Os Pareceres, Despachos, Apostilas, além de diversas consultas e assessoramento produzidos pela Procuradoria Previdenciária estão discriminados na tabela a seguir:

Item	Descrição	Total
1	Acompanhamentos de Aposentadorias no TCE/RN	11
2	Apostilas	10
3	Cálculos Previdenciários	1



Item	Descrição	Total
4	Despachos numerados (com carga decisória)	8
5	Despachos simples	61
6	Memorandos	7
7	Pareceres Jurídicos	80
8	Simulações de Benefícios Previdenciários (APO)	1
9	Termos Diversos	53
10	Diligências	10
Total		242

Procuradoria Legislativa

Na sessão legislativa de 2021, a Procuradoria Legislativa, no cumprimento de suas atribuições de assessoramento, assistência e consultoria jurídica e técnico-legislativa às Comissões Parlamentares, atuou em 392 processos e assistiu às Comissões desta Casa, quando das suas reuniões, distribuídas conforme os itens que se seguem.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJR)

Foram pautados 637 Processos ao longo das 28 Reuniões Ordinárias e 7 Reuniões Extraordinárias, dos quais 390 foram efetivamente deliberados e 21 foram Rejeitados por Vícios de Constitucionalidade ou por Prejudicialidade. Em relação ao ano de 2020, a CCJR deliberou, em 2021, 24 processos a mais.

Não foram contabilizados os que entraram em pauta, mas foram “Retirados de Pauta”, os “Pedidos de Vista”, “Não deliberados por ausência do relator”, ou “Retirados de Tramitação a Pedido do Autor”. Ou seja, um único processo pode ter sido pautado mais de uma vez, o que explica a grande diferença entre número de processos pautados e os efetivamente deliberados.

Atualmente, na CCJR encontram-se sobrestados 82 Projetos de Lei nas seguintes situações: Pedido de vista (2); Diligência Enviada (3); Diligência Cumprida (4); Aguardando resposta de Diligência (16); Voto do Relator aprovado à unanimidade (2); Aguardando Assinatura de setor designado (6); Retirados de Pauta (11); Apensado (2); Não incluir em Pauta (2); Distribuído ao Relator/Aguardando parecer (17); e Servidor Designado para Assessoria Jurídica (17).

Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF)

Foram pautados 74 processos ao longo das 14 Reuniões Ordinárias e 2 Reuniões Extraordinárias, sendo 34 processos deliberados efetivamente, aprovados com ou sem emendas.

Assim como na CCJR, não foram contabilizados os projetos que entraram em pauta, mas foram “Retirados de Pauta” os que tiveram “Pedido de Vista”, “Não deliberados por ausência do relator” ou “Retirados de Tramitação a Pedido do Autor”. Observa-se que muitos processos foram inseridos em pauta mais de uma vez, o que explicaria a grande diferença entre “pautados” e “efetivamente deliberados”.

Atualmente, encontram-se sobrestados na Comissão 6 Projetos de Lei do ano de 2021, nas seguintes situações: Aguardando parecer (5) e Pedido de vista (1). Foram expedidos, em 2021, 40 ofícios para órgãos e entidades externas e 1 Requerimento para dar ciência ou andamento.

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo (CECTDSMAT)

Foram pautados 115 projetos de Lei ao longo das 11 Reuniões Ordinárias e 1 Reunião Extraordinária no ano de 2021, tendo sido 92 efetivamente deliberados, com ou sem emendas.

Não foram contabilizados os projetos que entraram em pauta, mas foram “Retirados de Pauta” os que tiveram “Pedido de Vista”, “Não deliberados por ausência do relator”, ou “Retirados de Tramitação a Pedido do Autor”.

Atualmente, encontram-se sobrestados na Comissão 55 Projetos de Lei do ano de 2021, nas seguintes situações: Aguardando designação de relator (46); Anexados a outros processos (4); Com servidor designado (1); Distribuídos ao relator (2); Pedido de vista (1); e Aguardando resposta de diligência (1).

Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública (CASPTSP)

Foram pautados 113 processos pautados ao longo das 13 Reuniões Ordinárias e 4 Reuniões Extraordinárias, tendo sido efetivamente deliberados 90 deles. Ao todo, 90 Projetos de Lei foram aprovados nesta Comissão, com ou sem emendas.

Também aqui não foram contabilizados os projetos que entraram em pauta, mas foram “Retirados de Pauta”, os que tiveram “Pedido de Vista”, “Não deliberados por ausência do relator”, ou “Retirados de Tramitação a Pedido do Autor”.

Atualmente, encontram-se sobrestados na Comissão 21 Projetos de Lei do ano de 2021, nas seguintes situações: Aguardando designação de relator (16); Já distribuídos aguardando parecer (2); e Com votos aprovados aguardando tramitação (3).

Comissão de Defesa do Consumidor, dos Direitos Humanos e Cidadania (CDCDHC)

Foram pautados 33 processos ao longo das 5 Reuniões Ordinárias, tendo sido 29 efetivamente deliberados e aprovados com ou sem emendas.

Não foram contabilizados os que entraram em pauta, mas foram “Retirados de Pauta”, os “Pedidos de Vista”, “Não deliberados por ausência do relator”, ou “Retirados de Tramitação a Pedido do Autor”. Atualmente, encontram-se sobrestados na Comissão 5 Projetos de Lei de 2021, todos aguardando designação de relator.

Comissão de Saúde (CS)

Foram pautados 41 Projetos de Lei pautados ao longo das 14 Reuniões Ordinárias, e 1 Reunião Extraordinária realizada, tendo efetivamente deliberados e aprovados com ou sem emendas 35 deles.

Também, aqui, não foram contabilizados os que entraram em pauta, mas foram “Retirados de Pauta”, os “Pedidos de Vista”, “Não deliberados por ausência do relator”, ou “Retirados de Tramitação a Pedido do Autor”.

Atualmente, encontra-se sobrestado na Comissão 1 Projeto de Lei, que já se encontra distribuído ao relator.

Além da atuação nos processos e na assistência às Comissões desta Casa pela Procuradoria Legislativa, destaca-se as seguintes atividades e efetividades:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Implantação do Sistema de Gestão de Emendas Orçamentárias.	Em andamento
Implementação da Divisão de Controle Externo.	Em andamento
Interação Parlamentar/Assessoria mediante grupo exclusivo em aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e presencialmente.	Efetivado
Utilização do SEI e endereços eletrônicos para a comunicação com órgãos do Estado do RN.	Efetivado
Reuniões constantes para aperfeiçoamento do Sistema “e-legis” no âmbito das Comissões Permanentes.	Efetivado
Assessoramento aos parlamentares para elaboração das emendas às Leis Orçamentárias	Efetivado

Ressalte-se ainda: (1) a atuação da Divisão de Controle Externo nas matérias submetidas à CFF, notadamente as leis orçamentárias e as de natureza financeira, por meio do assessoramento, assistência ou consultoria no exame de 74 processos, dos quais 34 foram efetivamente deliberados; e (2) a implantação do inovador sistema de gestão de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual, desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica, responsável por realizar o acolhimento das emendas propostas, o encaminhamento destas para votação na CFF e no Plenário, e, por fim, a geração de relatórios e demonstrativos que, inclusive, integraram o Autógrafo enviado ao Poder Executivo. Tudo isso fruto do esforço de servidores/servidoras da Casa no sentido de aperfeiçoar a tramitação, análise, aprovação e controle das proposições dos deputados/deputadas estaduais ao Orçamento Geral do Estado.

Diretoria-Geral

Nos termos da Resolução n.º 90, de 12 de dezembro de 2017, a Diretoria-Geral da Assembleia é responsável pelas funções de superintendência da gestão administrativa e financeira, por meio do desenvolvimento, implantação e acompanhamento de programas de planejamento, organização, controle, coordenação e gerência de atividades técnico-administrativas, com a missão de zelar pela eficácia e eficiência administrativa desta Casa.

A Diretoria-Geral é uma unidade vinculada diretamente à Mesa, a qual cabe a sua representação sobre matérias de serviço e de pessoal, supervisionando, por delegação desta, a execução dos serviços relacionados à administração e economia interna. Compete também à Diretoria-Geral representar a Presidência quanto a essas questões.

A estrutura organizacional da Diretoria-Geral é composta pelo seu Gabinete, formado pela Chefia de Gabinete, pela Assessoria e pela Assessoria de Planejamento, aos quais compete assessorar o Diretor-Geral no exercício de suas funções, assim como auxiliar os membros da Mesa Diretora nas matérias relacionadas à Presidência, referentes às suas funções político-administrativas.

A Diretoria-Geral é composta, também, pelas Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Gestão Tecnológica e Diretoria de Políticas Complementares, que estão sob seu controle e coordenação. Diante do atual quadro pandêmico, no ano de 2021, a Diretoria-Geral manteve o acompanhamento dos trabalhos exercidos por suas Diretorias nesse período de retomada e adaptação das atividades, no qual buscou junto a estas atuar, organizar e operar todas as atividades necessárias ao pleno funcionamento da Assembleia Legislativa.

O esforço empreendido pela Diretoria-Geral foi reconhecido: a ALERN venceu, pela segunda vez consecutiva, o prêmio UNALE “Assembleia Cidadã”, na categoria “Gestão”. No ano de 2021, a Instituição concorreu com o sistema “e-Legis”, desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica. O Sistema, após sua implantação, passou a gerenciar todo o ciclo do processo legislativo, tornando-o totalmente eletrônico.

Ao procurar se adequar ao quadro da pandemia mundial, a Diretoria-Geral da Assembleia passou por uma série de adaptações para garantir o exercício das atividades do setor, sempre buscando manter a eficiência sem comprometer a segurança e a saúde de seus servidores. A Diretoria continuou, então, sua atuação junto ao Comitê de Prevenção e Combate à Covid-19 da ALERN, por meio da implantação de medidas, dentre elas a redução do horário de expediente e o revezamento de servidores/servidoras, inclusive providenciando, em março de 2021, a suspensão das atividades presenciais na sede para realizar a desinfecção do prédio.

Diante da continuidade do quadro pandêmico, foram implantadas as adaptações necessárias, no decorrer do ano de 2021, para que o Gabinete da Diretoria-Geral mantivesse sua atuação eficaz. Isso teve como resultado a elaboração de minutas de Atos da Mesa relativos à administração da Casa com matérias distintas, a saber: 9 Atos de Abono de Permanência; 12 Atos de Afastamento; 4 Atos de Anuênio; 12 Atos de Adicional de Qualificação; 104 Atos de Evolução Funcional; 3 Atos de licença-prêmio; 4 Atos de Auxílio-doença; 18 Atos de Estabilidade; 19 Atos de Indenização; 14 Atos de Isenção de IR; 49 Atos de Diárias de deputados/deputadas estaduais; 24 Atos de Indeferimento; 15 Atos referentes à Covid-19; e 26 Atos de Licença-Maternidade, dentre outros.

Ainda na sua atividade de assessoramento, o Gabinete da Diretoria-Geral foi responsável pela elaboração de 58 Portarias, 54 Memorandos e pela expedição de 129 Ofícios da Diretoria-Geral, dentre outros documentos. Também foram desenvolvidas 7 Portarias, 617 Ofícios e 5 Memorandos do Gabinete da Presidência.

O Gabinete da Diretoria-Geral manteve a eficácia no desempenho de suas funções no período de 4 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, cumprindo devidamente com suas atividades, tendo tramitado diversos protocolos, quais sejam: ofícios, correspondências, solicitações, memorandos, Processos Administrativos e de Pessoal, dentre outros, caracterizando o resultado das atividades executadas e refletindo a efetividade do Gabinete, uma vez que cada um desses protocolos foi recebido, analisado e devidamente tramitado dentro desta Assembleia.

No ano de 2021, o Diretor-Geral foi o responsável pela supervisão dos trabalhos de elaboração do Relatório de Gestão, referente ao ano de 2020, e pela continuidade da coordenação do Planejamento Estratégico 2020/2023, da Assembleia Legislativa, que se encontra na etapa de execução, monitoramento e acompanhamento dos macrodesafios, indicadores, metas e iniciativas estratégicas, devendo-se ressaltar dentre estes trabalhos a elaboração do “Catálogo de Atividades”, a revisão dos indicadores e a realização da Reunião da Análise da Estratégia.

Deve-se observar, ainda, a atuação da Diretoria-Geral quanto a designação de Comissões Especiais diversas e de Grupos de Trabalho com atuações importantes no ano de 2021. Dentre elas estão: a Comissão formalizada para realização do concurso, que providenciou a autorização para a realização do concurso; o Grupo Técnico de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico, responsável pelo acompanhamento das demandas relativas ao Processo Legislativo Eletrônico; a Comissão Especial para realizar pesquisas e estudos, bem como apresentar valores comparativos referente a despesas com pessoal entre esta Casa Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado; a Comissão Grupo de Estudos com a finalidade de adequar as atividades desta Casa Legislativa à Lei Geral de Proteção de Dados; e a Comissão Especial para realizar pesquisas e estudos para elaboração de plano de previdência complementar para deputados/deputadas estaduais e servidores/servidoras.

A Diretoria-Geral acompanhou, de modo ainda mais próximo, os trabalhos exercidos por suas Diretorias nesse período de adequação das atividades. Para isso, desenvolveu, implantou e acompanhou as medidas a serem colocadas em prática na Casa junto ao Comitê de Prevenção e Combate à Covid-19 da ALERN.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
<p>Minutas que resultaram nos Atos da Mesa - Produzidas pelo Gabinete da Diretoria-Geral</p>	<p>Ato da Mesa n.º 1580/2021 – Determinou a realização virtual das Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa nas terças e quartas-feiras, na forma regimental e observadas as regras já estabelecidas para o Sistema de Deliberação Remota e o Plenário Virtual.</p> <p>Ato da Mesa n.º 1469/2021- Dispõe sobre as novas medidas de prevenção à infecção e propagação do Covid-19 no âmbito da Assembleia Legislativa. Publicado em 24/2/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 1545/2021 - Determinou a prorrogação do fechamento da Assembleia Legislativa até 19 de março de 2021. Publicado em 13/3/2021.</p> <p>Ato da Mesa nº 1620/2021 - Prorrogou o fechamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 5 de abril de 2021. Publicado em 19/3/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 1725/2021 - Prorrogou o regime de trabalho remoto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 16 de abril de 2021. Publicado em 6/4/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 1767/2021 - Prorrogou o regime de trabalho remoto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 26 de abril de 2021. Publicado em 16/4/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 1777/2021 - Prorrogou o regime de trabalho remoto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 30 de abril de 2021. Publicado em 27/4/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º1832/2021 - Prorrogou o regime de trabalho remoto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 14 de maio de 2021. Publicado em 4/5/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º1868/2021 - Prorrogou o regime de trabalho remoto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 25 de maio de 2021. Publicado em 15/5/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 1913/2021 –Prorrogou o regime de trabalho remoto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 7 de junho de 2021. Publicada em 26/5/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 1954/2021 – Prorrogou o regime de trabalho remoto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte até o dia 30 de junho de 2021. Publicada em 11/6/2021.</p>



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
<p>Minutas que resultaram nos Atos da Mesa - Produzidas pelo Gabinete da Diretoria-Geral</p>	<p>Ato da Mesa n.º 1991/2021 - Determinou o retorno ao trabalho presencial de todos os servidores da Assembleia Legislativa, das 8h às 14h, de segunda-feira a quinta-feira, fixando o percentual de 50% (cinquenta por cento), em escala de rodízio, até o dia 31 de julho de 2021. Publicada em 1/7/2021.</p> <p>Ato da Mesa nº 2084/2021 - Determinou o retorno ao trabalho presencial de todos os servidores da Assembleia Legislativa, das 8h às 14h, de segunda-feira a quinta-feira, fixando o percentual de 70% (setenta por cento) presencial, em escala de rodízio, até o dia 3 de setembro de 2021. Publicada em 30/7/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 2201/2021 - Determinou o retorno ao trabalho presencial de todos os servidores da Assembleia Legislativa, das 8h às 14h, de segunda-feira a quinta-feira, fixando o percentual de 70% (setenta por cento) presencial, em escala de rodízio, até o dia 3 de novembro de 2021. Publicada em 3/9/2021.</p> <p>Ato da Mesa n.º 2403/2021 –Determinou o retorno ao trabalho presencial dos servidores da Assembleia Legislativa, das 8h às 14h, de segunda-feira a sexta-feira, fixando o percentual de 80% (oitenta por cento) presencial, em escala de rodízio, até o dia 21 de dezembro de 2021. Publicada em 4/11/2021.</p>

Assessoria de Planejamento

A publicação da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALERN, por meio do Ato da Mesa n.º 1.155-2020, permitiu uma visão das atividades da Instituição, suas *interfaces* e suas correlações com a estratégia Institucional, para a geração de produtos e serviços à sociedade, além do desdobramento do nível intermediário de detalhamento, denominados subprocessos/atividades. Diante disso, esta Assessoria deu continuidade na elaboração do “Catálogo de Atividades” da ALERN.

O referido Catálogo tem como objetivo apresentar e difundir as atividades desenvolvidas no âmbito das unidades desta Casa Legislativa, favorecer a comunicação interna e possibilitar a construção de novos caminhos, com o fito da criação de um modelo de gestão que gere resultados com eficiência e eficácia à sociedade.

Para a realização desse trabalho, existiu uma acentuada dificuldade advinda da impossibilidade de encontros presenciais que facilitariam a discussão para a elaboração do documento. Contudo, foram realizadas reuniões virtuais, por meio de plataformas digitais, que possibilitaram a participação ativa dos representantes de todas as unidades da ALERN, fundamental para a finalização do “Catálogo de Atividades”.

RESULTADOS DA GESTÃO

Após meses de reuniões, leituras conjuntas e correções, em 6 de outubro de 2021, por meio do Ato da Mesa n.º 2.320-2021, o “Catálogo de Atividades” foi publicado. Neste constam os fluxos dos procedimentos com as principais atividades por unidade administrativa, que servirão de base para a manualização de processos, conforme meta no Plano Estratégico vigente.

A partir do “Catálogo de Atividades”, a Assessoria de Planejamento seguiu a etapa de manualização dos processos, iniciando em três unidades administrativas da Casa, quais sejam: Presidência, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa. O desenvolvimento destas atividades contou com o apoio de servidores/servidoras de cada área envolvida.

A finalização destes trabalhos contribuiu para o alcance de metas estabelecidas no Plano Estratégico 2020-2023: I – Executar o Macrodesafio “Implantar a Gestão de Processos”; II – Alcançar resultados positivos do indicador “Índice de modelagem de processos”; e III – Cumprir a iniciativa estratégica de “Manualizar os Processos”.

Com o apoio da Escola da Assembleia, da Diretoria de Gestão Tecnológica (DGT) e a participação de servidores/servidoras de todas as unidades da Assembleia, a Assessoria de Planejamento estruturou a realização de oficinas de capacitação, no período de agosto a outubro, que resultaram em grandes feitos para a implantação e implementação de processos de gestão estratégica da ALERN e o cumprimento de metas estabelecidas no Plano Estratégico vigente.

E, na intenção de apoiar a Diretoria-Geral no cumprimento do Macrodesafio 6 “Buscar Excelências nas práticas de Governança e Gestão”, estabelecido no Plano Estratégico, a equipe da Assessoria de Planejamento participou da Oficina “Gestão de Riscos”, visando adotar uma política de gerenciamento de risco para mitigar os possíveis obstáculos que comprometam a execução das ações planejadas.

O levantamento dos eventos de riscos foi realizado com base nas informações da “Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos”, realizada no ano de 2020, e também com a contribuição das equipes de todas as unidades. A segunda etapa será finalizada no exercício de 2022.

A revisão do Plano Estratégico vigente é coordenada pela equipe da Assessoria, com a participação das equipes lotadas nas diversas unidades. O referido trabalho foi direcionado a reformulação dos indicadores existentes, criação de novos indicadores e ainda a revisão das iniciativas estratégicas, atendendo à determinação do Comitê de Governança.

Para o desenvolvimento do referido trabalho conta-se com as oficinas de “Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica”, ocorrida em agosto e setembro, e a Oficina Técnica “Gestão de Formulação de Indicadores de Desempenho”, ocorrida em setembro.

Esta Assessoria, em conjunto com a DGT e a Diretoria de Políticas Complementares, participaram da criação de uma pesquisa de satisfação voltada para os usuários do projeto “Assembleia e Você”, realizada na cidade de Parelhas, o que possibilitou à ALERN ter um nível de conhecimento sobre o alcance e resultados dos seus trabalhos junto à sociedade. Esse trabalho foi reflexo do resultado obtido na revisão do Plano, antes mesmo da sua publicação.



A 1ª participação da equipe técnica desta Assessoria no Encontro da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), realizada no período de 24 a 26 de novembro de 2021, oportunizou apresentar a alguns participantes de outros estados os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na ALERN e, ainda, estreitar um canal de comunicação com outras Casas Legislativas.

Foi disponibilizado na Intranet espaço voltado para a Governança e Gestão desta Casa Legislativa. Esse canal de comunicação possibilita aos/às servidores/servidoras da ALERN o acesso a todos os atos de Governança e Gestão praticados, atas de reuniões, etc., ampliando assim a transparência da gestão. Para tanto, conta-se com o apoio da DGT.

Seguindo as atribuições impostas pela Resolução n.º 90/2017-ALERN, foram desenvolvidos trabalhos de assessoramento à Comissão de Fiscalização e Finanças, no que se refere à análise de projetos de lei orçamentária PLOA – 2022, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2022; controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do exercício 2021 da ALERN, para subsidiar decisões administrativas junto à Diretoria Geral; e participação em reuniões com os outros poderes, para tratar das questões orçamentárias e financeiras.

Diretoria Administrativa e Financeira

A Diretoria Administrativa e Financeira tem como responsabilidade a coordenação, a gestão, a organização e a operação de todas as atividades administrativas da Casa, fornecendo o suporte necessário aos órgãos e às demais unidades administrativas.

A Diretoria é composta pelas seguintes unidades: Gabinete de Apoio Administrativo; Divisão de Protocolo e Arquivo Coordenadorias de Gestão de Pessoas, de Remuneração e Benefícios, de Compras e Patrimônio, de Infraestrutura e Apoio Logístico e de Planejamento e de Execução Orçamentária e Financeira.

Quanto ao Gabinete de Apoio Administrativo, que assiste direta e imediatamente à Diretoria no exercício de suas funções, atribuições e responsabilidades, destaca-se: o trabalho desenvolvido, em conjunto com a Diretora Administrativa e Financeira, para a aquisição de imóveis necessários para a modernização da infraestrutura da ALERN, cujo Projeto está apresentado na seção Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico, do capítulo 3; e os esforços empreendidos para a regularização fundiária do Palácio José Augusto, expostos a seguir. Posteriormente, são apresentados os resultados da Divisão de Protocolo e Arquivo.

As atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias referidas anteriormente, assim como a efetividade destas, estão apresentadas nas seções Gestão de Pessoas, Gestão de Remuneração e Benefícios, Gestão de Compras e Patrimônio, Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico, e Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal, do capítulo 3, Áreas Específicas de Gestão.

Regulação fundiária do Palácio José Augusto

O Palácio José Augusto, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN), inaugurado em 31 de janeiro de 1983, foi edificado em área que abrangia vários terrenos, alguns registrados em nome do Estado do Rio Grande do Norte e outros em nome de particulares. Sabe-se que, à época, alguns imóveis foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, pelo Decreto n.º 6.164/1973, mas não foram localizadas as comprovações do pagamento e da efetiva desapropriação.

Diante dessa situação, desde 2016 foram empreendidos esforços para regularizar a propriedade da área em favor da ALERN. Contudo, apenas a partir de 2019, ocorreram avanços significativos quanto à questão.

Em 2019, foi realizado o levantamento topográfico e obtida certidão junto ao 3º Ofício de Notas (Cartório de Registro de Imóveis do Natal/RN) acerca de todo e qualquer registro cartorial que envolvesse a área onde se encontra construída a Sede do Poder Legislativo Estadual, pela empresa contratada por licitação. Na certidão, a serventia identificou que a área continha 11 lotes de diferentes proprietários, sendo 4 em nome do Estado do Rio Grande do Norte e os demais em nome de particulares.

A Administração empreendeu diversas diligências e reuniões junto aos órgãos que poderiam fornecer informações para a regularização fundiária do prédio: Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Secretaria Municipal de Tributação, 3º Ofício de Notas, Secretaria de Estado da Administração e Procuradoria Geral do Estado.

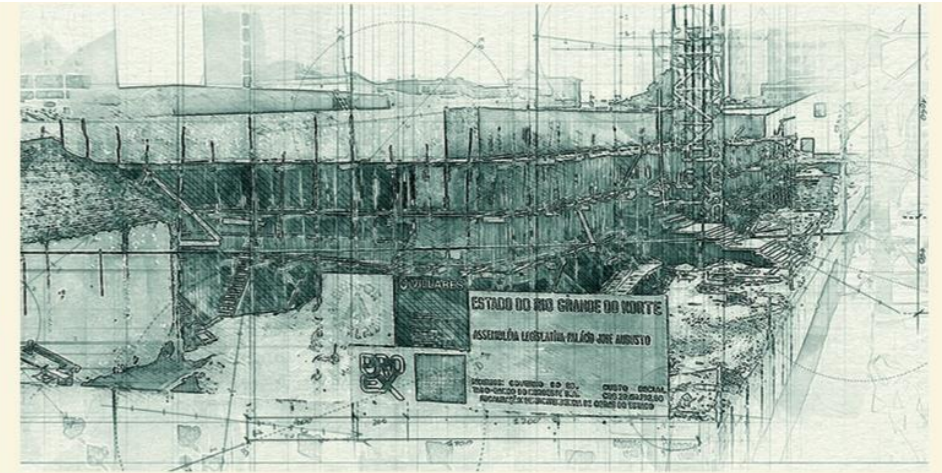
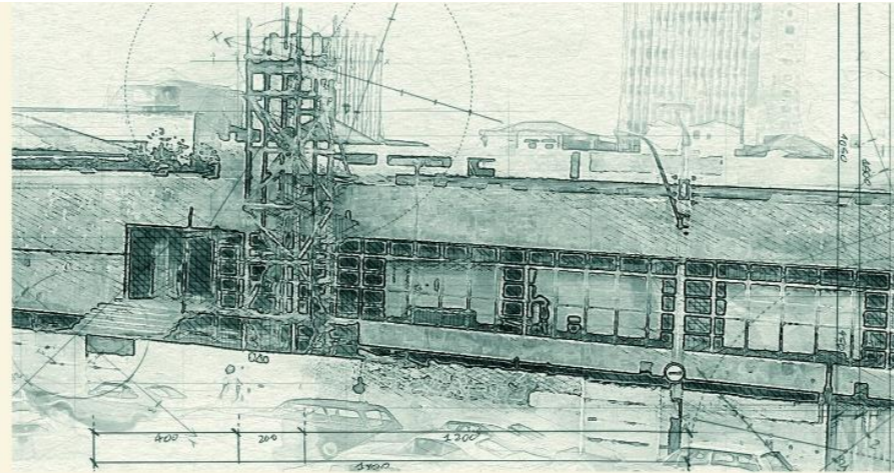
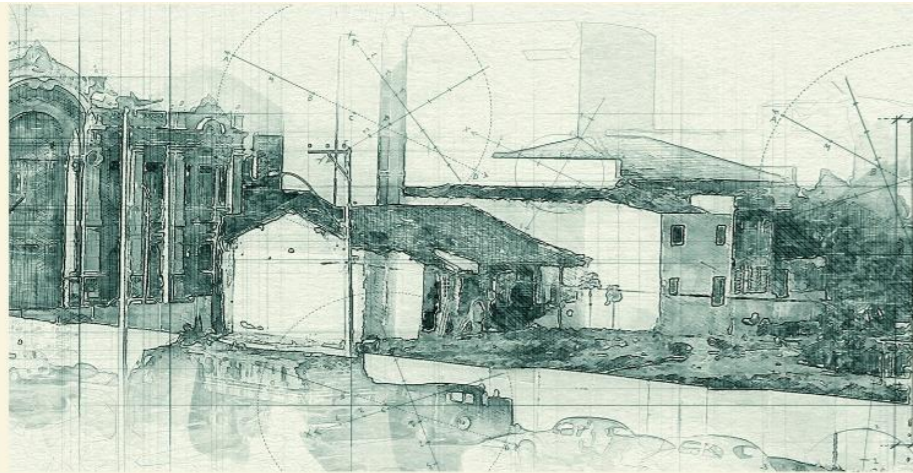
Ressalte-se o papel determinante da Secretaria Municipal de Habitação que forneceu certidão fundiária, informando que não dispunha de informações registrais sobre a área do Palácio, bem como disponibilizou equipe para a realização de reuniões na sede da Secretaria, para o fornecimento de informações e discussão sobre os encaminhamentos.

Também merece destaque a atuação de unidades internas. Enquanto o Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar colheu algumas imagens do local anteriores à construção do Palácio José Augusto, a fim de se tentar identificar as edificações existentes na área à época, o Arquivo coletou informações em seus registros que contribuíram para subsidiar a regularização do prédio.

Após consulta a vários órgãos, a ALERN, por meio de seu Presidente, Deputado Ezequiel Ferreira, oficiou o 3º Ofício de Notas – Cartório de Registro de Imóveis do Natal/RN, requerendo a regularização fundiária do imóvel. Em resposta, a serventia apresentou certidão comprovando que abriu matrícula para o imóvel, bem como procedeu à sua titularização definitiva em favor da Casa Legislativa, averbando todos os títulos anteriores.

Dessa forma, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte finalizou a regularização fundiária do seu prédio sede, Palácio José Augusto, conquistando o respectivo título de propriedade, demanda que remanescia desde a sua inauguração em 1983, proporcionando segurança jurídica ao patrimônio legislativo estadual.

Regularização fundiária do Palácio José Augusto – Após 38 anos de construído



Divisão de Protocolo e Arquivo

A Divisão de Protocolo e Arquivo é a unidade responsável pelo recebimento, pelo cadastramento e pela distribuição dos expedientes externos e internos, e controle das atividades referentes à gestão documental, dispersão e preservação da informação.

No decorrer do ano de 2021, uma demanda específica da Casa exigiu maior atenção por parte dos/das servidores/servidoras lotados/lotadas na Divisão. O motivo deu-se em virtude do volume elevado de requerimentos e, para trazer maior celeridade e eficácia, os/as servidores/servidoras dividiram-se em equipes. Isso resultou na formação de grupos, despontando com aqueles encarregados do recebimento e conferência dos requerimentos. Depois, os/as responsáveis por incluir a resolução n.º 041/2021 aos documentos da demanda; outro/outra, por sua vez, realizava a inclusão no sistema de protocolo. Por fim, o grupo designado para atuar e enviar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP), para demais providências.

Após tal período, ficou clara a necessidade de distribuir entre os/as servidores/servidoras da Unidade funções com as quais cada um deles/delas estivessem mais inclinados, trazendo um aperfeiçoamento aos trabalhos desempenhados. Tais tarefas dividiram-se em: receber e analisar o documento/processo; protocolá-lo por meio do sistema interno; autuá-lo, se necessário; distribuí-lo ao local ao qual se destina.

Com o período agudo da pandemia, passou-se, então, a utilizar de forma cotidiana o *e-mail* institucional, bem como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Esses mecanismos auxiliaram e ainda auxiliam no recebimento das demandas decorrentes dos/das servidores/servidoras do Poder Legislativo e demais órgãos da administração pública, fazendo com que as demandas não fiquem restritas ao meio físico, proporcionando atender àqueles/àquelas servidores/servidoras e demais interessados/interessadas que estão impossibilitados de comparecer à Instituição.

Em suma, mesmo em meio ao cenário pandêmico, exigiu-se do setor adaptações na rotina de trabalho, reorganizando as atividades e buscando trabalhar com celeridade e eficiência.

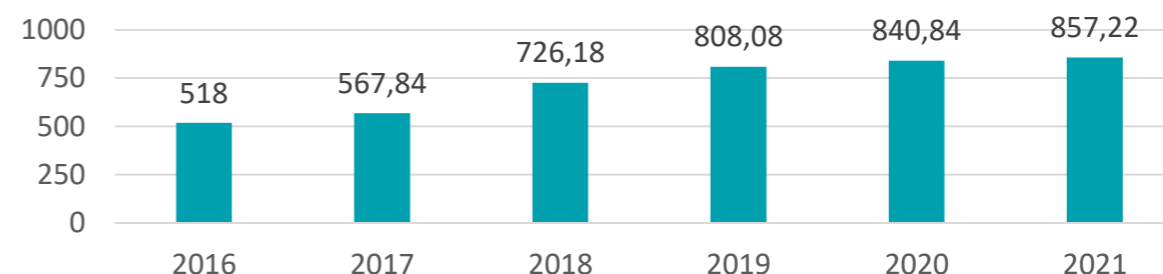
Núcleo de Arquivo

O Núcleo de Arquivo conta com um espaço de 194,2m² distribuído em 146 estantes e 6 paletes, totalizando 857,22 metros lineares de documento. Essa unidade, subordinada e incorporada à Divisão de Protocolo e Arquivo, tem como principal atribuição a guarda documental, a preservação da informação jurídica, administrativa, legislativa e histórica da ALERN.

Dentre as demais atribuições do setor estão: executar as atividades referentes à gestão documental, dispersão e preservação da informação jurídica, administrativa, legislativa e histórica que faz parte do patrimônio documental da ALERN; efetuar a análise, avaliação, seleção, guarda ou eliminação de documentos, contribuindo para a racionalização do Arquivo; providenciar a busca, o desentranhamento e a juntada de documentos e papéis em processo arquivado; restaurar documentos antigos e desgastados; organizar o espaço

físico do Arquivo; assegurar a integridade física dos documentos; gerenciar a entrada e saída de documentos; auxiliar na busca e pesquisa de documentos: realizar a limpeza de documentos, dentre outros.

No ano de 2016, foi realizado o primeiro diagnóstico arquivístico da ALERN criando o marco da mensuração do acervo, pois ficou constatado o tamanho, a tipologia, temporalidade, suporte e a importância dos documentos de cunho histórico. Essa evolução vem sendo acompanhada, anualmente, com a entrada dos documentos no acervo, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ).



Vale salientar que o “e-Legis” contribui bastante para a diminuição do uso de papel na ALERN, principalmente dos documentos legislativos, que passaram a ser digitais, modernizando o trabalho e servindo de referência para outras casas legislativas. Já no ano de 2021, ocorreu uma diminuição no envio de documento para o acervo do Arquivo devido à pandemia, ao contrário do que ocorreu em anos anteriores.

Conforme extraído do banco de dados do sistema utilizado pela Assembleia Legislativa para gerir o protocolo de documentos internos e externos, no ano de 2021 foram recebidos pelo Núcleo de Arquivo 930 documentos de diversos tipos e assuntos. Esses documentos recebidos, são, em sua grande parte, para arquivamento, função principal deste setor.

Um grande marco, no ano de 2021, que vale destacar foi a celebração do contrato público n.º 24/2021, entre a ALERN e empresa terceirizada, o qual deu início à digitalização do acervo arquivístico ainda neste ano e em meio a pandemia.

O contrato celebrado consiste na organização de documentos físicos; fornecimento de cartonagem; *bureau* de serviços; serviços de gestão de projeto; serviço técnico de gestão documental, digitalização e indexação de documentos; fornecimento de sistema ECM; suporte e manutenção de sistema. Desse modo, o contrato possibilitou a melhoria da infraestrutura dos arquivos, tornando-os digitais, por conseguinte, garantindo maior segurança na guarda desses documentos.

Importante ressaltar a cooperação e dedicação ininterrupta dos/das servidores/servidoras do Núcleo com a execução do contrato, fazendo com que os objetivos expressos em cláusulas contratuais sejam fielmente executados. A colaboração dos/das servidores/servidoras deste setor arquivístico para a execução dos objetos contratados se deu com catalogação dos processos, separação e envio das remessas de caixas com processos, requerimentos e projetos de leis a serem digitalizados. Consoante relatório de entregas de lotes realizado pelo arquivo, foram enviados, até o presente momento, para a empresa responsável pela execução do contrato o total de 846 caixas de arquivos que equivale a um percentual de 41,96% do acervo arquivístico digitalizado.

Diante disso, quanto ao processo de digitalização, resultará em um positivo desenvolvimento para toda a Casa Legislativa, tendo em vista que contribuirá para o acesso à informação, aperfeiçoamento na preservação e guarda dos documentos administrativos, jurídicos, históricos e legislativos em sentido amplo.

Diretoria de Gestão Tecnológica

A Diretoria de Gestão Tecnológica (DGT) é responsável pelo planejamento, implantação e gerenciamento, por meio de recursos próprios ou de terceiros, de sistemas, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de informática necessários ao pleno funcionamento, no âmbito desta Casa.

O Gabinete de Apoio Administrativo, a Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas e a Coordenadoria de Infraestrutura de TI, Suporte Técnico e Integração de Sistemas são as unidades subordinadas que auxiliam a DGT a realizar suas competências. As atividades desta Diretoria são apresentadas, posteriormente, na seção Gestão de Tecnologia da Informação, no capítulo 3.

Diretoria de Políticas Complementares

A Diretoria de Políticas Complementares (DPC) é unidade responsável por prestar serviços jurídicos, de bem-estar social e de saúde aos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e seus dependentes, e à sociedade em geral, de acordo com sua competência e outras diretrizes emanadas pela Mesa Diretoria da ALERN e da Presidência.

Com a continuidade do cenário pandêmico, a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, uma das unidades subordinadas à referida Diretoria, manteve o seu papel fundamental na prevenção e combate à pandemia. Contudo, todas as unidades subordinadas à DPC foram afetadas pela impossibilidade de desenvolver a maior parte de suas atividades perante à sociedade.

Os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Diretoria de Políticas Complementares são apresentados, posteriormente, no Capítulo 3, nas seções Gestão de Saúde e Bem-Estar e Relacionamento com a Sociedade.

Diretoria Legislativa

A Diretoria Legislativa é a unidade administrativa da Casa Legislativa que está incumbida do planejamento, organização e coordenação das atividades administrativas de suporte ao processo legislativo. É composta por (1) Gabinete da Diretoria Legislativa; (2) Coordenadoria de Suporte Legislativo; e (3) Coordenadoria de Consultoria Legislativa.

Apesar da permanência da pandemia causada pela Covid-19 em 2021, a Diretoria Legislativa, a exemplo do ano de 2020, manteve suas atividades em pleno funcionamento, prestando o suporte necessário à atividade parlamentar, já adaptada à nova realidade. O resultado do trabalho da Diretoria Legislativa vincula-se, assim, à atuação parlamentar e aos seus números. A apresentação a seguir desses resultados demonstra que a finalidade essencial da Casa funcionou de forma efetiva em 2021, e tem como propósito expor as principais ações desenvolvidas pela Diretoria Legislativa e suas unidades vinculadas durante esse exercício, bem como respectivos resultados atingidos.

Reuniões parlamentares	113	06	87	13
	Sessões Plenárias Ordinárias	Sessões Plenárias Extraordinárias	Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes	Reuniões Extraordinárias das Comissões Permanentes
	163	9	17	0
	Leis Ordinárias Sancionadas	Leis Ordinárias Promulgadas	Leis Complementares Sancionadas	Leis Complementares Promulgadas
Produção legislativa	2	18	8	2.112
	Propostas de Emendas à Constituição Promulgadas	Decretos Legislativos Promulgados	Resoluções Promulgadas	Requerimentos Aprovados
Elaboração de atas	75	05	02	
	Ata de Sessões Ordinárias	Ata de Sessões Extraordinárias	Ata de Sessões Solenes	

Todos os expedientes (documentos de caráter legislativo) que chegaram à Diretoria Legislativa foram processados, ou seja, recebidos, registrados no sistema e encaminhados para leitura em Plenário ou foi dado outro andamento adequado à situação. Os números de expedientes processados são apresentados no gráfico e no quadro a seguir.



Expedientes processados

<p>Ofícios: 127</p>	<p>Demandas afetas à atividade fiscalizadora da ALERN, encaminhadas pelos outros Poderes, especialmente o Judiciário, e que são encaminhadas à Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) para análise e acompanhamento.</p>
<p>Comunicações: 27</p>	<p>Demandas diversas, encaminhadas pelos outros Poderes, e que não se enquadram nas categorias de proposições estabelecidas no Regimento Interno (RI). Essas demandas externas são encaminhadas, processadas e analisadas pela Casa Legislativa.</p>
<p>Requerimentos: 3.512</p>	<p>Proposição utilizada pelo Parlamentar para fazer as mais diversas solicitações previstas no RI como, por exemplo, a retirada definitiva de proposição e a convocação de sessão extraordinária.</p>
<p>Propostas de Fiscalização e Controle: 0</p>	<p>Proposição utilizada pela ALERN para realizar atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos Poderes do Estado, MP/RN, TCE/RN e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, além de fiscalização dos atos de gestão administrativa do Poder Executivo e de atos do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários, do Procurador-Geral e do Comandante da Polícia Militar que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.</p>
<p>Projetos de Decreto Legislativo: 0</p>	<p>Proposição destinada a regular as matérias da exclusiva competência do Poder Legislativo, sem sanção do Governador do Estado.</p>
<p>Projetos de Lei Ordinária: 441</p>	<p>Proposição destinada à regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com sanção do/da Governador/Governadora do Estado.</p>
<p>Projetos de Lei Complementar: 32</p>	<p>Proposição criada para complementar as normas constitucionais estaduais. Pode ser sancionada pelo/pela Governador/Governadora do Estado ou promulgada pela ALERN.</p>
<p>Propostas de Emenda à Constituição: 4</p>	<p>Proposição por meio da qual a ALERN pode emendar a Constituição do Estado, desde que não se esteja na vigência de intervenção federal ou de estados de defesa ou de sítio.</p>
<p>Projetos de Resolução: 22</p>	<p>Proposição destinada a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da ALERN, que interessem apenas à sua economia interna como, por exemplo, o RI da Casa Legislativa e a organização dos seus serviços administrativos.</p>

RESULTADOS DA GESTÃO

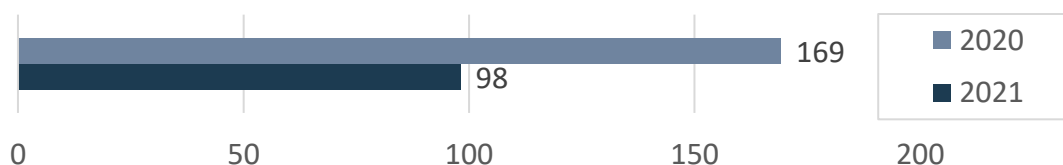
Se observarmos os resultados contidos no primeiro quadro, percebe-se que, muito embora em 2021 tenham ocorrido menos reuniões/sessões parlamentares (diminuição de 6% em relação a 2020), houve um aumento de produtividade no que tange às proposições processadas (aumento de 36% em relação a 2020).

Do total de 4.038 proposições processadas em 2021, 3.788 foram aprovadas, correspondendo a um percentual de 90% do montante processado, as quais estão expostas no quadro a seguir:

Distribuição das proposições aprovadas por tipo

ANO DE ABERTURA DO PROCESSO	2019	2020	2021	TOTAL DE APROVADOS
Leis Ordinárias Sancionadas	44	86	102	232
Leis Ordinárias Promulgadas	2	-	2	4
Leis Complementares Sancionadas	1	1	11	13
Leis Complementares Promulgadas	-	1	-	1
Proposta de Emenda à Constituição Promulgadas	-	-	-	0
Decretos Legislativos Promulgados	-	-	13	13
Resoluções Promulgadas	-	4	10	14
Requerimentos Aprovados	-	-	3.511	3.511
TOTAL	47	92	3.649	3.788

Em 2021, a média de tempo de tramitação dos projetos de lei (ordinária e complementar) ficou em 98 dias; enquanto em 2020 foi de 169 dias. Esse dado representa uma diminuição de 71 dias no tempo de tramitação (desde a abertura até o seu arquivamento), o que corresponde a 42% menos tempo gasto para um projeto ser finalizado.



Em 2021, foram elaborados ainda 246 autógrafos (minutas das Proposições aprovadas pela ALERN que seguiram para a sanção governamental ou promulgação pela Casa em 2021). Sendo o envio de 100% deles pelo sistema SEI ao Governo do Estado, o que proporcionou elevado avanço na agilidade da tramitação das leis e economia de recursos.

Além desses números, a unidade encaminhou 3.396 ofícios direcionados aos Poderes Públicos, contendo sugestões e/ou solicitações que visam atender às mais diversas demandas da sociedade, que chegam aos deputados/deputadas estaduais, dos quais 1.541 foram enviados eletronicamente (por *e-mail* e pelo sistema SEI), ou seja, 45% dos envios não geraram custo relativo ao envio tradicional via Correios. Este, por sua vez, foi aplicado para aquelas situações em que foi impossível a remessa em formato eletrônico. Isso promoveu diminuição de gastos com material e tarifas de postagem e permitiu maior agilidade na elaboração e envio desses documentos.



Esse quantitativo está relacionado ao atendimento das diversas demandas trazidas aos parlamentares, tanto pelo poder público em âmbito municipal quanto pela sociedade civil organizada (ONGs, entidades, etc.), as quais são encaminhadas a quem de direito, como manifestação do Legislativo favorável à solução de determinado problema, por exemplo: capeamento asfáltico, reforma de escolas, disponibilização de viaturas policiais, entre outros.

Tais comunicações podem ser encaminhadas a qualquer órgão ou agente político de qualquer esfera de poder, pessoas naturais, jurídicas e organizações sem fins lucrativos. São utilizados também para comunicar moção de congratulação e ou pesar prestada por determinado Parlamentar aos familiares do/da homenageado/homenageada.

É importante destacar que Requerimento, Projeto de Lei Ordinária e Projeto de Lei Complementar são as espécies que mais tramitam na casa, e, portanto, consistem nas principais entregas legislativas da ALERN à sociedade.

Além das atividades que deram suporte à atuação legislativa, a Diretoria Legislativa recebeu demandas administrativas de unidades da própria Casa, assim como de outras instituições. No total, foram 192 demandas administrativas recebidas e atendidas.

Ademais, destacou-se em 2021 a atualização do portal da Assembleia Legislativa, com a disponibilização das leis ordinárias, leis complementares, e da versão compilada do Regimento Interno da ALERN, para consulta pública, em formato .pdf, tudo organizado segundo a cronologia de publicação. Foram inseridas um total de 767 leis ordinárias e de 85 leis complementares, referentes aos anos de 2018 a 2021, as quais são atualizadas diariamente.

Enfrentando a pandemia

Em 2021, houve a necessidade de adequação das atividades do Núcleo de Estudos e Debates, setor ligado à Coordenadoria de Consultoria Legislativa, responsável por promover palestras e conferências sobre os assuntos de interesse do Poder Legislativo, entre elas as audiências públicas.

As audiências públicas constituem um relevante instrumento de ação parlamentar, podem ser requeridas por qualquer Deputado/Deputada Estadual e, após aprovada pelo Colégio de Líderes, são realizadas por meio do Núcleo de Estudos e Debates.

Dessa forma, as audiências públicas configuram-se como um espaço democrático e plural onde o Poder Legislativo expõe e debate com a sociedade temas de interesse coletivo, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas. É uma importante ferramenta de participação popular, garantida pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação em vigor.

RESULTADOS DA GESTÃO

Em decorrência da pandemia de Covid-19, em 2020, a realização das audiências públicas foi interrompida. Em 2021, essas audiências foram retomadas respeitando as restrições impostas por Resoluções e Atos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, e passaram, então, a acontecer por meio do sistema de videoconferência (sistema remoto).

Foram realizadas, em 2021, 39 audiências públicas, todas no formato videoconferência. Os temas abordados foram os mais diversos: educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, administração pública, cidadania, direitos humanos, infraestrutura, economia, cultura, empreendedorismo, problemas hídricos, violência contra a mulher, dentre outros.

Os resultados dos debates e das discussões desses temas foram encaminhados aos órgãos e às autoridades competentes, com o objetivo de corroborar com a resolução dos problemas abordados.



03

»» ÁREAS
ESPECÍFICAS
DA GESTÃO



Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN), tem como órgão central a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP). Essa Unidade é responsável por gerir, coordenar e planejar as atividades relacionadas à administração de pessoas, a partir da elaboração de políticas, projetos e ações que promovam o desenvolvimento de recursos humanos.

Desde 2015, diversas ações de aprimoramento na área de pessoal vêm sendo aplicadas na Instituição, compreendendo a supervisão, novos modelos de gestão, liderança e adoção de sistemas informatizados que contribuem para atingir os objetivos da atual gestão da ALERN. O planejamento estratégico de pessoas é um exemplo de que a governança de pessoas é um componente fundamental da governança, e, seguindo essa linha, pode-se afirmar que o valor do capital humano da Casa Legislativa tem sido elevado. Sabe-se que o capital humano é o principal ativo das organizações públicas, pois os/as servidores/servidoras detêm o conhecimento organizacional, e por meio de suas competências e habilidades determinam a efetividade da prestação de serviços à sociedade.

Dada a relevância e a abrangência dessa área no escopo da gestão da Instituição, a Gestão de Pessoas contém duas subáreas: (1) Gestão de Administração de Pessoal, Segurança no Trabalho e Qualidade Funcional; e (2) Gestão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. A seguir são apresentados os resultados destas.

Gestão de Administração de Pessoal, Segurança do Trabalho e Qualidade Funcional

A Divisão de Administração de Pessoal, Segurança do Trabalho e Qualidade Funcional é a unidade responsável por gerir essa Subárea, por meio da administração dos recursos humanos da ALERN, estabelecendo diretrizes para o recrutamento, seleção, distribuição e aperfeiçoamento da força de trabalho.

Assim, as atividades desta Divisão estão relacionadas, preponderantemente, com a prestação de informações funcionais aos órgãos de controle, quando solicitada. Nesse sentido, a Divisão objetiva sempre aprimorar os processos de trabalho e os serviços, no que se refere aos conteúdos dessas informações, e aperfeiçoar a comunicação interna com outros setores, de modo que elas sejam disponibilizadas corretamente para toda e qualquer demanda. Afora isso, procura-se ajustar as rotinas internas de modo a corrigir pontos que estejam sendo questionados pelos órgãos de controle.



Em relação ao exercício 2021, foram agregadas novas tarefas àquelas, em sua maioria em razão dos desafios decorrentes do cenário pandêmico. Nesse sentido, foi implementado o trabalho remoto, mediante conexão por meio de acesso remoto (VPN) e o desenvolvimento de diversos trabalhos, tais como a digitalização dos arquivos funcionais e sugestões para o aprimoramento dos sistemas da Casa, o “Legis-RH” e o “Legis Doc”. Além de relacionado ao tema da pandemia, foram concebidas escalas e repartições de tarefas, de maneira a diminuir o número de servidores/servidoras em trabalho presencial, mas sem comprometer a qualidade dos serviços de responsabilidade da COGEP.

A Divisão ainda auxiliou a Coordenadoria em duas outras frentes no decorrer do ano 2021, contribuindo nas discussões sobre a regulamentação dos valores a serem pagos a título de indenização pelas licenças-prêmio por assiduidade, que não puderam ser gozadas devido à imprescindibilidade da atuação dos/das servidores/servidoras da ALERN nas suas atividades cotidianas, bem como na comissão instituída para definir as providências a serem adotadas pela Casa, a fim de observar as diretrizes fixadas pela Lei Geral de Proteção de Dados para os entes públicos.

Em termos quantitativos, pode-se estimar como produtos dos processos administrativos trabalhados, considerando-se, para isso, informações, despachos e cálculos de tempo e valores devidos.

Descrição	Quantidade de Processos
Abono de permanência	21
Anuênios / Requerimentos	12
Certidão de Tempo de Serviço	42
Adicional de qualificação	09
Informações funcionais	92
Progressão funcional (cálculos/pareceres)	71
Declarações	184
Avaliação de desempenho	71
Parecer técnico	80

As declarações mencionadas no quadro anterior correspondem às seguintes: tempo de contribuição para fins de obtenção de benefícios junto ao INSS; remuneração de falecido se vivo fosse; vínculos funcionais; averbação de tempo de serviço junto ao INSS; vacância de cargos por falecimento; licença prêmio não gozada; rendimentos de cargos em comissão; e relação de salário de contribuição.

Complementando as atividades realizadas pela Divisão, há três Núcleos que dão suporte e controle nas demais atividades:

- Núcleo de Cadastro de Pessoal;
- Núcleo de Planejamento e Controle de Pessoal; e
- Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho.

Núcleo de Cadastro de Pessoal

Compete ao núcleo de cadastro de pessoal gerir e manter atualizado no “Legis-RH”, os registros funcionais dos/das servidores/servidoras e dos/das deputados/deputadas estaduais; prestar informações à Procuradoria e outras unidades, para fins de instrução de processos judiciais ou administrativos; e analisar processos de abono permanência.

Até 2020, estes processos eram realizados apenas quando o/a servidor/servidora solicitava seu abono. Em 2021, com automatização e inclusão do módulo no sistema “Legis-RH” iniciou-se o processo automático, no qual é feito um levantamento dos/das servidores/servidoras que terão direito ao abono no ano vigente. Após esse procedimento, será encaminhado para aprovação da Diretoria Administrativa e Financeira, e para, em seguida, a Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, a fim de que haja a inclusão do benefício na folha de pagamento de maneira automática, caso o/a servidor/a tenha direito ao benefício.

CADASTRO DE PESSOAL

Em 2021, o sistema “Legis-RH” foi atualizado para inserção de dependentes no cadastro do servidor/servidora. Tal mudança facilitou a inclusão, o monitoramento e a agilidade no processo de auxílio de assistência à saúde.

CONTROLE DE SERVIDORES/SERVIDORAS E VAGAS POR GABINETES E SETORES ADMINISTRATIVOS

Dando continuidade a 62ª Legislatura em 2021, as nomeações e exonerações foram realizadas, conforme demanda e em consonância com as disponibilidades de vagas disponíveis em cada gabinete parlamentar e setores administrativos, por meio do controle via sistema, mantendo atualizado e sendo possível a inclusão de dados cadastrais dos servidores/servidoras.

APOSENTADORIA E PORTARIAS

A COGEP é responsável pela elaboração de minutas dos atos da mesa de aposentadoria para assinatura da Mesa Diretora, de publicação, da digitalização dos processos e envio ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), além da elaboração das portarias da Presidência referentes às funções de segurança do Gabinete de Segurança Institucional da ALERN.

Descrição	Quantidade
Portarias	11
Aposentadorias	05

DIGITALIZAÇÃO

É um trabalho contínuo. Em 2021, os esforços foram concentrados na digitalização dos processos de servidores/servidoras antigos/antigas e exonerados/exoneradas em paralelo às demais digitalizações.

A realização dessa atividade, possibilitou acessar as informações rapidamente pelo “Portal do Servidor”, canal pelo qual os servidores/servidoras têm acesso a toda sua vida funcional, evitando-se assim a perda de informações importantes com os desgastes das pastas físicas.

Núcleo de Planejamento e Controle de Pessoal

Compete ao Núcleo controlar o quantitativo de cargos de carreira, cargos em comissão de recrutamento limitado e de recrutamento amplo e funções de confiança, bem como gerenciar e controlar os benefícios de servidores/servidoras e parlamentares, censo previdenciário, dentre outros.

AUXÍLIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em 2021, a concessão do benefício “Auxílio de assistência à saúde” passou por três atualizações, tanto em termos de norma como de funcionalidade em seu sistema de controle. Primeiramente, foi publicada a Resolução n.º 39/2021, estendendo o benefício aos dependentes dos/das servidores/servidoras. Posteriormente, foi inserida a funcionalidade de requerimento do benefício pelo “Portal do Servidor”, que resultou na melhoria dos processos internos, especificamente em sua celeridade. Por último, a análise do processo, realizada pelos servidores/servidoras da COGEP, é apresentada ao/a servidor/servidora, via sistema, meio pelo qual o/a requisitante pode acompanhar sua solicitação. Esse trabalho estava no plano de melhoria para 2021, e foi alcançado com apoio da Diretoria de Gestão Tecnológica.

FÉRIAS

Atualmente, apenas o agendamento do pagamento de 1/3 de férias ocorre de maneira informatizada pelo sistema “Legis-RH”. O controle de gozo de férias segue ocorrendo manualmente, por meio de memorandos expedidos pelos setores, à medida que cada servidor/servidora entra em gozo de férias, de acordo com a necessidade dos serviços no setor, que é definida por sua chefia imediata.

Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho

CAPACITAÇÕES/TREINAMENTOS

O Núcleo de Capacitação, Treinamento e Avaliação de desempenho visa demonstrar a importância de treinar, capacitar e desenvolver os servidores da ALERN.

Para as sugestões de capacitações 2021, utilizamos como base os resultados da pesquisa de lacunas de competências aplicada no período de setembro a outubro do ano de 2020. O resultado desse processo foi utilizado no planejamento do calendário acadêmico 2021 da Escola da Assembleia (EALERN), com a finalidade de ofertar cursos, oficinas, graduações e pós-graduação *lato sensu* e outras atividades alinhadas às necessidades de capacitação e qualificação do corpo de servidores da ALERN.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Com isso, foi intensificado a parceria entre o Núcleo e o setor pedagógico da EALERN. O Núcleo é responsável pelo recebimento do planejamento semestral dos cursos previstos a serem realizados pela Escola para compilação de competências exigidas nos cursos e as atribuições e competências necessárias de cada unidade, de acordo com a Resolução n.º 090/2017 para capacitar os/as servidores/servidoras, ou seja, atribui-se aos setores os cursos que são imprescindíveis a participação deles/delas, conforme tabela a seguir:

Cursos	Convocação dos Setores	Servidores/ servidoras capacitados/ capacitadas
Planejamento Estratégico e Gestão da Estratégia para Organização Pública.	Presidência, Diretoria-Geral da Presidência, Gabinete de Segurança Institucional; Coordenadoria de Relações Públicas, EALERN, Diretoria de Comunicação, Diretoria de Representação Institucional, Procuradoria-Geral, Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa e Financeira e suas Coordenadorias, Diretoria de Gestão Tecnológica e Diretoria Legislativa.	42
Atendimento de excelência no setor público	Todos os setores convocados.	57
Gestão do tempo e produtividade.	Todos os setores convocados.	07
Marketing pessoal e profissional.	Todos os setores convocados.	21
Formulação e Gestão de Indicadores de Desempenho.	Presidência, Diretoria-Geral da Presidência, Gabinete de Segurança Institucional; Coordenadoria de Relações Públicas, EALERN, Diretoria de Comunicação, Diretoria de Representação Institucional, Procuradoria-Geral, Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa e financeira e suas Coordenadorias, Diretoria de Gestão Tecnológica e Diretoria Legislativa.	39
O poder da comunicação na prática.	Diretoria de Comunicação.	15
Gestão de Riscos em Processos de Trabalho.	Presidência, Diretoria-Geral da Presidência, Gabinete de Segurança Institucional; Coordenadoria de Relações Públicas, EALERN, Diretoria de Comunicação, Diretoria de Representação Institucional, Procuradoria-Geral, Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa e financeira e suas Coordenadorias, Diretoria de Gestão Tecnológica e Diretoria Legislativa.	38
Cuidando da pessoa enlutada.	Programa de Qualidade de Vida e Saúde, Divisão de políticas complementares de saúde e bem-estar.	14



Cursos	Convocação dos Setores	Servidores/ servidoras capacitados/ capacitadas
LGPD e a sua aplicação na casa legislativa.	Presidência, Diretoria-Geral da Presidência, Gabinete de Segurança Institucional; Coordenadoria de Relações Públicas, EALERN, Diretoria de Comunicação, Diretoria de Representação Institucional, Procuradoria-Geral, Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa e Financeira e suas Coordenadorias, Diretoria de Gestão Tecnológica e Diretoria Legislativa.	47
Gestão patrimonial eficiente.	Gestão e Patrimônio da Casa.	24
Oficina técnica de formatação e correção textual: Catálogo de atividades da ALERN.	Todos os/as servidores/servidoras da ALERN, programado por dia e horário.	
Técnicas para redação de leis.	Todos os/as servidores/servidoras da ALERN, programado por dia e horário.	11

Em 2021, o “Manual do Servidor” foi atualizado com novo *design* e informações, reunindo os principais assuntos referentes à gestão de pessoas da ALERN, com o objetivo de orientar os/as servidores/servidoras nos assuntos de seu interesse por meio de uma linguagem simples, objetiva e acessível.

Iniciou-se um projeto piloto de modo presencial a socialização dos novos/novas servidores/servidoras, especialmente aqueles que foram nomeados com a posse de novos parlamentares. A Unidade busca implantar essa atividade, transformando-a contínua com todos/todas os/as servidores/servidoras nomeados/nomeadas. Além disso, a COGEP adotou a prática de entrega de uma mensagem de boas-vindas em cartão impresso aos/às servidores/servidoras, no ato de sua posse.

Em parceria com a equipe de profissionais do Projeto “Movimente-se”, da Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-estar, foi criado e conduzido um trabalho interventivo a partir da proposta do líder setorial da Fundação Djalma Marinho, com o objetivo de trabalhar o alinhamento de expectativas de equipes, motivação e relacionamento interpessoal dos/das servidores/servidoras da Fundação, em virtude do retorno ao trabalho presencial, de modo a desenvolver aspectos grupais relevantes para uma boa interação, desenvolvimento de equipes e qualidade de vida destes/destas. Foram realizados sete encontros.

AValiação DE DESEMPENHO

O Núcleo é responsável por dar apoio e suporte à Comissão de Avaliação de Desempenho dos servidores/servidoras efetivos/efetivas e em estágio probatório.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

No ano de 2021, a Unidade elaborou o “Manual de avaliação de desempenho” para facilitar o acesso rápido para gestores/gestoras e servidores/servidoras compreenderem o processo de avaliação de desempenho de servidor/servidora efetivo/efetiva ou em estágio probatório. O documento contempla as metodologias de cada processo avaliativo e será divulgado/publicado entre os/as gestores/gestoras com apoio da Comissão para melhor compreensão dos servidores/servidoras.

No ano de 2021, a COGEP, em conjunto com a Comissão de Gestão de Carreiras, analisou 80 processos de evolução funcional. A partir da definição de critérios objetivos para proporcionar a evolução no “Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos”, baseados em aspectos de merecimento, com a exigência de cumprimento de carga horária mínima e condições de desempenho avaliadas segundo parâmetros previamente estabelecidos, a Casa Legislativa criou um arcabouço que propicia um ambiente de isonomia, incentivo à qualificação profissional e ao final melhora na eficiência do serviço público.

A partir disso, os requerimentos de evolução funcional são instruídos com a documentação relativa à avaliação de desempenho pela chefia imediata e os cursos que comprovem a carga horária mínima necessária previamente analisados pela COGEP, e assim, são analisados pela Comissão, a qual emite parecer opinativo que subsidiará a Mesa na decisão final do pleito. Dessa forma, tal procedimento visa gerar como resultado além de isonomia na análise, transparência e eficiência na Administração Pública.

A seguir são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela Divisão e suas efetividades.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Compilação dos cursos ofertados pela EALERN e as competências de cada setor/área para desenvolvimento e aprimoramento dos conhecimentos dos/das servidores/servidoras.	Servidores/servidoras capacitadas e atualizados/atualizadas quanto aos processos de trabalho, desenvolvendo competências técnicas e comportamentais.
Elaboração de cartilha de teletrabalho.	Esclarecimento sobre como a modalidade remota de trabalho pode funcionar de forma efetiva e produtiva e instrução dos/das gestores/gestoras para melhor atuarem com suas equipes em formato híbrido.
Socialização dos novos servidores/servidoras.	Adaptação do/da novo/nova servidor/servidora, alinhando positivamente a mensagem que a Instituição deseja transmitir, de suas culturas, costumes, valores, missão, visão, proporcionando que sejam integrados e acolhidos os/as novos/novas servidores/servidoras.
Automatização do cadastro de pessoal	Iniciou-se o cadastramento dos dependentes no sistema “Legis-RH”, facilitando a inclusão no módulo de auxílio de assistência à saúde.



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Realização de trilhas de conhecimento para novos/novas servidores/servidoras.	Por meio da divulgação do “Manual do Servidor” reunindo as principais informações referentes à gestão de pessoas da ALERN, com o objetivo de orientar os/as servidores/servidoras com os assuntos de seu interesse nesta área, por meio de uma linguagem simples, objetiva e acessível. Um guia para o novo servidor se orientar dos processos básicos, oportunizando um direcionamento para a prática das suas atividades laborais e dúvidas que, às vezes, não são sanadas devido ao trabalho híbrido.
Manualização do processo de avaliação de desempenho.	Os/as gestores/gestoras e servidores/servidoras podem acessar com mais agilidade as etapas e regras que compreendem as metodologias de processo avaliativo seja efetivo ou em estágio probatório.
Automatização do processo de auxílio saúde.	Os/as servidores/servidoras passaram a utilizar o “Portal do Servidor” e solicitar seus requerimentos, além de acompanhar os processos com mais agilidade.
	Com atualização do Sistema, os processos de devolução de auxílio de assistência à saúde passaram a ser analisados via sistema. Com isso, houve diminuição da burocracia, agilizando a informação aos demais setores competentes, bem como o consumo de papel.
Automatização do abono permanência	O levantamento é realizado via sistema e encaminhado aos setores competentes para inclusão na folha de pagamento automática. Com isso, reduziu-se os números de processos na COGEP, conseqüentemente gerou mais agilidade, além de desburocratizar o processo que antes era feito quando o/a próprio/própria servidor/servidora dava entrada no processo.
Prestação de informações aos órgãos de controle, notadamente Ministério Público e Tribunal de Contas.	Pronunciamentos que evidenciem, de maneira fundamentada, a improcedência de tais pleitos, o que dá mais transparências às atividades da COGEP para a sociedade.

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE

Conforme Resolução n.º 101/2018, que dispõe da criação do Programa de Qualidade de Vida e Saúde (PQVS), a COGEP foram pensadas e realizadas e readaptadas ações levando em consideração o cenário pandêmico da Covid-19:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Projeto “Desenvolvimento de Qualidade de Vida em Saúde Mental”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do Protocolo de psicologia para prestar apoio, acolhimento e escuta aos servidores acometidos pela Covid-19; ▪ Aplicação do protocolo de saúde mental junto aos/às servidores/servidoras diagnosticados e em tratamento da Covid-19; ▪ Atendimento às equipes enlutadas por óbitos relacionados ou não à Covid-19; ▪ Em parceria com a Divisão de Políticas Complementares de Saúde e Bem-estar ampliou-se o protocolo de saúde para incluir o protocolo de saúde mental.
Informativo Eletrônico Interno – Dia do Servidor I	Elaboração de informativo “Fala, servidor” que resultou na integração entre os/as servidores/servidoras por meio de uma comunicação interna atrativa, priorizando um formato que garantiu a participação ativa dos/das servidores/servidoras e das chefias na construção de seu conteúdo.
Dia do Servidor – II Corrida e Caminhada do Servidor	II Corrida e caminhada do servidor- Ação em comemoração ao dia do servidor público, atividade voltadas à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida dos nossos/nossas servidores/servidoras.
Semana do Psicólogo – 27 de Agosto	Criação do programa “Psicologia em pauta” na TV Assembleia, participaram os/as psicólogos/psicólogas da Casa e a discussão foi sobre a atuação do/da psicólogo/psicóloga frente à pandemia e o protocolo de saúde adotado aos cuidados na ALERN.
Profissionais do Movimento e Saúde Mental	Em parceria com o Núcleo de Atendimento Biopsicossocial da Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar – profissionais de movimento e saúde mental – projeto de intervenções multiprofissionais da psicologia, nutrição, educação física, fisioterapia e fonoaudiologia visando à melhor qualidade de vida e práticas de autoconhecimento e engajamento em saúde integral do/da servidor/servidora. Trabalho realizado nos Anexos da ALERN.
Capacitação em luto e criação de cartilha de luto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação em treinamento sobre luto, realizado para equipe multidisciplinar, no intuito de aprofundar as técnicas do trabalho com luto. ▪ Criação da cartilha de luto, desenvolvida pelos/pelas servidores/servidoras da Casa para divulgação interna e externa.



Enfrentando a pandemia

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Intervenção multidisciplinar das equipes no retorno ao trabalho. (parceria com o Núcleo de Atendimento Biopsicossocial).	Alinhamento das expectativas das equipes gerou mais motivação em decorrência das intervenções feitas em grupo, e aprimorou as relações interpessoais, o que gerou uma comunicação mais clara e objetiva. A efetividade foi mensurada, subjetivamente, por meio de <i>feedbacks</i> do gestor e da equipe de Recursos Humanos da Fundação Djalma Marinho.
Criação do Protocolo em Saúde Mental (parceria com o Programa de Qualidade de Vida e Saúde)	A equipe entrou em contato com 93 servidores, sendo que 41 deles não responderam ou não tiveram interesse em participar do protocolo. Diante disso, foram atendidos ao todo 52 servidores. Dos 52 atendidos, 12 foram encaminhados para psicoterapia. Dentre os indicativos de saúde mental mais recorrentes, destacaram-se: ansiedade; comprometimento da memória; fadiga e letargia; distúrbios do sono; medo limitante e preocupação excessiva; situação de luto; e quadros de depressão.

Gestão do e-Social

Em 2021, foram realizados estudos para inserção oficial desta Casa Legislativa no Programa Federal “eSocial”. A partir dos resultados do estudo, foi contratada uma empresa especializada no fornecimento do sistema e-Social para o âmbito da ALERN, em parceria com a equipe da Diretoria de Gestão Tecnológica. Tal estudo foi essencial para cumprir o cronograma de implantação inicial do “eSocial”.

Foram enviados os dados iniciais de tabelas ao Sistema Nacional em ambiente de testes e de produção, tanto da ALERN quanto da Fundação Djalma Marinho (FDM), Unidade a qual prestamos assessoria nesse processo. Foi dada continuidade aos trabalhos de mapeamento dos dados, no que se refere à origem dos dados a serem enviados ao “eSocial”, além de conferência dos cadastros com a base do governo federal, denominada pelo programa de “Qualificação cadastral”, tanto da ALERN quanto da FDM, correções foram realizadas na base de dados.

Em 2021, foi possível cumprir dentro do prazo. Na primeira fase, foram prestadas informações ao Governo Federal para o qual foram enviadas informações relativas aos órgãos, ou seja, cadastros dos empregadores e suas tabelas; na segunda fase, os entes passaram a ser obrigados a enviar informações relativas aos servidores e seus vínculos com os órgãos (eventos não periódicos). Ex.: admissões, exonerações e afastamentos.



Gestão de Capacitações e Qualificações

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN) promove a capacitação e qualificação de seus/suas servidores/servidoras de dois modos:

- diretamente, por meio da Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (EALERN), a Escola de Governo do Poder Legislativo Estadual, em que são promovidos cursos de capacitação técnica e pessoal, oficinas, palestras profissionalizantes, fórum e pós-graduação *lato sensu*; e
- indiretamente, quando contrata serviços de qualificação fornecidos por outras instituições, sejam elas públicas ou privadas. São exemplos desses serviços: a inscrição dos/das servidores/servidoras em congressos e seminários, ou a contratação de vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Escola da Assembleia

A Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (EALERN), nos termos da Resolução n.º 090/2017, é responsável por “oferecer o suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo e de qualificação e capacitação profissional permanente aos servidores da Assembleia Legislativa, bem como incentivar o aperfeiçoamento cultural, educacional e científico de toda a sociedade, visando o fortalecimento e a ampliação de sua capacidade intelectual.”

Em cumprimento às suas atribuições, em 2021, a EALERN ofertou um leque de serviços educacionais para os/as servidores/servidoras da ALERN, órgãos parceiros e comunidade. Por meio de uma comunicação bidirecional, em 2019, a Escola da Assembleia, em parceria com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, realizou uma pesquisa sobre as lacunas de competência, ouvindo as diversas unidades desta Casa Legislativa.

Essas necessidades de capacitação dos servidores, relatadas nessa pesquisa, subsidiaram o planejamento das ações de capacitação ofertadas pela Escola, tanto em 2020 quanto em 2021. Além dos resultados de pesquisas internas, ocorreu a articulação da EALERN com as instituições parceiras de diversos Poderes que também serviram como fonte para a elaboração do Calendário Acadêmico.

Com a permanência do cenário pandêmico, as atividades planejadas foram adaptadas, passando a serem executadas de forma remota. A estratégia adotada permitiu que a Escola continuasse a desempenhar suas atividades. A seguir, são expostos os serviços educacionais ofertados em 2021:

- aula Inaugural, *online*, com palestra da jornalista Anna Ruth Dantas, com o tema “os riscos da crise de comunicação para você e sua instituição”;



- 8 turmas de oficinas técnicas, exclusivas para servidores/servidoras da ALERN, em atendimento às demandas de setores específicos, beneficiando 93 profissionais;
- 4 palestras profissionalizantes, sendo abertas para os/as servidores/servidoras da ALERN, para as instituições parceiras e para a comunidade, somando 239 pessoas beneficiadas;
- 34 turmas de capacitação profissional, abertas para os/as servidores/servidoras da ALERN, das instituições parceiras e para a comunidade, em que 2.387 pessoas foram atendidas;
- em parceria com a Procuradoria da ALERN e da Federação de Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte (FECAM/RN), realizou-se o III Encontro de Procuradores e Advogados na cidade de Apodi, com 85 inscritos.

Resumidamente, no segmento de cursos livres, em 2021, formaram-se 81 turmas de diferentes tipos de atividades educacionais, nas quais foram beneficiadas 4.062 pessoas.

Na pós-graduação *lato sensu*, houve a certificação de cinco turmas, totalizando 184 concluintes.

Em 2021.2, houve a abertura de duas turmas – Pós-graduação em Gestão de Segurança Pública e Cidadania, curso ofertado em parceria com a Polícia Militar do RN (PMRN). A Aula Inaugural foi realizada no salão nobre do Comando Geral da PMRN.

A Escola da Assembleia também deu continuidade às atividades das turmas de pós-graduação *lato sensu*, a saber: Especialização em Gestão Pública (GEP-023), Gestão Pública (GEP-028), Poder Legislativo e Políticas Públicas (LEG-027) e Segurança Pública e Cidadania (SPC 032 e SPC 033 – em parceria com a PMRN).

Quanto à pós-graduação *stricto sensu*, a Escola da Assembleia manteve a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), notadamente no mestrado profissional de dois programas – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Ademais, cabe ainda ressaltar que graças ao suporte e a estrutura de Tecnologia da Informação existentes na Escola da Assembleia, associados à licença de uso de plataforma de videoconferência, atipicamente, a EALERN tornou-se um facilitador importante para a realização de diversas e importantes reuniões e encontros, tais como:

- Reunião do Protocolo de Retomada da ALERN;
 - Reunião com a empresa que desenvolve e mantém o Sistema de Gestão Escolar da EALERN;
 - Reunião da Assessoria de Planejamento com os/as gestores/gestoras da Casa Legislativa sobre a Cadeia de Valor e a Arquitetura de processos da ALERN;
 - Reunião da EALERN com a Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Norte (ESMAFE/RN).
- Nessa perspectiva, a EALERN além de conseguir desempenhar suas atividades também deu suporte aos diversos setores, sendo útil para a realização de reuniões internas, as quais foram importantes no apoio administrativo, nesse período pandêmico. Oportunamente, essa capacidade também foi utilizada pelas unidades para reuniões que tiveram a participação de outras instituições e/ou de outros Poderes.

Enfrentando a pandemia

Algumas estratégias foram adotadas, a fim de viabilizar a oferta dos serviços desta Instituição de ensino, a saber:

- a manutenção da licença de uso de plataforma de videoconferência, contratada em 2020, pela direção desta Escola, a fim de viabilizar a oferta de serviços educacionais de forma *on-line*, permitindo a transmissão de áudio e vídeo de alta qualidade, bem como compartilhamento de tela e a utilização de recursos de colaboração, possibilitando a comunicação remota entre os participantes das ações de capacitação. No segundo semestre de 2021, a ALERN liberou uma licença na plataforma supramencionada, facilitando ainda mais a oferta dos serviços educacionais;
- os ajustes dos processos internos, essa estratégia foi indispensável para a convivência com o novo formato de ensino, bem como para o enfrentamento das dificuldades resultantes desse contexto estabelecido;
- o desenvolvimento de novas habilidades procedimentais e capacitação periódica da equipe, a fim de aprimorar o atendimento em teletrabalho, as quais passaram a ser necessárias para a execução com eficiência e eficácia dos novos processos;
- a reconfiguração do prazo de execução das ações de capacitação, com vistas a promover um maior aproveitamento do tempo, favorecendo ao bom uso das ferramentas disponíveis;
- a oferta de ações de capacitação para os/as colaboradores/colaboradoras externos/externas, a fim de prepará-los/prepará-las para uso da plataforma de videoconferência, do sistema de gerenciamento de atividades adotado pela Escola, permitindo assim a efetividade na promoção dos serviços educacionais de forma remota.

Contratação de serviços de qualificação

Além das inúmeras atividades de qualificação realizadas pela Escola da Assembleia, a ALERN garante o conhecimento necessário para que os/as servidores/servidoras realizem suas atividades de outro modo. Isso se dá por meio da participação deles/delas em cursos promovidos por instituições reconhecidas em suas áreas de conhecimento/atuação e também pela contratação de empresas para a realização de cursos *in company* e *on-line*. No ano de 2021, ocorreram seis contratações dos dois tipos.

Para a Coordenadoria de Compras e Patrimônio e para a Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico, dois servidores foram inscritos no Curso “Como Elaborar o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência para Compras e Serviços de acordo com o Regime Atual e a Nova Lei de Licitações”. Após a realização da capacitação, o conhecimento foi repassado para outros 34 servidores/servidoras da estrutura administrativa da Casa Legislativa.

Para a Coordenadoria de Compras e Patrimônio e para a Diretoria Administrativa e Financeira, três servidores/servidoras participaram do Seminário “11º Encontro Regional das Contratações Públicas – Conforme Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021 – uma abordagem completa e avançada da Nova Lei – considerando as três fases da contratação: Planejamento, Seleção do Fornecedor e Execução Contratual”. Os/as servidores/servidoras que participaram do curso, realizado presencialmente, compartilharam o que viram no encontro e estão participando da Comissão Especial de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos que está preparando a ALERN para migrar da Lei nº 8.666/1993 para a Lei de Licitações nº 14.133/2021.

Uma servidora da Coordenadoria de Compras e Patrimônio participou do “2º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e Serviços”. O conhecimento da capacitação foi repassado para quatro servidores/servidoras do setor, para a equipe envolvida diretamente com as licitações, composta por dois servidores, e para a equipe da Fundação Djalma Marinho, que preparou o Termo de Referência para a licitação visando a contratação de terceirizados.

Para a Diretoria de Gestão Tecnológica, especificamente para a Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas, duas empresas foram contratadas para a prestação de cursos na modalidade *in company* e *on-line*, visando o aperfeiçoamento e a qualificação da equipe técnica da unidade. Os cursos contratados – “Containers Docker a Orquestração” e “Engenharia de Softwares” – tiveram a participação de treze servidores/servidoras entre desenvolvedores/desenvolvedoras, analistas de sistemas, analistas de suporte e demais técnicos/técnicas.

É importante destacar que o recurso orçamentário para a contratação desses cursos advém da conquista do Prêmio UNALE “Assembleia Cidadã”, com o Sistema “Legis-RH”, no ano de 2019.

Também foram inscritos servidores no 5º Fórum Nordeste de Gestão de Pessoas “Decisão assertiva para o desenvolvimento das pessoas e das Organizações”. O Fórum abrangeu exposições sobre Oratória, Carreira, Liderança, Coaching, Lei Geral de Proteção de Dados, Gestão, Estratégia, Demandas Jurídicas, dentre outros assuntos.



Gestão de Saúde e Bem-Estar

A Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-estar está subordinada à Diretoria de Políticas Complementares e tem como função ofertar serviços relativos à saúde dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e dependentes, além da sociedade, pautados na promoção, prevenção, tratamento, recuperação e manutenção à saúde. Está dividida em dois núcleos principais: Núcleo de Serviço Médico e Odontológico e Núcleo de Atendimento Biopsicossocial.

Esses núcleos atuam por meio de uma equipe multiprofissional, formada por médicos/médicas, enfermeiros/enfermeiras, dentistas, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos/psicólogas, assistentes sociais, educadores físicos, terapeuta ocupacional, farmacêutico/farmacêutica, fonoaudiólogo/fonoaudióloga, secretários/secretárias, recepcionistas, entre outros/outras colaboradores/colaboradoras. As atividades desempenhadas por esses/essas profissionais perpassam por consultas eletivas, urgência e emergência, prevenção e promoção da saúde, educação em saúde, entre outras atribuições.

O trabalho desempenhado nesse setor, até então predominantemente presencial, teve que ser reformulado em 2020, após o advento da pandemia por Coronavírus Disease-2019 (Covid-19), passando a ofertar o teleatendimento como nova modalidade de assistência.

No ano de 2021, com a continuação desse cenário pandêmico, esse sistema híbrido se manteve seguindo a dinâmica da situação epidemiológica do Brasil e do Rio Grande do Norte. Ademais, outras atividades foram implementadas para o referido ano, com o intuito de preservar a saúde de servidores/servidoras, deputados/deputadas estaduais e sociedade.

Dessa forma, a seguir são explanadas ações e dados referentes ao acompanhamento e combate à pandemia, com um boletim epidemiológico da situação na ALERN em 2021.

Contexto Geral

O ano de 2021 foi marcado pelo agravamento da pandemia da Covid-19, principalmente no primeiro semestre, e pelo início da vacinação nacional contra esse vírus, em janeiro. Conseqüentemente, as atividades da Casa Legislativa foram norteadas pelo cenário epidemiológico no Brasil e no Estado.

Nesse contexto, a Divisão teve um papel essencial, pois auxiliou a gestão da Casa Legislativa a continuar suas atividades rotineiras de forma segura para todos, orientando com relação às principais medidas para combater a pandemia na Instituição e fornecendo assistência aos/às servidores/servidoras de forma presencial e por atendimento remoto.

Para evitar a disseminação do vírus, o suporte aos sintomáticos respiratórios ficou restrito às consultas por telefone e à triagem na entrada da Casa. Essa medida foi fundamental para conter a entrada de prováveis portadores/portadoras do vírus. O atendimento presencial ao público externo ficou suspenso para evitar aglomerações e contaminações.

Devido a essa configuração, algumas atividades organizadas pela Unidade precisaram ser paralisadas temporariamente, sendo retomadas à medida que o quadro pandêmico se estabilizava, o que só foi possível no último trimestre do ano com o avanço da vacinação.

O primeiro semestre de 2021, considerado o pico da pandemia da Covid-19 no Brasil, foi marcado pela alta incidência de novos casos, com elevado número de internamentos e óbitos devido à nova variante Delta. Por esse motivo, a gestão da ALERN sentiu a necessidade de reduzir, ou até mesmo suspender provisoriamente, o atendimento presencial e priorizar o trabalho remoto. Os Atos da Mesa n.ºs 1469/2021, 1496/2021, 1545/2021, 1620/2021, 1725/2021, 1777/2021, 1832/2021 e 1913/2021 regulamentaram o trabalho remoto no âmbito da Instituição.

Como efeito de toda essa configuração, a Divisão teve que se readequar priorizando o teleatendimento e o plano de enfrentamento à Covid-19, restringindo as atividades presenciais, principalmente entre os meses de janeiro a maio.

As atividades prevaletentes nesse período estão listadas a seguir:

- triagem dos sintomáticos respiratórios nas entradas da Assembleia;
- atendimento presencial realizado pela equipe multiprofissional, quando possível;
- consultas por teleatendimento realizadas pela equipe multiprofissional;
- acompanhamento dos casos Covid-19 e sintomáticos respiratórios;
- assessoria e suporte técnico às medidas de controle da pandemia na ALERN.

A partir do mês de junho, diante do avanço da vacinação contra a Covid-19, após a queda de novos casos da doença e a redução da média móvel de óbitos, iniciou-se o processo de retorno dos grupos que poderiam apresentar maior propensão para agravamento dessa enfermidade. Os/as servidores/servidoras considerados de risco, que desde o início da pandemia estavam trabalhando em *home office*, passaram por uma triagem da junta médica da ALERN e a enfermagem antes de regressar ao trabalho presencial.

O mês de agosto foi marcado pelo início dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada para averiguar os contratos firmados pelo Estado do Rio Grande do Norte na vigência da Pandemia da Covid-19. Durante as sessões dessa CPI, realizadas na ALERN, foram disponibilizados, pela Divisão, profissionais da enfermagem durante todo o evento para realizar, caso fosse necessário, atendimento de urgência ou emergência. Essa atividade iniciou-se em agosto e se estendeu até dezembro, sendo importante para garantir, quando solicitado, assistência à saúde dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras e sociedade que participavam dessas reuniões.

No segundo semestre do ano, com a estabilização do quadro pandêmico, foi possível ampliar os atendimentos realizados pelo Setor, incluindo a participação em eventos com um público maior, tais como “Festa do Boi”, a organização do mutirão de mamografias em parceria com o Grupo Reviver e as ações sociais do “Assembleia e Você”.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Deve-se ressaltar que a equipe multiprofissional da Unidade manteve, durante todo o ano, o teleatendimento para dar suporte às necessidades de saúde dos servidores/servidoras da Casa. O quadro a seguir apresenta um panorama das ações executadas.

Mês	Atividades
Janeiro a maio	<ul style="list-style-type: none">▪ Triagem dos sintomáticos respiratórios;▪ Atendimento presencial realizado pela equipe multiprofissional;▪ Consultas por teleatendimento realizado pela equipe multiprofissional;▪ Acompanhamento dos Casos Covid-19 e sintomáticos respiratórios;▪ Assessoria de medidas de controle da pandemia na ALERN.
Junho e julho	<ul style="list-style-type: none">▪ Triagem dos sintomáticos respiratórios;▪ Atendimento presencial e remoto;▪ Avaliação de saúde dos grupos de risco para ver situação vacinal e retorno às atividades presenciais realizado pela junta médica e enfermagem;▪ Acompanhamento Covid-19;▪ Triagem psicológica dos casos positivos da Covid-19, realizados pela parceria entre o Núcleo de Atendimento Biopsicossocial e o “Programa Qualidade de Vida e Saúde” da ALERN.
Agosto a outubro	<ul style="list-style-type: none">▪ Triagem dos sintomáticos respiratórios;▪ Atendimento presencial e remoto;▪ Acompanhamento Covid-19;▪ Triagem psicológica dos casos positivos da Covid-19, realizados pela parceria entre o Núcleo de Atendimento Biopsicossocial e o “Programa Qualidade de Vida e Saúde” da ALERN;▪ Assistência à saúde na “CPI da Covid”.
Novembro	<ul style="list-style-type: none">▪ Triagem dos sintomáticos respiratórios;▪ Atendimento presencial e remoto;▪ Acompanhamento Covid-19;▪ Assistência à saúde na “CPI da Covid”;▪ Ação na “Festa do Boi”, de 13 a 20, promovendo Educação em Saúde e aferição da Pressão Arterial;▪ Ação na cidade de Apodi, promovida pelo programa “Assembleia e Você”, com atendimento multiprofissional nos dias 18 e 19;▪ Organização na distribuição de fichas e entregas de mamografia para as mulheres (sociedade) em parceria com o Grupo Reviver;▪ Retorno das atividades na Casa da Justiça.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none">▪ Triagem dos sintomáticos respiratórios;▪ Atendimento presencial e remoto;▪ Acompanhamento Covid-19;▪ Assistência à saúde na “CPI da Covid”;▪ Ação na cidade de Parelhas, promovida pelo programa “Assembleia e Você”, com atendimento multiprofissional nos dias 2 e 3;▪ Organização na distribuição de fichas e entregas de mamografia para as mulheres (sociedade) em parceria com o grupo Reviver;▪ Vacinação contra Covid-19 e Influenza realizado na sede da ALERN em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, nos dias 15 e 16.



Todas essas atividades impactaram positivamente na vida dos/das servidores/servidoras da Casa e, em alguns aspectos, da sociedade de forma geral, pois promoveram saúde e bem-estar. O quadro a seguir retrata a quantidade dos atendimentos por especialidade.

Categoria Profissional	Atividade	Quantitativo
Clínica médica presencial	Consultas eletivas, urgências e exames admissionais	921
Educadores físicos	Ginástica laboral e orientações	218
Enfermagem	Consulta ou atendimentos de enfermagem	1807
Enfermagem (acolhimento)	Acolhimento para consulta médica	825
Fisioterapia	Atendimento fisioterapêutico	150
Fonoaudiologia	Atendimento presencial e teleatendimento	23
Nefrologia	Consulta com nefrologista	05
Nutricionista	Consulta com nutricionista	59
Odontologia	Consulta odontológica	317
Psicologia	Atendimento psicológico	489
Serviço social	Atendimento e orientação social	580
Teleatendimento Médico	Consultas médicas em geral e casos Covid-19 por teleatendimento	700
Teleatendimento de enfermagem	Consultas de enfermagem em geral e casos Covid-19 por teleatendimento	600
Triagem multiprofissional	Triagem saúde nos servidores	53.190

Como já pontuado anteriormente, com o aumento no número de internações e óbitos pela Covid-19 em 2021, os projetos organizados pela Divisão ficaram temporariamente suspensos e foram retomados à medida que reduziam os casos dessa doença.

O Projeto “Casa da Justiça e Cidadania” retornou apenas em novembro de 2021 com o atendimento de 36 pessoas que necessitavam de auxílio especializado. O Projeto “Casa da Justiça e Cidadania”, resultado da parceria entre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, disponibiliza o suporte aos cidadãos potiguares em questões sociais, tais como divórcio, pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade, pensão jurídica, curativa, dentre outras.

Já o “Programa de Combate ao Tabagismo”, constituído pela realização de ações educativas voltadas para servidores/servidoras fumantes, atuou no tratamento e no combate ao tabagismo. Durante a pandemia, as reuniões com o “Grupo de Combate ao Tabagismo” foram suspensas. Contudo, foram mantidas as consultas médicas, quando necessárias, e a dispensação de medicamentos.

Enfrentando a pandemia

Em mais um ano de pandemia, com o surgimento de novas variantes e o aumento crescente no número de internações e óbitos em nível nacional e local, a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-estar, em cumprimento à portaria n.º 020/2020-DG, que dispõe sobre as medidas de retomada gradual das atividades presenciais, no âmbito da ALERN, continuou promovendo, em 2021, ações para prevenção de contágio pelo coronavírus.

Triagem realizada pela equipe do setor de saúde nas entradas da sede da ALERN

A triagem de servidores/servidoras, nas entradas do Palácio José Augusto, continuou sendo realizada para mitigar o acesso de prováveis casos infectados pelo coronavírus. Nessa atividade, uma equipe da Divisão indagava as pessoas que buscavam adentrar na ALERN se elas apresentavam algum sintoma da Covid-19. Caso fosse confirmada qualquer manifestação da doença, essas pessoas eram orientadas a ir para casa e entrar em contato com o teleatendimento médico da Unidade.

Nessas consultas também, eram repassadas, aos servidores, orientações sobre cuidados, ações de prevenção de contágio, disseminação do vírus e isolamento domiciliar nas situações pertinentes. Tudo isso atenuou a propagação do vírus dentro e fora da Casa, agilizou o atendimento dos/das servidores/servidoras e contribuiu para que estes/estas não buscassem outros serviços de saúde superlotados.

Durante esse trabalho, foi possível coletar informações da situação epidemiológica da Covid-19 na ALERN, o que contribuiu para que os/as gestores/gestoras desta Casa Legislativa tivessem dados reais que colaborassem no processo de tomada de decisão frente à pandemia. O quadro a seguir apresenta um apanhado dessa conjuntura.

Mês	Nº de servidores /servidoras atendidos/atendidas na triagem
Casos notificados ao setor com exame confirmatório para Covid-19	119
Casos suspeitos (sintomáticos respiratórios)	128
Contactantes	191
Casos positivos recuperados	113
Óbitos	06

Avaliação de saúde realizada em servidores/servidoras dos grupos de risco pós-vacinados para controle e retorno às atividades presenciais

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19, foi possível o retorno às atividades presenciais dos grupos de risco de forma mais segura, mantendo todas as medidas de prevenção ao vírus. Para tanto, a junta médica, com a ajuda da enfermagem, realizou um levantamento do esquema vacinal contra a Covid-19 dos/das servidores/servidoras que se enquadravam nessa situação, analisando a quantidade e aprazamento das doses do imunizante. Essa equipe entrava em contato com o/a servidor/servidora por teleatendimento, observava o esquema vacinal contra o vírus e já orientava quanto ao seu retorno, que ocorria após 15 dias da segunda dose da vacina. Após a avaliação desses dados, era entregue um atestado formalizando a data provável do retorno desse/dessa servidor/servidora.

Desse modo, o processo pelo qual foi estabelecido o retorno presencial tornou-se fundamental para que os/as trabalhadores/trabalhadoras afastados/afastadas pudessem retornar ao trabalho presencial de forma segura e com as devidas orientações, resguardando sua saúde física e mental.

Protocolo de atendimento psicológico ao/à servidor/servidora com Covid-19

A equipe de psicólogos/psicólogas do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial, em parceria com os/as psicólogos/psicólogas do Programa “Qualidade de Vida e Saúde” e da Divisão de Defesa dos Direitos do Cidadão, fomentaram um protocolo de saúde mental para acompanhar os/as servidores/servidoras que testaram positivo para Covid-19. Ao todo, foram contatados 122 servidores/servidoras que notificaram ao setor terem sido diagnosticados com Covid-19, mas apenas 66 tiveram interesse em participar desse projeto. Os atendimentos culminaram em intervenções psicoterápicas ligadas, principalmente, à ansiedade e ao luto gerados pelo enfrentamento da doença.

O protocolo contribuiu para identificar os indicativos de saúde mental desses/dessas servidores/servidoras e na elaboração das intervenções necessárias para que estes pudessem ter respostas às suas demandas psicológicas.

Campanha de Vacinação contra Covid-19 e Influenza para servidores/servidoras

Em dezembro de 2021, após firmar parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-estar promoveu dois dias de vacinação contra a Covid-19 na Casa. Na ocasião, 212 pessoas receberam a primeira ou segunda dose do imunizante contra o coronavírus; e 181 foram vacinados contra a Influenza.

Essa ação contribuiu também para a promoção da saúde dos/das servidores/servidoras e de toda a sociedade ao viabilizar uma estratégia comprovada de redução de internações hospitalares e óbitos pelo coronavírus.

Outras ações contra a pandemia da Covid-19

Além das atividades outrora elencadas nesse relatório, a Divisão continuou com as medidas adotadas desde o início da pandemia, a saber:

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

- orientações gerais para evitar disseminação do vírus;
- assessoria na tomada de decisão nos assuntos relacionados à pandemia;
- incentivo ao uso de máscara e Equipamentos de Proteção Individual adequados;
- organização de materiais informativos;
- atuação da junta médica para avaliar casos específicos de servidores que precisavam ser afastados do trabalho presencial ou que já poderiam retornar.

O quadro a seguir elenca as atividades desenvolvidas na pandemia e traça um paralelo com a sua efetividade.

Ações	Efetividade
Teleatendimento.	O serviço incorporado desde 2020 apresentou alta demanda, principalmente de consultas médicas, e permitiu o atendimento contínuo dos/das servidores/servidoras.
Triagem de saúde nas entradas da sede e dos anexos da ALERN.	Em 2021, essa atividade se solidificou com o uso de um sistema informatizado. O serviço evitou a entrada de possíveis portadores da Covid-19, reduziu a disseminação do vírus na ALERN e produziu dados epidemiológicos para o acompanhamento dos casos dessa doença na Instituição.
Equipe de Acompanhamento da Covid-19.	Assistência adequada e remota aos/às servidores/servidoras com casos positivos, suspeitos ou contactantes da Covid-19, reduzindo a disseminação dentro e fora da Instituição ao evitar que prováveis portadores do vírus saíssem sem necessidade de casa. Além disso, organizou os dados epidemiológicos para o processo de tomada de decisão e colaborou para o controle da pandemia, ao isolar casos que poderiam transmitir o vírus, fornecer atendimento sem a necessidade dessas pessoas usarem outros serviços de saúde já superlotados, e orientar no combate à pandemia.
Avaliação de saúde dos/das servidores/servidoras pertencentes ao grupo de risco pós vacinados para o retorno às atividades presenciais.	Permitiu o retorno seguro dos/das servidores/servidoras afastados por serem grupo de risco da Covid-19, após análise de esquema vacinal contra a doença.
Protocolo de atendimento psicológico ao/à servidor/servidora com Covid-19.	Apoio psicológico a 66 servidores/servidoras que testaram positivo para Covid-19 e apresentavam alguma demanda na área de saúde mental.
Vacinação contra Covid-19 e Influenza.	Incentivou a adesão à campanha de vacinação contra Covid-19 e Influenza, garantindo que os servidores pudessem iniciar ou atualizar o esquema vacinal contra essas doenças, reduzindo os impactos negativos dessas patologias na sociedade, tais como mortes e gastos públicos nos serviços de saúde.
Educação em Saúde.	Mitigou a propagação da Covid-19, na Casa e na sociedade, ao orientar os/as servidores/as sobre o combate ao coronavírus.





Gestão de Tecnologia da Informação

A Diretoria de Gestão Tecnológica é a unidade responsável por planejar, implantar e gerenciar todos os sistemas, serviços e soluções de Tecnologia da Informação (TI), fornecendo o suporte e a infraestrutura de informática necessários ao pleno funcionamento, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN). Ainda, conforme a Resolução nº 090/2017, compete-lhe gerir a política de informática da Instituição, em consonância com as linhas estratégicas adotadas pelo Poder Legislativo, adequando a área de informática às novas exigências de governança.

Nesse sentido, esta Unidade procura estar alinhada aos objetivos estratégicos da ALERN e atenta às boas práticas de governança e gerenciamento de serviços em TI, buscando não só a realização das metas previamente estabelecidas, mas também daquelas que se apresentam indispensáveis, por qualquer razão de ordem interna ou externa, como o advento da Covid-19, que impôs desafios no último biênio.

Assim, esta Diretoria buscou estabelecer uma relação de integração e colaboração junto às demais unidades para criar uma metodologia que permitisse atender o desenvolvimento dos diversos planos de ação, visando a melhoria contínua e a qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

Compõem a Diretoria de Gestão Tecnológica: a Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas e a Coordenadoria de Infraestrutura de TI, Suporte Técnico e Integração de Sistemas, ambas com um propósito bem definido de tornar cada vez mais simples, acessível e ágil, o desenvolvimento e o uso de tecnologias digitais.

Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas

O ano de 2021 foi mais um período que se apresentou coberto de desafios e impondo superação, reforçando o papel estratégico da TI, bem como o de alicerce transformacional. Novas demandas surgiram e muitas vezes se sobrepuseram ao planejamento previamente estabelecido.

No entanto, a percepção é a de que as metas foram alcançadas e até mesmo superadas, com a atualização dos principais sistemas e a disponibilização de novas soluções e a conquista do Prêmio UNALE (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) “Assembleia Cidadã”, na Categoria “Gestão”, em 2021.

O prêmio, conquistado a partir da inscrição do sistema “e-Legis”, desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica em parceria com a Diretoria Legislativa, evidencia os resultados do Legislativo Potiguar e confirma a excelência do trabalho desempenhado pela Casa Legislativa. O reconhecimento eleva a ALERN, mais uma vez, a lugar de destaque nacional, visto que a Instituição já havia sido premiada, na mesma categoria, em 2019, com o sistema “Legis-RH”, desenvolvido para a Gestão de Pessoas.

Sistemas “e-Legis” e “Legis-RH”

O “e-Legis”, que já possuía os módulos “Administrativo” e “Gabinete”, além do “Sistema de Deliberação Remota” (SDR) e integração com o “Legis Vídeos”, ganhou em 2021 seu último módulo, o de “Plenário”, integrado com o painel eletrônico. Com a última implantação, o Sistema, desenvolvido com tecnologias livres – segurança lógica dos dados, sistema de armazenamento automatizado com replicação física e lógica integrada com *backup* em nuvem, emissão de uma série de relatórios, entre outras funcionalidades –, passou a abranger todo o fluxo processual, desde a propositura até a votação em painel, tornando-se completo.

O “Legis-RH”, vencedor do prêmio UNALE “Assembleia Cidadã”, na Categoria “Gestão”, em 2019, ganhou módulo específico de gerenciamento, integração com o novo “Portal do Servidor” e melhorias na administração de dependentes, para atender a Resolução nº 039/2021, que atualizou dispositivos referentes ao “Auxílio de assistência à saúde”.

Ambos os Sistemas, “e-Legis” e “Legis-RH”, premiados na UNALE, receberam manutenção corretiva e evolutiva em 2021, no sentido de fornecer melhorias de performance e novas funcionalidades. O “e-Legis” também adicionou a documentação de usuários (Manual de uso), enquanto o “Legis-RH” recebeu, além do módulo de gerenciamento e integração com o novo “Portal do Servidor”, uma série de avanços na *interface*.

Assinatura de termos de cooperação com outras instituições públicas

O êxito na premiação nacional e o reconhecimento público do “e-Legis” evidenciaram a qualidade de um sistema eficiente, gratuito e de desenvolvimento interno, despertando o interesse de outras instituições públicas, que demonstraram o desejo de contar com o Sistema, via termo de cooperação técnica e cessão de direitos de uso.

As trocas de experiência com outras instituições públicas interessadas, como, por exemplo, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, exigiram uma série de encontros e intercâmbios para a realização dos estudos de viabilidade e elaboração da documentação necessária para as eventuais implantações. Desse trabalho, destacam-se a assinatura de termo de cooperação técnica e cessão de direitos de uso, em 2021, com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Câmara Municipal de Parnamirim.

Bicampeão do Prêmio UNALE “Assembleia Cidadã”, na categoria “Gestão”



Portal do Servidor

O “Portal do Servidor” foi completamente reestruturado e virou sistema integrado ao “Legis-RH”. Reconstruído, transformou-se em aplicação web, acessível em qualquer dispositivo. Teve todas as suas funcionalidades remodeladas, no sentido de melhorar a experiência de usuário e de universalizar o acesso, que anteriormente era realizado mediante download nas respectivas lojas de aplicativos. Recebeu a inclusão do auxílio de assistência à saúde, simplificando a requisição do benefício pelo/pela servidor/servidora, bem como a comunicação com a COGEP, e passou a ser gerenciado por meio de módulo específico. Outras melhorias foram a listagem de informações e de contatos, e o acesso aos modelos de documentos.

Contratação e implantação de novos sistemas

O ano de 2021 também marcou outras mudanças significativas e que exigiram rompimento de paradigmas. Os Sistemas “Orçamentário e Financeiro (SOFC)”, “Protocolo”, “Almoxarifado” e o de “Compras e Licitações” não tiveram seus contratos continuados, tendo em vista o término da vigência contratual e novo vencedor em processo licitatório. A mudança de fornecedores de serviços impuseram uma série de esforços no sentido de fornecer as condições para a implantação dos novos sistemas, incluindo o treinamento dos usuários ao novo método de trabalho. Neste sentido, a Diretoria de Gestão Tecnológica planejou e executou um cronograma para o treinamento de usuários, a efetiva migração dos sistemas e o suporte técnico.

Sistema de Atividades Administrativas e Organizacionais

O “Sistema de Atividades Administrativas e Organizacionais” foi outro projeto desenvolvido durante todo o ano de 2021. O objetivo do sistema é automatizar o fluxo de processos e atividades administrativas da Instituição.

A metodologia de desenvolvimento da solução requer uma análise profunda do ambiente interno e suas peculiaridades, além da interpretação certa de certas situações, tendo em vista a heterogeneidade dos processos administrativos. São muitos processos diferentes, com objetivos diversos, executados por pessoas diferentes, de diferentes unidades da Instituição. A liberação de uma versão do sistema está prevista para o primeiro semestre de 2022 e sua versão definitiva substituirá o sistema de protocolo usado atualmente.

Sistema de Elaboração de Emendas Orçamentárias

Foi iniciado no segundo semestre de 2021 para atender uma necessidade da Procuradoria Legislativa e da Comissão de Finanças e Fiscalização no controle e no gerenciamento das emendas. Tem por finalidade auxiliar os/as deputados/deputadas estaduais na inclusão de suas emendas orçamentárias, e apoiar as unidades envolvidas na elaboração do relatório, que posteriormente é enviado ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte para a preparação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Encontra-se em plena fase de desenvolvimento e, desde sua concepção, de transformação, com a possibilidade de virar um módulo do “e-Legis”.

Sistema de Requerimento de Licença Prêmio

Sistema desenvolvido para auxiliar as rotinas da Comissão Especial para avaliação de conversão de licença-prêmio em pecúnia, criada para analisar os casos de pedido de conversão de licença-prêmio em pecúnia, de acordo com a Instrução Normativa nº 02/2021. Tem por escopo a elaboração automática de documentos, o controle de situações e a tramitação dos requerimentos, que envolvem a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, a Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, a Coordenadoria de Planejamento e de Execução Orçamentária, e a Diretoria-Geral, do pedido inicial até seu arquivamento.

Desenvolvimento de site para o Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar

Visando difundir a história do Parlamento Potiguar através de seu acervo, de suas ações e das atividades educacionais realizadas pelo Memorial, o projeto conta com painel administrativo para a alimentação de informações e o gerenciamento do volumoso acervo de documentos, itens e pessoas. Encontra-se em fase final de desenvolvimento, com a inclusão da lista completa dos parlamentares na história do Rio Grande do Norte, e das galerias de imagens do acervo.

Manutenção e evolução da Intranet

Na busca constante por uma melhor comunicação interna e um ambiente cada vez mais seguro para o compartilhamento de links, informações e arquivos, a fim de consolidar a Intranet como ferramenta de apoio indispensável às atividades, são realizadas atualizações periódicas de segurança e de conteúdo.

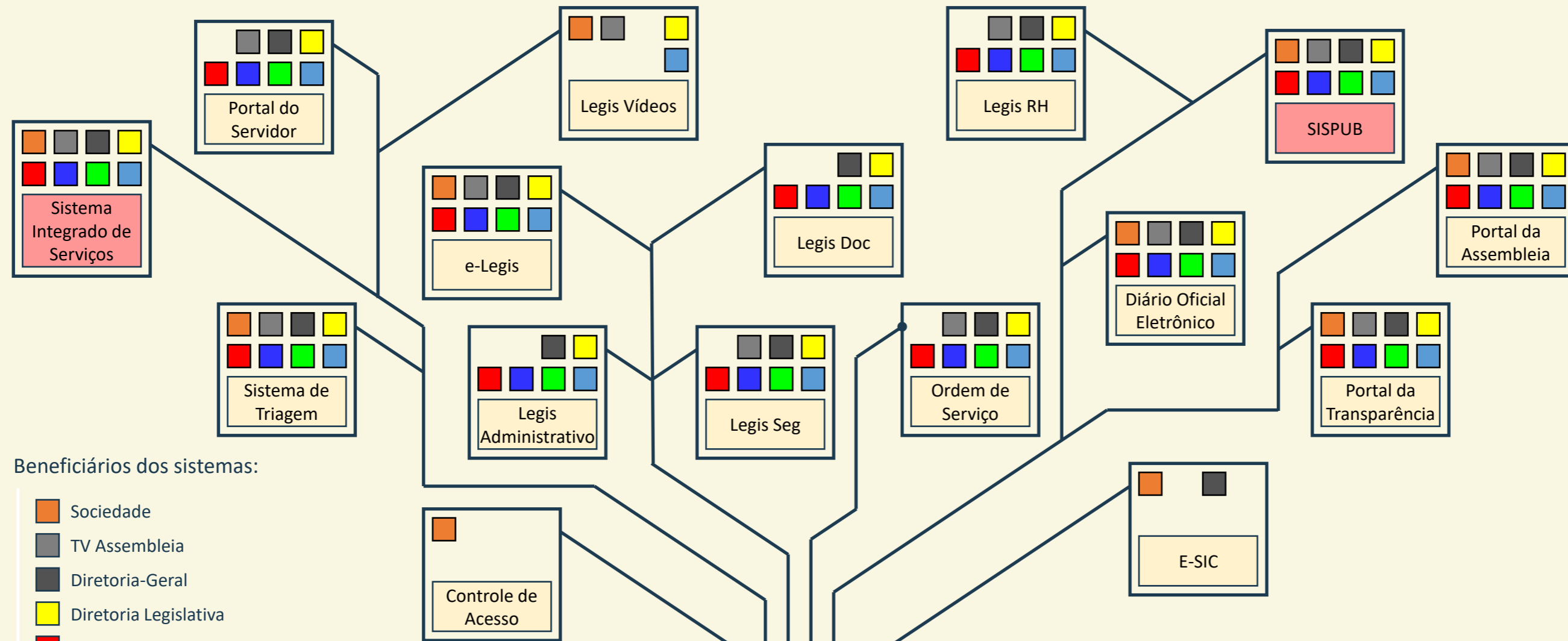
No ano de 2021, destaca-se a inclusão do espaço “Governança”, no menu principal, para atender uma solicitação da Assessoria de Planejamento. A área reúne todos os documentos produzidos internamente e que norteiam a Casa na governança e gestão. Com o aumento do conteúdo, o espaço provavelmente será um site próprio dentro da Intranet, visando a disseminação das metas, planejamento e boas práticas de gestão.

Treinamento e Capacitação

Visando o aperfeiçoamento profissional, foram realizados os seguintes cursos em 2021: “Engenharia de Softwares”, “Containers Docker: a orquestração”, e adquiridas 06 licenças anuais no Plano Corporativo, junto à empresa privada, para acesso aos cursos disponibilizados em sua plataforma. Tais contratações foram custeadas com os recursos recebidos da UNALE, através da premiação do Projeto “Legis-RH”, categoria “Gestão”, em sua 1ª edição. Além dos cursos custeados pela UNALE, a equipe recebeu o treinamento sobre LGPD, visando adequar a produção interna à Lei Nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados.

A seguir são apresentados os sistemas desenvolvidos pela Diretoria de Gestão Tecnológica e a infraestrutura que suporta o conjunto de soluções de software.

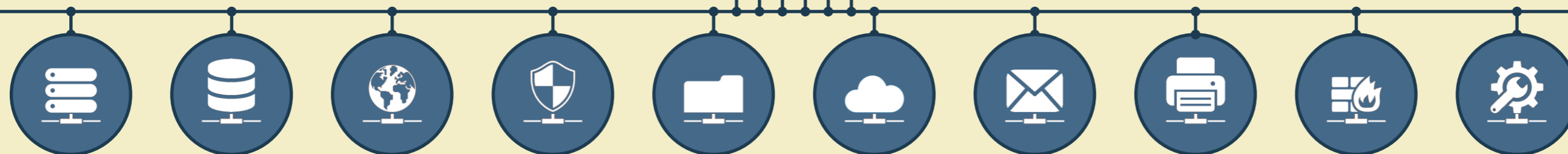
Sistemas desenvolvidos pela DGT: Gestão e Tecnologia transformadoras da ALERN



Beneficiários dos sistemas:

- Sociedade
- TV Assembleia
- Diretoria-Geral
- Diretoria Legislativa
- Diretoria de Gestão Tecnológica
- Diretoria Administrativa e Financeira
- Diretoria de Políticas Complementares
- Deputados e Gabinetes Parlamentares

Sistemas



Servidores

Bases de Dados

Acesso à Internet

Antivírus

Armazenamento local

Armazenamento em nuvem

Correio eletrônico

Impressão

Firewall

Suporte ao usuário

Gestão de Infraestrutura de TI, Suporte Técnico e Integração de Sistema

INVESTIMENTOS

Plataforma de videoconferência

Como forma de garantir a continuidade das atividades legislativas com a utilização do Sistema “e-Legis”, a ALERN adotou medidas capazes de atender as demandas dentro do novo cenário decorrente da crise sanitária vivenciada mundialmente. Nesse sentido, por meio da plataforma de videoconferência, as sessões plenárias e reuniões das comissões continuaram acontecendo de forma *on-line*, assegurando, pois, a continuidade das atividades legislativas de maneira segura e ágil.

Para além da realização das sessões, reuniões de comissões, audiências públicas etc., o uso de tal ferramenta tecnológica, possibilitou a continuidade das atividades administrativas nas diversas unidades da Casa Legislativa. Nesse sentido, importante registrar que, por todo o ano de 2021, os/as servidores/servidoras trabalharam de forma híbrida, por determinação da Presidência da Casa ao atender às necessidades de enfrentamento a disseminação do vírus da Covid-19.

Nessa ótica, registre-se que, desde que foi implementada, a Solução tem apresentado um crescimento significativo de demanda, demonstrando que o serviço é um importante recurso e atende seguramente às expectativas dos/das servidores/servidoras da ALERN.

Valoroso destacar também que, no ano de 2021, a Instituição celebrou contrato com a empresa privada, distribuidor da referida plataforma, estendendo o uso dela para toda a Casa Legislativa, em especial, para a Escola da Assembleia, para uso em ensino à distância. Evidencia-se assim que a ferramenta não só atendeu as necessidades para continuidade dos trabalhos legislativos, como também permitiu que as atividades educacionais continuassem acontecendo.

Servidor de rede

No ano de 2019 foi apresentado o projeto de modernização dos servidores de rede, responsáveis pelo serviço de virtualização. A execução dessa iniciativa permitiria a implantação e a ampliação de novos serviços na rede. Tal projeto objetivava primordialmente a melhoria da segurança da informação, referente aos ativos de rede da ALERN, considerando o aproveitamento dos investimentos anteriores realizados.

No ano seguinte, a ALERN adquiriu um servidor de rede, dando início à execução do projeto de modernização. No ano de 2021, como complemento da execução ao plano, foi adquirido um novo servidor de rede.

Equipamento *Storage* (PRODUTIVIDADE)

Realizada a aquisição de um novo *Storage* – equipamento utilizado como repositório onde são centralizados os dados da rede local. A ALERN já dispõe de dois *storages* de armazenamento que são utilizados para backup dos dados. Este novo *storage* é um equipamento de alta performance para ser utilizado como meio de armazenamento e funcionamento das *virtual machine* no processo de virtualização dos servidores de rede.

Modernização dos computadores

Com a ampliação e disponibilização de novos serviços, houve a necessidade de analisar a capacidade dos computadores que compõem a rede da ALERN. A atividade resultou no entendimento de que eram necessários adquirir novos computadores com configurações mais avançadas. Nesse sentido, foi realizada licitação para aquisição de 150 computadores Desktop, 80 Notebooks e 10 estações de trabalho de alta performance.

Aquisição de peças e componentes de TI

Concluído Registro de Preços para aquisição de peças e componentes para manutenção e ampliação dos computadores (estações de trabalho e servidores) além de *Access Point* para ampliação e atualização da rede wi-fi, eliminando os pontos cegos existentes.

RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS

Antivírus

Aquisição e implantação de solução profissional de antivírus corporativo composto de *console* de gerenciamento centralizado e licenças para todos os componentes da rede da ALERN, com diferentes sistemas operacionais (servidores, estações de trabalho e dispositivos móveis). O contrato foi assinado em 2019, renovado e aditivado em outubro de 2021.

Contrato de telecomunicação

Renovação do contrato mantido com concessionária de serviços de telecomunicações, que inclui os serviços de: (1) telefonia fixo e móvel; (2) comunicação de dados; (3) segurança e gerência da informação; (4) *e-mail* corporativo; e (5) ferramentas colaborativas.

Por ter sido um ano atípico para a comunicação de dados, em virtude da pandemia, os serviços de telecomunicação se destacaram por sua imprescindível necessidade. Visto que os trabalhos legislativos passaram a serem executados de forma remota, o que exigiu que a qualidade da comunicação de dados fosse impecável como também a quantidade em termos de banda, de forma que atendesse a demanda dos serviços internos, seja de uso em videoconferência como o uso de sistemas gerenciais e administrativos.

Manutenção preventiva, corretiva e *outsourcing* de impressoras

Renovação dos contratos de manutenção preventiva e corretiva das impressoras pertencentes a ALERN e das impressoras em regime de comodato.

Manutenção preventiva e corretiva de *switchs* e roteadores

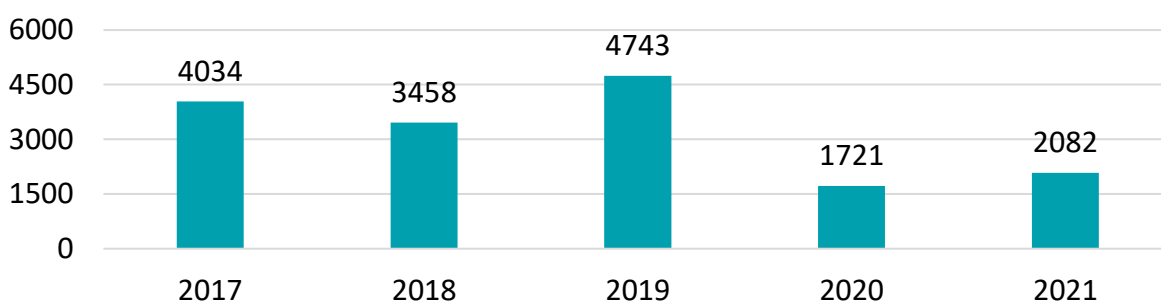
Renovação da contratação de uma empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de tais equipamentos, que permite uma melhoria na utilização e prolongamento da vida útil de tais equipamentos.

Atendimento de suporte aos usuários

Os atendimentos de suporte aos usuários são realizados por uma equipe de 16 profissionais, alguns lotados nos anexos e a grande maioria no prédio sede. Os atendimentos são diversos, os quais vão desde uma simples dúvida operacional ao reparo e substituição de peças nos equipamentos.

O gráfico abaixo apresenta os quantitativos dos atendimentos concluídos apenas pela equipe de suporte. Importante registrar que não foram considerados os atendimentos realizados pelos parceiros que a ALERN tem contrato de manutenção, a exemplo das impressoras e equipamentos de comunicação de dados.

Ressalte-se que as atividades ocorreram de forma diversa da que todos estavam acostumados, pois que o cenário pandêmico exigiu uma nova realidade sem, contudo, deixar que os trabalhos seguissem seu fluxo. Nessa esteira, foram disponibilizados, pela equipe de TI, serviços de *Virtual Private Network* (VPN) atendendo, então, as necessidades dos usuários submetidos ao regime de *home office*.

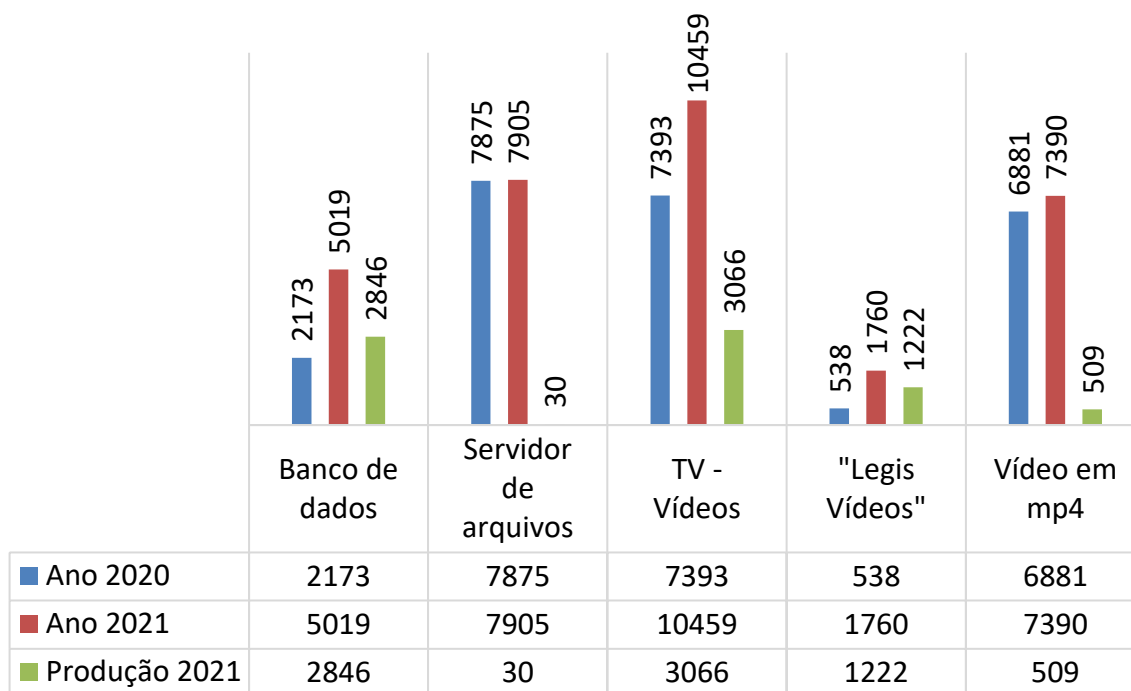


Como se observa, houve uma aparente redução de atendimentos internos em uma escala de aproximadamente 127% quando comparado ao ano de 2019. Contudo, fala-se em aparente, porque o que houve, em verdade, foi uma redução de atendimentos na modalidade presencial, haja vista o novo formato de trabalho em sistema híbrido, o que significa menor quantidade de usuários presencialmente na Casa Legislativa. A realidade fática, cuja demonstração poderá ser corroborada no gráfico a seguir, frente a produção e uso de dados, é que essa queda nos atendimentos presenciais fora substituída pelo considerável aumento de trabalho para atender aos usuários dentro do cenário atual, qual seja, trabalho remoto e atividades *on-line*.

Estatísticas de utilização do armazenamento de dados

Volvendo-se para análise da estatística de utilização do armazenamento de dados, como dito anteriormente, é de se registrar que o formato de trabalho em regime híbrido e/ou somente *home office*, demandou uma expressiva alteração dos números quando comparados aos anos anteriores, nos quais todos os trabalhos eram exercidos de forma presencial.

Vejam os gráficos onde temos a utilização dos volumes de dados e os tipos de dados armazenados nos servidores de rede e *storages*:



Pondo em palavras a análise do cenário acima, é de muita nitidez que o trabalho focado em atender as demandas não presenciais teve crescimento exponencial. Exemplo disso, tem-se os marcadores em laranja do gráfico, os quais revelam que no ano de 2021 o “Banco de dados” cresceu em aproximadamente 130% e o servidor de arquivos continuou em crescimento. O que mais chama a atenção é a crescente inerente a TV e “Legis-vídeos”, posto que o primeiro subiu em 41% e o segundo representa um aumento de 227%.

Não é demasiado reforçar que a adoção de medidas de controle da disseminação do vírus Covid-19 fez nascer uma nova tendência laboral, na qual os usuários seguramente desenvolveram suas atividades de forma remota, longe de seus postos de trabalho habituais, mas sem afetar a sua produtividade. Ao revés, produziram em maior escala.

Não precisa de esforço para se imaginar que tal realidade exigiu da equipe de TI um esforço superior, vez que se as atividades seguiram seu fluxo, possibilitar que isso ocorresse, inclusive em número maior, decorreu de todo o esforço da equipe da Diretoria Gestão Tecnologia destinada a atender aos usuários no sentido de desenvolver novos sistemas e implantar as ferramentas necessárias e dar suporte aos mesmos, seja para utilização, seja para armazenamento dos dados.



Portanto, a aparente queda nos atendimentos presenciais é inversamente proporcional à demanda nascente do regime de trabalho *home office* e realização das atividades legislativas na modalidade *on-line*.

Segurança da Informação

Devido as restrições das atividades presenciais, como medida de prevenção a contaminação ao Covid-19, os/as servidores/servidoras passaram a realizar suas atividades de forma remota, em *home office*. Para tal, tivemos que adotar algumas medidas de segurança de acesso à rede.

- instalação e configuração do serviço de VPN que possibilitou aos usuários, de sua residência, terem acesso a todos os serviços disponibilizados de forma transparente e segura, permitindo que suas atividades não deixassem de serem realizadas;
- revisão e aprimoramento das políticas de disponibilização e *backup* de dados permitindo um gerenciamento centralizado e com vários pontos de replicação garantindo melhor a salva dos dados e facilitando sua recuperação em caso de desastres e facilitando o acesso pelos usuários.

A disponibilização do acesso remoto aos colaboradores via VPN foi feito de uma forma muito tranquila e segura. Como o ambiente de acesso é seguro, monitorado, com antivírus, não ocorreram incidentes de segurança com a liberação de acesso externo para os colaboradores de *home office* e teletrabalho.

Enfrentando a pandemia

Sistema de Triagem

Desenvolvido para a área que cuida da saúde e do bem-estar na Casa Legislativa, o Sistema busca na base de dados a ficha do/da servidor/servidora que pretende acessar as dependências da ALERN e armazena algumas informações pessoais e de saúde, além da data e da hora do registro, podendo servir como instrumento auxiliar na autorização de acesso. Tem por função, também, a elaboração de relatórios que poderão servir de base para tomada de decisões pelos setores responsáveis.

Plataforma de Videoconferência

Como forma de garantir a continuidade das atividades legislativas, em face do cenário decorrente da crise sanitária vivenciada mundialmente, foi disponibilizada plataforma de vídeo conferência, para que as Sessões Plenárias, Audiência Públicas e Reuniões das Comissões continuassem acontecendo de forma *on-line*. A plataforma também permitiu a continuidade das atividades administrativas entre os setores, com os servidores trabalhando de forma híbrida, por determinação da Presidência da Casa ao atender às necessidades de enfrentamento a disseminação do vírus da Covid-19. Da mesma forma, a plataforma serviu para a continuidade das atividades educacionais, promovidas pela ALERN.



Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico

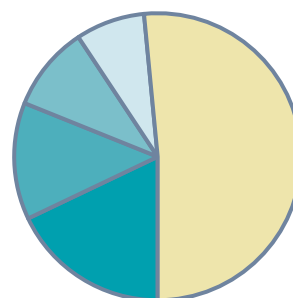
A Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico tem suas atividades concentradas na Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico. A esta unidade compete gerenciar e manter os serviços de limpeza e conservação predial, transportes, audiovisual, jardinagem, copeiragem, garçonagem, e operação de elevadores. Além dessas atividades, compete ainda a esta unidade dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de conservação arquitetônica, reformas e atualização das instalações internas, edificações e áreas externas do complexo arquitetônico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN).

Objetivando garantir eficiência, eficácia e efetividade de todas essas atividades, a Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico é segmentada em cinco subáreas, a saber: Gestão de Operação e Manutenção, Gestão de Serviços Gerais, Gestão de Transportes, Gestão de Telecomunicações e Audiovisual e Gestão da Arquitetura e da Engenharia.

Com a mesma finalidade anteriormente apresentada, buscou-se a qualificação do corpo técnico da Coordenadoria e de suas unidades subordinadas. Nesse sentido, os servidores foram incentivados e participaram de cursos de capacitação e treinamento a distância, como os cursos “Estudo técnico preliminar e o termo de referência para compras e serviços” – ofertado por instituição privada – e “Atendimento no Serviço Público” e “Orçamento Público” – ofertados pela Escola do Senado. Os servidores também cursaram atividades promovidas pela Escola da Assembleia, como a oficina de “Redação Oficial” e “Sensibilização da Lei Geral de Proteção de Dados”.

Gestão de Operação e Manutenção

A Gestão de Operação e Manutenção, em observância aos planos e regulamentos existentes, atuou principalmente no atendimento a solicitações de manutenção predial, as quais foram encaminhadas por Ordem de Serviço e executadas por profissionais terceirizados e/ou servidores da ALERN. As demandas mais comuns foram relacionadas ao sistema elétrico (200), à refrigeração (147), à telefonia (107) e ao sistema hidráulico (87), que juntas corresponderam a 48% do total.



Além das demandas de manutenção predial, a subárea realizou as seguintes atividades:

- fiscalização da execução dos contratos de manutenção predial, refrigeração e climatização de ambientes;
- serviços de auxiliares de manutenção predial e eletricitista;
- serviços de locação, de manutenção preventiva e de corretiva dos condicionadores de ar;
- serviços de controle de vetores e pragas urbanas englobando: desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e outros que se fizeram necessários, em todas as áreas internas e externas do edifício sede e dos anexos;
- serviços de limpeza e de desobstrução das caixas de gordura;
- serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores do prédio sede;
- serviços de manutenção corretiva da plataforma de acessibilidade instalada na EALERN;
- manutenção de grupo gerador de energia elétrica;
- manutenção preventiva e corretiva de portões eletrônicos;
- aquisição de materiais e de equipamentos que supriram a demanda de materiais necessários para a realização de serviços de manutenção predial e de equipamentos solicitados pelas unidades.

A seguir são apresentadas as principais atividades realizadas e as efetividades delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Planejamento e execução dos serviços de dedetização e controle de pragas, e monitoramento da qualidade da água fornecida à ALERN.	Adequação do ambiente de trabalho com proteção da saúde dos deputados/deputadas estaduais, servidores, terceirizados e visitantes.
Planejamento e execução das atividades de manutenção de tomadas, disjuntores e fiações.	Manutenção da estrutura elétrica em perfeito estado de conservação e funcionamento.
Fiscalização dos contratos de fornecimento de energia e subestações elétricas.	
Planejamento e execução dos serviços de manutenção de torneiras, encanamentos e bombas d'água.	Manutenção da estrutura hidráulica em perfeito estado de conservação e funcionamento.
Coordenação dos serviços de limpeza e desobstrução de caixas de gordura e caixas d'água, além de abastecimento d'água.	
Controle da operação e da manutenção de elevadores e plataformas elevatórias.	Provisão da acessibilidade de todos os usuários e prestação de suporte às atividades legislativas e administrativas.
Fiscalização dos contratos de operação e manutenção de sistemas de climatização.	
Atendimento das demandas gerais por confecção de chaves e carimbos.	
Execução da manutenção geral de portas e mobiliário, sempre que possível o conserto.	

Gestão de Serviços Gerais

A Gestão de Serviços Gerais abrange o apoio à limpeza e à higienização da Casa Legislativa, bem como a coordenação das atividades de garçonagem, copa e jardinagem nas dependências da instituição.

Nesse sentido, a subárea buscou trabalhar de forma integrada e colaborativa com todas as unidades da ALERN, principalmente as unidades responsáveis pelo almoxarifado e pela gestão de contratos e convênios.

As principais atividades de 2021 foram:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Serviços contratados de limpeza profissional de tapetes, carpetes e similares.	Conservação da higiene e limpeza dos tapetes e carpetes, contribuindo para manter a saúde dos/das servidores/servidoras, bem como da aparência e da conservação do patrimônio público.
Serviços de Garçonagem.	Atendimento de todos os serviços demandados pela atividade parlamentar nas sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas e reuniões promovidas por esta Casa Legislativa, inclusive sessões remotas realizadas pelo Presidente da Casa, na Sala de Reuniões da Presidência.
Serviços de Jardinagem.	Manutenção, conservação e embelezamento de todas as áreas jardinadas do Palácio José Augusto, da Escola da Assembleia, do anexo da Rua São Tomé e do anexo da Rua Jundiáí.
Serviços de Copa.	Atendimento contínuo e regular das atividades relacionadas às copas de água e café localizadas no Palácio José Augusto (realizado por 02 copeiras), na Escola da Assembleia (realizado por uma copeira) e no anexo da Rua Jundiáí (realizado por uma copeira).
Serviços de Portaria.	Atendimento regular das demandas relativas ao trabalho de portaria na recepção do Palácio José Augusto e na Escola da Assembleia (empresa terceirizada).
	Atendimento regular das demandas relativas ao trabalho de portaria na recepção do anexo da Rua São Tomé, exercidas por servidora comissionada da ALERN, lotada nesta Divisão.
Serviços de Limpeza e Conservação Predial.	Distribuição e controle do material de limpeza utilizado pelos dezessete auxiliares de serviços gerais locados no Palácio José Augusto e pelos três ASGs do anexo da Rua São Tomé.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Serviço de Coleta Seletiva.	Apoio à atuação das atividades desenvolvidas pela Comissão de Coleta Seletiva.
Serviços relacionados à prevenção e combate ao Covid-19 nas dependências da ALERN.	Apoio à realização de duas desinfecções no prédio sede e nos anexos, no primeiro semestre do ano, além da continuidade da aplicação do Procedimento Operacional Padrão (POP) para limpeza e desinfecção diária e semanal para prevenção e combate à disseminação do Coronavírus na Casa Legislativa.

Gestão de Transportes

A Gestão de Transportes atuou, de modo destacado, no apoio aos programas “Assembleia e Você” – que realiza ações em cidades do interior do estado –, “Qualidade de Vida e Saúde” e “Coleta Seletiva Solidária”, assim como no “Memorial Itinerante”, nos municípios de Apodi e Parelhas.

Além disso, esta Subárea também prestou suporte às remessas de documentos e processos para órgãos de controle externo, jurisdicionais e de justiça. Atuou no deslocamento de servidores para anexos da Casa e/ou entidades públicas e privadas que têm vínculo com a ALERN, assim como na gestão e na atualização dos contratos de locação e manutenção de veículos.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gestão da frota de veículos à disposição da instituição e o uso pelos servidores.	Possibilitou o trânsito de servidores/servidoras e documentos entre os prédios sede e anexos da ALERN e com outras instituições, prestando suporte com eficiência.
Planejamento e acompanhamento da qualidade dos serviços prestados pelos motoristas.	
Supervisão do controle de gastos com combustíveis.	

Gestão de Telecomunicações e Audiovisual

A Gestão de Telecomunicações e Audiovisual é responsável por prestar apoio técnico e operacional de áudio e vídeo às atividades legislativas e administrativas da ALERN. Sua atuação em 2021 abrangeu os trabalhos de planejamento e suporte às sessões legislativas que foram realizadas à distância, tanto sessões ordinárias quanto as das Comissões Parlamentares.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

O trabalho dessa Subárea foi essencial para a manutenção do fluxo dos trabalhos parlamentares e administrativos por meio das mídias digitais. Além disso, gerenciou a manutenção de todos os aparelhos presentes no Plenário e nos Auditórios, nas salas de reunião e de aula da Escola da Assembleia.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Supervisão dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de audiovisual dos Auditórios e Plenários.	Manutenção dos meios de audiovisual adequados às atividades parlamentares e administrativas.
Assessoramento nos eventos internos (audiências públicas, reunião de comissões) e externos (“Assembleia e você” e da Escola da Assembleia).	
Preservação e acondicionamento dos equipamentos de audiovisual.	
Fornecimento e operação de equipamentos de áudio e vídeo para realização de eventos.	
Suporte técnico à realização da “CPI da Covid” (8/8 a 18/12/2021) e da “CPI da Arena das Dunas” (29/05 a 23/11/2021).	Realização das sessões das CPIs.

Gestão da Arquitetura e da Engenharia

No ano de 2021, a Divisão de Arquitetura e Engenharia (DAE) atuou, principalmente, no planejamento, coordenação e desenvolvimento de estudos e projetos executivos dessas áreas, bem como gerenciou a contratação e execução de obras e serviços de engenharia (construções, reformas, modificações, ampliações, recuperações e manutenções) para intervenção no patrimônio edificado do complexo arquitetônico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN).

O Projeto “Reorganização e Modernização da Infraestrutura Predial” da Casa Legislativa foi incluído pela atual gestão no Planejamento Estratégico 2020/2023, denominado “Horizonte 2023”, e destaca-se por diferentes aspectos. A iniciativa abrange a construção, reestruturação e ampliação dos espaços físicos do Poder Legislativo Estadual, sendo uma das principais atividades desenvolvidas pela Unidade.

No processo de elaboração do “Horizonte 2023”, foi identificada a fragmentação da estrutura física da Casa em diversos anexos, como uma fraqueza a ser mitigada. Diante disso, foram previstas melhorias a partir de um cronograma estabelecido até o fim do ano de 2023, segmentado em etapas.

À Divisão, coube realizar estudos e apresentar possíveis cenários com soluções construtivas, que otimizassem os espaços dos Gabinetes Parlamentares e unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da ALERN. Esses estudos foram elaborados sob as perspectivas de viabilidade técnica, financeira e operacional.



Mediante os cenários apresentados, a Administração decidiu concentrar a infraestrutura predial na Cidade Alta, mantendo o Palácio José Augusto como sede deste Poder (projetando a ampliação da área construída) e reestruturando os prédios anexos que reunirão as atividades administrativas, sociais e culturais.

As mudanças possibilitarão a especialização de cada anexo, de acordo com a área afim, a aproximação física entre prédio sede e anexos, o rearranjo dos ambientes destinados às atividades laborais, a padronização da identidade visual do complexo arquitetônico da ALERN, assim como a utilização de soluções construtivas sustentáveis.

Além dos benefícios para a Instituição, a implementação desse Projeto contribuirá para a revitalização do Centro Histórico do Natal, visto que a restauração de prédios históricos, a ampliação e a concentração de serviços públicos e a disponibilidade de equipamento cultural fomentarão novas oportunidades de desenvolvimento para a região.

Anexo Parlamentar

O projeto do edifício, em fase de remodelação, dada a aquisição pela Assembleia de novos imóveis na Avenida Câmara Cascudo, formará, junto com o Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, um grande complexo arquitetônico, integrando o patrimônio histórico edificado do corredor cultural a um equipamento contemporâneo e sustentável.

A concepção está sendo pensada para aproveitar, do melhor modo, a topografia, reduzindo os custos com escavação, e incorporar a edificação ao seu entorno natural, tornando a vegetação existente como parte do projeto, minimizando o impacto visual em relação ao conjunto tombado e reduzindo a carga térmica incidente.

O prédio terá sua frente para a Avenida do Contorno e concentrará as unidades que realizam atividades administrativas ligadas à Diretoria Administrativa e Financeira, além de contar com área de convivência com jardins, estacionamento, museu a céu aberto e auditório multifuncional.

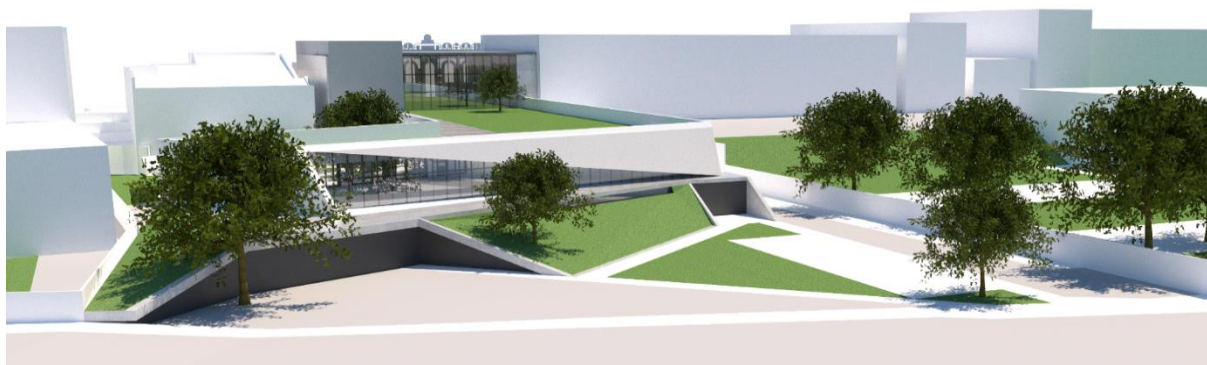


Anexo Administrativo

O projeto do edifício, em fase de remodelação, dada a aquisição pela Assembleia de novos imóveis na Avenida Câmara Cascudo, formará, junto com o Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, um grande complexo arquitetônico, integrando o patrimônio histórico edificado do corredor cultural a um equipamento contemporâneo e sustentável.

A concepção está sendo pensada para aproveitar, do melhor modo, a topografia, reduzindo os custos com escavação, e incorporar a edificação ao seu entorno natural, tornando a vegetação existente como parte do projeto, minimizando o impacto visual em relação ao conjunto tombado e reduzindo a carga térmica incidente.

O prédio terá sua frente para a Avenida do Contorno e concentrará as unidades que realizam atividades administrativas ligadas à Diretoria Administrativa e Financeira, além de contar com área de convivência com jardins, estacionamento, museu a céu aberto e auditório multifuncional.



Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar

O Solar Histórico do início do século XX, localizado na Avenida Câmara Cascudo, em pleno corredor cultural do Centro Histórico do Natal, foi adquirido pela ALERN para a instalação do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, que abrigará um museu sobre a história do Estado.



O projeto de restauração do Casarão traz um resgate que enaltece a cultura potiguar e aproxima a Instituição de seus valores históricos e sociais, tendo em vista que o imóvel pertenceu ao ex-governador Tavares de Lyra, responsável pela construção da primeira sede do Poder Legislativo estadual.

Anexo Social

O antigo prédio do Banco do Nordeste, localizado na Praça Padre João Maria, com sua imponente arquitetura modernista da década de 1970, foi adquirido pela ALERN para a instalação da Diretoria de Políticas Complementares, unificando os principais serviços de atendimento ao público em um único local. O prédio abrigará a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, Divisão de Defesa dos Direitos do Cidadão, Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais e a Coordenadoria do Procon.

O projeto arquitetônico encontra-se em fase de conclusão e teve como principais premissas: o resgate às características externas originais da edificação, um profundo *retrofit* interno, com garantia de acessibilidade, integração entre os setores, modernização e automação das instalações e melhoria da qualidade do ambiente de trabalho.



A seguir, são apresentadas as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, que incluem as relacionadas ao Projeto “Reorganização e Modernização da Infraestrutura Predial”:

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de projeto arquitetônico de reforma para o antigo prédio do Banco do Nordeste - BNB, situado na Rua Vigário Bartolomeu n.º 630.	Ampliação e modernização da infraestrutura física da ALERN.
	Otimização do espaço físico existente para melhor atendimento e acomodação dos usuários.
	Adequação de estrutura para ampliação do espaço físico do anexo para atender as necessidades da ALERN.
	Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade universal.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de projeto de reforma e modernização do Auditório Cortez Pereira.	Otimização do espaço físico existente para melhor acomodação dos usuários.
	Modernização das tecnologias aplicadas no espaço.
	Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade universal.
Elaboração de projeto luminotécnico e de climatização para os Gabinetes Parlamentares da ALERN.	Melhoria na infraestrutura de rede e instalações elétricas, com aumento da eficiência energética e consequente redução do consumo de energia devido à utilização de lâmpadas LED.
Elaboração do projeto complementar de acessibilidade - PCA do Anexo Administrativo e do Solar Tavares de Lyra.	Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade universal.
Elaboração dos levantamentos arquitetônicos e relatórios técnicos dos imóveis situados no quarteirão delimitado pelas ruas Vigário Bartolomeu, Coronel Cascudo e Ulisses Caldas.	Documentação do processo para aquisição dos imóveis com vistas à ampliação do Palácio José Augusto.
	Desenvolvimento de um modelo que possibilite a integração de diversas unidades administrativas separadas fisicamente em prédios anexos.
	Melhoria no fluxo de processos administrativos.
	Redução de custos relacionados à locação de imóveis, a combustível, a transporte de servidores, a materiais de expediente, a documentos etc.
Elaboração de layout e caderno de especificações técnicas da sinalização visual da ALERN.	Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade universal.
	Adequação dos ambientes aos novos padrões de identidade visual da ALERN.
Elaboração de layout e caderno de especificações técnicas de móveis planejados em MDF e madeira maciça para atender às necessidades da ALERN.	Adequação dos ambientes aos novos padrões de identidade visual da ALERN.
Elaboração de estudo preliminar de arquitetura em dois gabinetes parlamentares.	Modernização na infraestrutura de atendimento ao público no Gabinete Parlamentar.
	Melhoria na subdivisão interna dos processos administrativos do Gabinete Parlamentar.
	Otimização do espaço para acomodação de servidores/servidoras e parlamentares.
	Modernização do espaço com manutenções pontuais.



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de estudo preliminar de arquitetura da Divisão de Arquitetura e Engenharia, da Controladoria, da Vice-presidência, da Diretoria-Geral, da Diretoria Administrativa e Financeira, do restaurante da ALERN, e para instalação de armários na Coordenadoria de Gestão de Pessoas.	Melhoria na subdivisão interna dos processos administrativos.
	Otimização dos espaços físicos existentes para melhor acomodação dos usuários.
	Modernização do espaço físico com manutenções pontuais.
	Adequação dos ambientes aos novos padrões de identidade visual da ALERN.
Elaboração de estudo preliminar de arquitetura para implantação de proteção para as obras de arte do Salão Nobre do Palácio José Augusto.	Manter a integridade das obras de arte.
Elaboração de planta de layout para Cerimônia denominada “Parlamentar do Ano” e de layout e projeto de combate a incêndio para a 2ª Corrida do Servidor.	Otimização do espaço físico para melhor acomodação dos usuários.
	Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade e segurança.
Execução de serviços de decoração natalina.	Atendendo às necessidades culturais da ALERN.
Elaboração de estudo arquitetônico para construção de estúdio de audiovisual da Escola da Assembleia.	Otimização do espaço físico existente para melhoria na qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, e melhoria do fluxo de trabalho.
	Organização e otimização dos sistemas prediais (elétrico, acústico, luminotécnico) do espaço.
Elaboração de estudo de adequações da estrutura física de segurança patrimonial do prédio anexo, situado na Rua São Tomé.	Melhoria da estrutura física com manutenções corretivas.
	Aumento dos níveis de segurança no acesso ao prédio.
Elaboração de croqui da cobertura (laje superior) para execução de serviços de impermeabilização do Palácio José Augusto.	Melhoria da estrutura física com redução de manutenções corretivas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Suporte às demandas da Comissão Permanente de Licitações relativas aos processos que envolvem serviços e obras de engenharia.	Garantia dos requisitos técnicos e legais para o processo de licitação, de acordo com a Lei n.º 8.666/93.
Elaboração de Projeto Básico para contratação de empresas especializadas em serviços comuns de engenharia, com vistas à elaboração de projetos complementares de arquitetura e de engenharia para atender às necessidades da ALERN, e em serviços de engenharia com vistas à execução de serviços de impermeabilização da cobertura do Palácio José Augusto.	Definição do escopo do objeto a ser contratado.
	Garantia dos requisitos técnicos e legais para o processo de licitação, de acordo com a Lei n.º 8.666/93.
Gerenciamento e fiscalização de contrato de prestação de serviços de reforma e manutenção do prédio sede e seus anexos.	Garantia do cumprimento das exigências legais, por parte da(s) empresa(s) contratada(s), previstas no contrato da obra.
	Melhoria na fiscalização com a verificação periódica e acompanhamento dos custos de cada etapa da obra.

Enfrentando a pandemia

Devido à pandemia da Covid-19, a Coordenadoria prestou suporte ao planejamento e à execução do protocolo de retomada das atividades presenciais, notadamente à desinfecção das dependências da Casa, realizada por meio da contratação de empresa especializada no serviço, à aquisição de tapetes higiênicos e à aquisição e instalação de *dispensers* para álcool em gel e limpeza preventiva de todos os filtros dos condicionadores de ar. Dessa forma, todos os/as servidores/servidoras e setores da Assembleia Legislativa, além da comunidade externa que utilizaram a estrutura física da Casa Legislativa foram beneficiados pela realização dessas atividades.



Gestão de Compras e Patrimônio

A Gestão de Compras e Patrimônio na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALERN) tem suas atividades centralizadas na Coordenadoria de Compras e Patrimônio. Essa unidade, subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, é responsável por gerir o patrimônio da Instituição, desde o planejamento para sua aquisição até o desfazimento dos seus bens.

Ao ter por objetivo proporcionar o melhor desempenho de funções imprescindíveis para a manutenção das atividades administrativas e legislativas, a Unidade encontra-se segmentada nas subáreas: Gestão de Licitações, Gestão de Contratos e Convênios, e Gestão de Material e Patrimônio.

Gestão de Licitações

De acordo com a Resolução n.º 090/2017, em seu art. 86, a Divisão de Licitações é a unidade responsável pelos processos licitatórios celebrados pela ALERN. Ainda conforme o normativo supra, compete a esta Divisão processar licitações; garantir o fornecimento de bens às unidades da Assembleia Legislativa; elaborar normas e definir diretrizes para a realização de compras e contratações, propondo as modalidades e formas legais e administrativas que melhor atendam ao interesse da Assembleia Legislativa; arquivar toda documentação de responsabilidade da unidade e executar outras atividades correlatas.

A seguir são apresentados os certames homologados e os que não foram finalizados pelos inúmeros desafios atravessados no decorrer do ano de 2021. Contudo, apesar das dificuldades, por se tratar de um setor considerado essencial para a manutenção das atividades administrativas, poderá ser visto que, no tocante às licitações essenciais ao funcionamento da ALERN, foram finalizadas sem maiores intercorrências.

Ademais, serão apontadas as contratações que não foram finalizadas, por inúmeros motivos. Vale ressaltar que, no quadro-resumo, elencaram-se todas as licitações, que foram realizadas ao longo do ano de 2021 pela Divisão.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Registro de preços para aquisição de material de limpeza.	Necessários para a manutenção e pleno funcionamento da ALERN.
Registro de preços para aquisição de material de copa e cozinha.	Provimento de itens indispensáveis para o funcionamento da ALERN.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços manutenção preventiva e corretiva de aparelhos condicionadores de ar.	Manutenção do equilíbrio térmico dos ambientes, conservação e limpeza das instalações e prolongamento da vida útil dos equipamentos de condicionador de ar dos diversos setores desta Casa Legislativa, proporcionando um ambiente saudável para os servidores/servidoras da Casa e Público externo.
Registro de Preços para aquisição de material de expediente.	Manutenção e pleno funcionamento da ALERN, e planejamento adequado, evitando desperdícios e gastos desnecessários de recursos públicos.
Registro de preços para confecção de material gráfico.	Provimento das necessidades da ALERN para evitar o desabastecimento dos itens descritos, indispensáveis ao seu bom funcionamento, considerando que já fazem parte do uso comum deste e de outros entes e órgãos.
Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na confecção e no fornecimento de placas para homenagem, medalhas de mérito e troféus.	Provimento das necessidades da Divisão de Cerimonial que, no exercício de suas funções institucionais, promove a homenagem de personalidades de destaque e importância para o Estado, em solenidades desta Casa.
Contratação de empresa especializada em serviços de impressão e publicação de livros.	Consolidação e disseminação do modelo de Planejamento Estratégico em Gestão de Pessoas, aprovado e publicado no Ato da Mesa n.º 1420/2020, bem como do Relatório de Gestão do ano de 2020, entre os servidores desta Casa Legislativa.
Aquisição de materiais odontológicos.	Viabilização da continuidade dos atendimentos e tratamentos odontológicos aos deputados/deputadas, servidores/servidoras e seus/suas dependentes, seguindo as orientações contidas no Plano de Retomada vigente.
Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios.	Provimento das necessidades desta Casa Legislativa para evitar o desabastecimento dos itens descritos, indispensáveis ao seu bom funcionamento, considerando que já fazem parte do uso comum deste e de outros entes e órgãos públicos.
Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinfecção e sanitização.	Limpeza e higienização adequadas nas dependências do prédio sede e dos anexos para a saúde ambiental dos/das parlamentares e dos/das servidores/servidoras, visando prevenir a disseminação de patógenos, sobretudo do coronavírus, agente causador da Covid-19.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios.	Provimento das necessidades desta Casa Legislativa para evitar o desabastecimento dos itens descritos, indispensáveis ao seu bom funcionamento, considerando que já fazem parte do uso comum deste e de outros entes e órgãos públicos.
Registro de preços para aquisição de água mineral em garrafão, garrafa e copo com entrega.	Manutenção e o pleno funcionamento da Assembleia Legislativa, considerando que sua aquisição já faz parte do uso comum deste e de qualquer órgão público.
Registro de preços para contratação futura de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, com vistas à manutenção preventiva e corretiva no edifício sede e anexos da ALERN.	Manutenção preventiva e corretiva das construções são indispensáveis para promover o adequado e ininterrupto funcionamento das instalações prediais, propiciar a tempestiva detecção e correção de desgastes ou falhas dos sistemas, bem como atender às exigências de segurança, garantindo, assim, o aumento da vida útil das edificações.
Contratação de empresa especializada para o fornecimento do serviço da licença de uso de uma solução <i>web</i> integrada de tecnologia da informação (TI), totalmente orientada para administração pública do Poder Legislativo, disponibilizada no modelo software como serviços (SaaS), hospedado em nuvem pública, voltada para dar suporte às atividades inerentes à gestão da área de saúde contemplando os atendimentos ambulatoriais e odontológicos realizados pela ALERN.	Norteamento das tomadas de decisões, com vistas a otimizar a aplicação dos recursos e o controle seguro das informações provenientes dos serviços que prestam à população.
Confecção e aquisição de móveis planejados em mdf e móveis em madeira de lei, com fornecimento de materiais e instalação.	Aparelhamento dos ambientes da ALERN com armários confeccionados sob medida, visando otimizar os espaços existentes nas salas, facilitar o armazenamento de materiais e equipamentos, melhorar a ergonomia dos usuários, bem como facilitar a composição com móveis modulados já existentes. Ademais, essa é uma das ações que faz parte do “Horizonte 2023”.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Aquisição de microcomputadores e notebooks.	Adaptação tecnológica do nosso corpo funcional, administrativo e legislativo às necessidades de trabalho à distância, por vídeo conferência, e outras demandas mandatórias na sociedade atual.
Aquisição de material de ergonomia.	Melhoraria da ergonomia no ambiente de trabalho e diminuição dos impactos do trabalho na saúde física dos/das servidores/servidoras, já que muitos/muitas executam suas atividades sentados/sentadas, em frente a um computador e com permanência prolongada.
Registro de preços para aquisição material de consumo de informática.	Manutenção dos equipamentos com peças de reposição para melhorar a vida útil.
Aquisição de equipamentos para instalação de câmeras de monitoramento.	Atendimento das necessidades do Gabinete de Segurança Institucional, como medida de ampliação e modernização das ações de segurança, no tocante ao sistema de circuito fechado de TV já existente nesta.
Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de criação, desenvolvimento, implantação, atualização e manutenção do Portal Institucional da ALERN.	Guarda, no portal da ALERN, de diversos documentos, além dos arquivos em áudio. Informações institucionais e sobre os deputados/deputadas estaduais também podem ser encontrados. A página atual ainda facilita o contato entre a ALERN e a imprensa, com a publicação de <i>releases</i> sobre a atuação da ALERN e suas decisões mais importantes. A demanda por informações por parte da sociedade é crescente. Fortalecer a comunicação interinstitucional, aprimorar intercâmbios, consolidar a representatividade junto à sociedade, entre outro é essencial. Os portais e sítios da ALERN e outras ações na <i>web</i> podem colaborar com esses objetivos.
Registro de preços para eventual aquisição de bens permanentes, eletrônicos e eletrodomésticos.	Atendimento das necessidades de ampliação e/ou reposição dos referidos equipamentos nesta Assembleia. Além disso, a aquisição dos equipamentos, de acordo com as especificações contidas nesse instrumento, é indispensável ao bom andamento dos trabalhos.
Aquisição de Sistema de Armazenamento (<i>Storage</i>) em rede (NAS) e 01 (um) Equipamento Servidor de Rede.	Proteção de armazenamento dos dados de forma segura, bem como garantia da performance com a disponibilização das informações, mediante ao aumento considerado de uso dos novos Sistemas desenvolvidos e em uso na ALERN, principalmente os de uso de imagens, e atender à necessidade da gravação e armazenamentos das sessões plenárias e comissões que, durante a pandemia, passaram a ser realizadas de forma remota.



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Registro de preços para aquisição de bandeiras de mesa, bandeiras oficiais, panóplias e rosetas.	Utilização nas atividades legislativas externas dos/das deputados/deputadas estaduais, em solenidades de entrega de Título Honorífico de Cidadão Norte-Rio-Grandense, no recebimento de autoridades interestaduais e no hasteamento dos mastros frontais dos prédios do Poder Legislativo.
Aquisição de veículo especial tipo motor-casa 0KM, (Odontomóvel).	Aquisição para utilização do veículo em ações do Projeto “Assembleia e Você”. Nesse sentido, a aquisição da unidade móvel odontológica surge como medida essencial para o desenvolvimento do referido Projeto. Dentre os serviços prestados na área da odontologia, mediante as ações coletivas voltadas para a saúde e a prevenção de doenças bucais, destacam-se: palestras informativas, orientações acerca da escovação, bem como a aplicação de flúor, isso no âmbito da abordagem educativa.

Enfrentando a pandemia

As atividades da Divisão de Licitações não foram suspensas, tendo em vista que as demandas essenciais para funcionamento da Assembleia Legislativa de aquisições e contratações permaneceram continuadas, mesmo com redução de pessoal. Ademais, em se tratando das licitações da Assembleia Legislativa, não houve prejuízos, uma vez que são realizadas de forma virtual, ou seja, por meio de pregão eletrônico.

Observações

Elaboração do plano anual de compras e contratações, destacando as aquisições mais relevantes relativas ao funcionamento administrativo, uma vez que as boas práticas da gestão de licitações e contratos visam criar condições para que os objetivos estratégicos finalísticos possam ser plenamente trabalhados e alcançados e, assim, prestando apoio para que atinja a missão institucional. Levando em consideração o momento pandêmico, as contratações e aquisições tiveram efetividade muito presente internamente, com benfeitorias, adequações de TI, conforto e qualidade de ambiente de trabalho, dentre outros.

Cumprindo os trâmites processuais obrigatórios, esta Divisão envia todo os avisos nos Diário Oficial do RN, Diário Oficial Eletrônico da ALERN, Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), site oficial da ALERN, Sistema Compras Governamental (plataforma oficial do Ministério do Planejamento, onde são realizadas as licitações eletrônicas).

Núcleo de Gestão de Compras de Bens e Serviços

O Núcleo de Gestão de Compras de Bens e Serviços foi criado pela Resolução n.º 090/2017, publicada em 14 de dezembro de 2017, subordinado à Divisão de Licitações e à Coordenadoria de Compras e Patrimônio. Essa unidade, em linhas gerais, tem como atribuições precípuas o gerenciamento e administração das atividades atinentes às aquisições e contratações, especialmente de licitações, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, norteadas pelos princípios da administração pública e legislação pertinente.

Rotineiramente, são realizadas a) elaboração de termos de referência e projetos básicos; b) pesquisa de preços, com produção de tabela comparativa e informação descritiva do procedimento adotado, assim como análise de conformidade das propostas apresentadas; c) emissão de solicitações de despesas; d) emissão de ordens de compra e serviços; e) prestação de informações/esclarecimentos solicitadas por licitantes acerca de cláusulas constantes nos termos de referência.

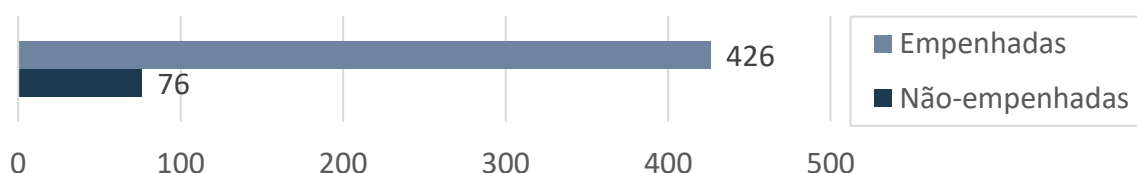
Foram produzidos, no exercício de 2021, 93 (noventa três) Termos de Referência para contratação de aquisições e serviços do órgão, dos mais variados assuntos, tendo como referência a legislação e jurisprudência dos Tribunais de Contas, buscando a padronização.

Quanto às pesquisas mercadológicas, foram procedidas 94 (noventa e quatro), para a obtenção do preço praticado no mercado para fins de licitação, contratação direta, ou renovação contratual. A cada pesquisa deflagrada é produzida planilha contendo os valores obtidos, e despacho informativo, descrevendo as fontes consultadas, intercorrências, pedidos de esclarecimentos e com a conclusão da pesquisa.

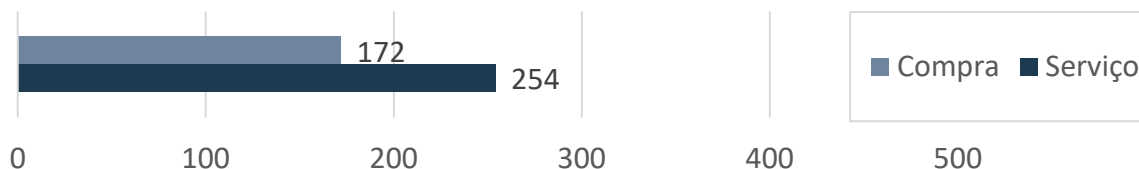
Nesse ponto, é importante destacar que a equipe não se limita à consulta a fornecedores, mas busca também preços contratados em outros órgãos, atas de registro de preços, banco de preços, painel de preços do Governo Federal, etc., de forma que a pesquisa retrate a realidade do mercado, de acordo com recomendações do Tribunal de Contas da União.

No exercício, foram emitidas 435 (quatrocentas e trinta e cinco) Solicitações de Despesas no SIS PUB – Protocolo, Almoxarifado e Orçamento, para licitações, dispensas, inexigibilidades, renovações, etc., das quais 59 (cinquenta e nove) foram excluídas.

Como etapa final dos trâmites internos do Núcleo, antes da emissão do envio dos autos para emissão do Empenho, são emitidas as Ordens de Compra e Serviço, por meio do SIS PUB – Protocolo, Almoxarifado e Orçamento, que totalizaram 502 (quinhentas e duas) em 2021, das quais 76 (setenta e seis) foram canceladas. Cabe registrar o número de Ordens de Compra e de Serviço Empenhadas e Não Empenhadas, representando aquelas as aquisições e contratações de serviços efetivamente realizadas, na forma do gráfico a seguir:



Por fim, importante informar quantas ordens foram de compra e quantas foram de serviço, entre as aquisições e contratações de serviços efetivamente realizadas, na forma do gráfico a seguir.



A seguir, outras atividades desempenhadas e medidas adotadas pelo órgão neste exercício:

- padronização de despachos, tabelas e Termos de Referência;
- adoção de postura proativa de resolver as pendências processuais, por meio de despachos com pedidos de esclarecimentos e/ou reuniões com os setores envolvidos;
- elaboração do termo de solicitação de pesquisa e encaminhamento via *e-mail* ou *in loco* e em lojas e estabelecimentos, acompanhamento da pesquisa, e análise das propostas apresentadas pelas empresas;
- utilização de critérios de exclusão de preços inexequíveis ou excessivamente elevados na composição das pesquisas, para não frustrar a contratação ou incidir em sobre-preço ou superfaturamento.

Além disso, é mister ressaltar que um fator de sucesso no trabalho do Núcleo de Gestão de Compras de Bens e Serviços é o empenho dos/das servidores/servidoras, que cumprem suas tarefas com afinco, responsabilidade e competência. Ademais, um dos pontos determinantes para que a equipe tenha um bom desempenho é o interesse dos/das servidores/servidoras pelo aprimoramento profissional por meio de qualificação, buscando sempre a atualização em cursos, treinamentos, simpósios, etc..

Gestão de Contratos e Convênios

Segundo a Resolução n.º 90 de 14/12/2017, a Divisão de Gestão de Contratos e Convênios está inserida dentro da Coordenadoria de Compras e Patrimônio, a quem é subordinada. Essa última é a unidade responsável por gerir todo o patrimônio da Assembleia, desde o planejamento para sua aquisição até o desfazimento dos seus bens. Já a primeira é responsável pelo gerenciamento dos contratos e convênios celebrados com a Assembleia Legislativa. Logo, compete à Divisão, em linhas gerais, administrar todos os contratos e convênios no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, nos aspectos atinentes ao controle e gerenciamento, com o fim de perseguir o atendimento regular e efetivo dos princípios da administração pública e, sobretudo, dos normativos legais.

A Divisão de Gestão de Contratos e Convênios (DGCC), dentro da estrutura da ALERN, é um setor que promove uma atividade meio. Considerando que a atividade fim da Assembleia se baseia em atividades legislativas ligadas à promoção de leis e fiscalização delas, a finalidade de um setor de contratos se resume em manter toda a estrutura do Poder Legislativo Estadual em pleno funcionamento, e não só isso, em garantir a prestação de serviços e aquisição de bens com plena excelência.

No ano de 2021, foram produzidos 152 contratos novos. Esse número comparado com 2020 – ano inicial da Pandemia, quando só produzimos 79 contratos – representa uma recuperação nas contratações novas, o que significa que, de certa forma, fomos nos adaptando à Pandemia da Covid-19 e tentando normalizar a rotina.

Essa informação é corroborada pela conclusão de que tivemos dezenas de contratos de docente para os cursos da Escola da Assembleia, os quais se deram, majoritariamente, de forma virtual pela plataforma zoom, sendo esse um excelente exemplo de adaptação à Pandemia.

Ao analisar os valores dispendidos com contratos no decorrer dos anos, temos:

Exercício	Valores Gastos	Observação
2015	R\$ 10.972.258,24	Criação da Comissão de Contratos
2016	R\$ 14.252.113,21	
2017	R\$ 17.087.143,44	
2018	R\$ 24.798.268,39	Criação da Divisão de Contratos
2019	R\$ 22.798.268,39	
2020	R\$ 17.288.997,61	Pandemia – a partir de 18/03/20
2021	R\$ 23.705.430,62	

Os valores gastos em 2021 vêm do relatório do TCE 2021. Essa importância engloba também os valores que ficaram em restos a pagar referentes ao exercício financeiro de 2020. Dessa estatística, compreendemos que houve uma recuperação em comparação com o último ano, o qual começamos a enfrentar a pandemia do Corona Vírus, tendo em vista que gastamos mais que em 2019.

Quanto aos convênios, em 2020, foram feitos 26 termos de convênios ou de doação com órgãos e prefeituras municipais, com o objetivo de doar máscaras e álcool 70%. Já em 2021, foram feitos apenas três novos convênios: com o Grupo Reviver, no qual o escopo foi o apoio para exames de mamografia com base no Outubro Rosa, mês da campanha de conscientização acerca do câncer de mama; com a Liga Contra o Câncer no intuito de assistir à aquisição de um mamógrafo digital de última geração; e com o Hospital Infantil Varela Santiago, cujo objeto foi a implementação de 10 (dez) novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal no Hospital. Foram iniciadas também tratativas junto à Polícia Militar para formalizar um convênio que tem como base rondas da polícia, além das tratativas junto à Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN), as quais serão finalizadas em 2022.

Ademais, foi feito um novo Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte que prevê a cessão de servidores/servidoras, possibilitando o reforço recíproco no quadro de pessoal de ambos os Poderes. Fez-se ainda dois novos termos de credenciamento com a CAPEMISA e com Mongeral, facilitando o acesso a créditos pelos servidores desta Casa.

A seguir, são apresentadas as principais atividades realizadas pela subárea de Gestão de Contratos e Convênios.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Redação, edição, elaboração e análise de contratos e de convênios, e de outros ajustes.	Garantia de excelência nos produtos adquiridos e serviços contratados pela ALERN. Maior segurança e controle.
Acompanhamento dos prazos de vigência dos contratos, convênios e outros ajustes.	Melhoria e maior controle nos lapsos temporais contratuais, garantindo que sejam mantidos os melhores preços, e não permitindo que haja serviços sem cobertura contratual, respaldando Diretores e Fiscais e evitando processos emergenciais ou indenizatórios.
Numeração do termo, tanto para alteração de contrato, quanto para outros ajustes.	Maior organização tanto no setor, na execução e manutenção dos contratos, convênios e congêneres, quanto na diminuição de respostas dadas a outros setores, quiçá outros órgãos quando solicitam informações acerca de tal contratação.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
<p>Notificação, no caso de formalização de contrato ou necessidade de atualização documental, o representante legal da empresa contratada para firmar contrato ou atendimento da solicitação apresentada pela gestão. Ou ainda expedir, por escrito, instruções, comunicados e determinações de correção dos serviços à contratada.</p>	<p>Promoção de análise criteriosa de todas as obrigações contidas no contrato e na legislação em vigor, garantia de que a execução atinja a maior efetividade e não haja irregularidades, inclusive quanto a prazos e documentos. E punição a quem der causa a inexecução ou execução irregular do objeto, a exemplo do ocorrido com uma das empresas contratadas pela ALERN no ano de 2021.</p>
<p>Arquivamento de toda a documentação de responsabilidade da unidade.</p>	<p>Acesso a todos os documentos, contratos, aditivos, apostilamentos, convênios e congêneres, despachos, memorandos e ofícios feitos pela DGCC desde 2018, já que mantemos toda a documentação referente à contratação digitalizada, e alguns instrumentos com cópia física organizados em pastas, além da guarda dos processos que não envolvem repasse financeiro, como é o caso da maioria dos congêneres.</p>
<p>Emissão de alertas à Diretoria Administrativa e Financeira e aos fiscais de contratos, para fins de sua renovação ou realização de novo procedimento de reposição, no prazo mínimo de 120 dias, além de informar qualquer possível irregularidade encontrada.</p>	<p>Manutenção e melhoria na comunicação com os servidores que atuam como fiscais; otimização na gestão e fiscalização dos bens adquiridos e serviços prestados; maior alcance de acesso às informações importantes e pertinentes à Direção da Casa, com maior resolutividade dos óbices encontrados. Auxiliar com o planejamento dos setores e da Casa como um todo. Evitar processos indenizatórios ou emergenciais.</p>
<p>Auxílio na elaboração de termos de referência, visando à contratação de serviços ou aquisição de bens, que deverão ser formulados pelas áreas requisitantes do objeto do contrato, quando solicitado.</p>	<p>A efetividade é uma constante evolução e melhora nas contratações, corrigindo erros passados e melhorando as execuções contratuais.</p>
<p>Elaboração de planilhas contendo todos os dados essenciais e importantes dos contratos e dos convênios.</p>	<p>Promoção de uma gestão rápida, eficaz e transparente. Controle e rapidez de todas as demandas solicitadas à DGCC, garantindo uma melhor gestão dos contratos e celeridade nas respostas dada e a soluções de óbices encontrados.</p>



Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Análise e alimentação de planilha das notas fiscais, certidões e outros documentos comprobatórios.	Promoção de triplo filtro (o primeiro é da Coordenadoria Financeira, e o terceiro é do fiscal) nos pagamentos, garantindo o pagamento correto e de acordo com o que foi contratado.
Publicização dos atos administrativos praticados pela DGCC.	Cumprimento do princípio administrativo da publicidade e transparência dos contratos, convênios e todos os instrumentos feitos por essa Divisão.
Gerenciamento criterioso e completo da documentação que envolve os contratos de terceirização de mão de obra.	Garantia e segurança para a Casa Legislativa e seu ordenador de despesa, assegurando que todos os direitos trabalhistas e previdenciários dos funcionários/funcionárias contratados/contratadas por meio de locação de mão de obra estejam assegurados, bem como a execução dos serviços de atividade de manutenção da ALERN estejam em perfeita ordem e excelência.
Promoção da produção de Termos de Dispensa e Inexigibilidade.	Controle de processos licitatórios que não sejam necessários, e maior celeridade na compra ou contratação de itens de pequeno valor ou serviços de capacitação e ensino, por exemplo.
Informação no SIAI sobre os Termos de Dispensa e Inexigibilidade.	Atendimento à legislação da Corte de Contas Estadual.
Gerenciamento da Conta Vinculada nos Contratos Terceirizados.	Otimização dos direitos trabalhistas e aplicação da legislação. Efetividade no pagamento dos funcionários.
Observar e assessorar a Direção e Presidência desta Casa na aplicação das multas contratuais e outras penalidades.	Garantia do princípio da isonomia, legalidade e supremacia do interesse público, além de demonstrar justiça e busca pelo melhor no interesse legislativo.
Estudo da Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei n.º 14.133/2021	Preparação para mudanças e adaptações dos serviços praticados por esta Divisão que deverão ocorrer até abril de 2023.

Gestão de Material e Patrimônio

A Divisão de Gestão de Material e Patrimônio tem como parte integrante o Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário e está inserida na estrutura organizacional da Coordenadoria de Compras e Patrimônio, que além da Divisão, conta ainda com a Assistência, a Divisão de Licitações e a Divisão de Gestão de Contratos e Convênios.

Essa unidade, nos termos da Resolução 090/2017, é responsável por gerir o acervo de bens materiais da Assembleia Legislativa e abastecer todas as unidades administrativas que compõem o Poder Legislativo Estadual. As atribuições da Divisão estão definidas no normativo anteriormente citado, em que traz as orientações necessárias para se compreender o funcionamento do setor e faz com que ele seja ainda mais eficiente.

O ano de 2021 foi de muitas dificuldades, pois se passou a enfrentar as consequências causadas pela pandemia. Rotinas foram modificadas, horários foram alterados, houve rodízio de servidores e uma série de ajustes precisaram ser feitos para que o setor continuasse funcionando, pois, em momento algum, a ALERN fechou totalmente as portas. Pessoas trabalharam durante todo o ano, e as unidades administrativas precisavam ser abastecidas. E assim foi feito.

Apesar de convivermos com a Pandemia, 2021 foi um ano produtivo e de muito aprendizado. Parte da equipe da Divisão e do Núcleo participou de um curso de qualificação. Curso este essencial para se implementarem algumas mudanças com o intuito de melhorar ainda mais a forma de atuação dos servidores/servidoras, em prol de um desempenho laboral mais eficiente e econômico.

Foram feitas mudanças no sistema informatizado, a fim de se melhorar o controle e o gerenciamento dos estoques, e, para isso, novas rotinas de trabalho foram implementadas. Diante disso, foi necessário reavaliar a função de cada servidor/servidora, integrante do quadro de pessoal da Divisão. Pensando na otimização das funções, a aptidão de cada um foi levada em consideração, e a equipe passou a ter um novo formato. O Grupo que faz parte da distribuição das mercadorias, do recebimento de empenhos, do controle de notas fiscais, da estocagem e do gerenciamento do setor, todos passaram por qualificação, fornecida pela ALERN, e se capacitaram para desempenhar suas funções. De acordo com as características de idade, habilidades e desempenho, as novas funções foram divididas individualmente, considerando as habilidades e formação acadêmica.

Com a identificação das habilidades individuais, o setor passou a ser mais produtivo, o que ocasionou um grau maior de satisfação tanto por parte dos servidores/servidoras, quanto para a Casa, uma vez que as atividades estão sendo exercidas de forma mais eficiente e eficaz.

Ajustes também foram feitos no sistema eletrônico que gerencia o estoque. Novas funções foram acrescentadas, como o estoque mínimo e o de segurança, funções que servem para alertar o momento ideal para se fazer uma solicitação de compra, o que resulta na antecipação para que não chegue a faltar determinado produto na Casa.

Além disso, o sistema passou a informar, automaticamente, o consumo de cada setor de forma a identificar a frequência com que os itens são pedidos por cada servidor/servidora. Isso propicia um maior controle do que é fornecido, evitando que haja um consumo exagerado de determinados produtos e ajudando para que o setor se prepare para a solicitação de futuras demandas, em busca da economia e de se evitar desperdício de recursos públicos.

Em 2021, não foi registrada a falta de nenhum insumo necessário ao bom funcionamento dos setores. Isso se deve ao planejamento para a compra dos materiais de consumo de competência desta Divisão, o qual foi idealizado e executado fielmente, possibilitando o abastecimento completo da Casa Legislativa.

O Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário e suas atividades

O Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário é a unidade responsável pelo gerenciamento do acervo de bens móveis da Assembleia Legislativa, nos moldes da Resolução 090/2017 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

Em 2021, o Núcleo fez uma reavaliação dos bens inservíveis e irrecuperáveis, para efetuar, juntamente com a Comissão Permanente de Desfazimento de Bens, um relatório de avaliação e proceder o descarte por meio de um Projeto desenvolvido pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária desta Casa.

Após o gerenciamento dos bens que estavam em estoque e com o recebimento de vários outros bens adquiridos, como por exemplo: móveis modulados, cadeiras tipo giratória, fixa e do tipo presidente, equipamentos de informática dentre outros, todos foram tombados e distribuídos para atender às demandas dos setores, respeitando os projetos de reformas feitos pela Divisão de Arquitetura e Engenharia. Além disso, fez-se o acompanhamento e fiscalização da montagem de todos os móveis projetados, instalados no ano passado.

O Núcleo ainda ficou responsável por receber as seguintes demandas:

- pedidos de reformas;
- pedidos de troca ou aquisição de móveis (modulados ou projetados);
- solicitações de trocas ou aquisições de móveis e eletrodomésticos (incluindo bens da linha branca);
- recolocação de bens reutilizáveis.

Comissão de Desfazimento de bens

Com o apoio do Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário, após reavaliação dos bens inservíveis irrecuperáveis retirados dos setores e de outros que se encontravam no depósito, a Comissão de Desfazimento de Bens elaborou um relatório de

avaliação, visando proceder descartes e doações, tendo em vista o Ato da Mesa nº 2194/2021, que dispõe sobre os procedimentos de inventário de bens da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, do seu desfazimento e outras modalidades de disponibilidade dos bens.

Os dois setores, em conjunto, ainda realizaram o recebimento, a destinação e o armazenamento correto dos bens que se tornaram inservíveis nesta Casa Legislativa.

Comissão de Inventário de Bens

A Comissão de Inventário de Bens se destacou pela seguinte pela atividade desenvolvida juntamente com o Núcleo de Gerenciamento do Acervo Mobiliário e Imobiliário: o Levantamento das Informações dos Bens Móveis e Imóveis da ALERN e entrega ao Portal do Gestor - TCE/RN, atendendo a um dos requisitos contidos na Resolução n.º 012 - TCE/RN - Anexo IV, Grupo 1. Frise-se que ficou a cargo da Controladoria da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte a consolidação e o encaminhamento das referidas informações ao Portal do Gestor - TCE/RN.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Ação principal: Recebimento, armazenamento e distribuição de mercadorias adquiridas pela ALERN.	Provimento da demanda de insumos dos diversos setores da ALERN, visando a que cada servidor/servidora tenha os meios necessários para desempenhar suas funções.
Elaboração de relatórios de consumo.	Suprimento das demandas internas dos setores e justificativa para aquisições.
Manutenção dos estoques regulados.	Garantia para evitar o desabastecimento dos produtos consumidos cotidianamente na ALERN.
Recebimento, armazenamento, e manutenção do controle da localização de cada bem móvel permanente.	Provimento da demanda dos diversos setores no tocante aos bens móveis, garantindo maior conforto e bem-estar dos servidores/servidoras da ALERN, disponibilizando móveis de qualidade.
Redistribuição de bens móveis em disponibilidades.	Remanejamento de móveis entre setores, de modo que, caso algum deles não sirva a um determinado setor, eles possam ser reaproveitados em outro, gerando economia para o órgão.
Elaboração do inventário anual.	Manutenção atualizada de relatórios de todos os bens móveis, garantindo assim o controle patrimonial da ALERN.
Desfazimento de bens inservíveis.	Descarte de bens, por serem velhos ou inservíveis, para liberar espaço nos depósitos, atualizar o patrimônio móvel do órgão, a fim de atender à legislação vigente.



Gestão de Remuneração e Benefícios

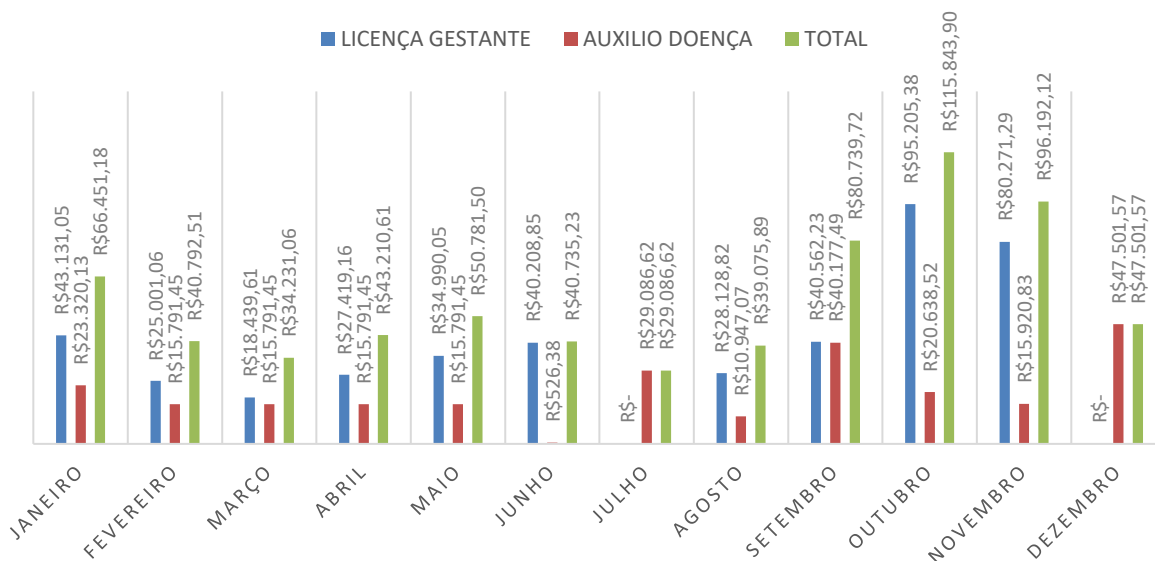
Nos termos da Resolução n.º 090/2017, a Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, unidade subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, tem como responsabilidade precípua elaborar, gerir, organizar e operar os fluxos e as rotinas de pagamento em favor dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras ativos/ativas e inativos/inativas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Controle de compensação Previdenciária, na ocasião do repasse dos valores encaminhados aos Institutos de Previdência do Estado (IPERN) e da União (INSS).	Possibilita a restituição à Assembleia Legislativa dos pagamentos realizados em favor dos servidores/servidoras da Casa, que se encontram afastados/afastadas em razão da licença gestante e por doença incapacitante para o trabalho.
Atendimento, por meio do Canal de Comunicação, aos servidores/servidoras ativos/ativas e aposentados/aposentadas da ALERN por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e e-mail eletrônico.	Proporcionar uma ferramenta para atendimento das solicitações oriundas dos deputados/deputadas estaduais, servidores/servidoras ativos/ativas e inativos/inativas desta Casa Legislativa.
Encaminhamento dos dados (informações financeiras) à Receita Federal do Brasil, referentes ao exercício 2021 dos pagamentos realizados no Ano Calendário 2020, por meio da DIRF.	Cumprimento da obrigação em prestar informações à Receita Federal, determinado pela IN n.º 1990/2020.
Encaminhamento dos dados (informações financeiras/cadastrais) ao Ministério do Trabalho, referentes ao exercício de 2021, correspondente aos dados do Ano Calendário 2020, por meio da (RAIS).	Cumprimento da obrigação em prestar informações ao Ministério da Economia, de acordo com o Decreto n.º 76.900 de 23/12/1975.
Encaminhamento dos dados (informações financeiras/cadastrais) à Previdência Social referentes aos servidores/servidoras ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, por meio da (GFIP).	Cumprimento da obrigação em prestar as informações à Previdência Social, de acordo com a Lei n.º 9.528 de 10/12/1997.
Encaminhamento ao TCE/RN das informações financeiras e cadastrais dos servidores/servidoras desta Casa Legislativa, por meio do SIAIDP, SIAIQUADRO e SIAILEGIS.	Cumprimento da obrigação em prestar as informações ao Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a Resolução n.º 30/2012.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gerenciamento do sistema de Controle de consignação em folha de pagamento, por meio de transferências de arquivos com dados financeiros junto à empresa contratada.	Garantir o atendimento da determinação contida na Resolução n.º 61/2017, que trata do controle dos empréstimos financeiros consignados em folha de pagamento.
Elaboração de relatórios detalhados da Folha de Pagamento, com rubricas e dotações orçamentárias específicas para envio à Coordenadoria de Planejamento, Execução Orçamentária e Financeira para inserção no sistema orçamentário.	Permite a inserção no sistema orçamentário para posterior liberação do pagamento.
Auditagem dos Relatórios de Folha de Pagamento.	Confronta os valores constantes nos demonstrativos Financeiro, comparando-os com os arquivos de crédito enviados ao banco, evitando, assim, divergências nos valores a serem pagos aos deputados/deputadas estaduais e servidores/servidoras.
Elaboração e encaminhamento mensal de relatórios da Folha de pagamento.	Controle da evolução dos gastos de pessoal na folha de pagamento.
Estudo, levantamento e pesquisa que trata de recomposição salarial.	Atualização dos valores remuneratórios pagos aos servidores/servidoras, atendendo à determinação contida na Lei n.º 10.988 de 24 de setembro de 2021.

Demonstrativo que reflete economia para a Casa Legislativa, em razão da implantação, na Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, da compensação previdenciária dos servidores/servidoras afastados/afastadas por doença incapacitante e licença gestante.

LICENÇA GESTANTE E AUXÍLIO DOENÇA



Total de Compensação (economia para a Casa) durante o ano de 2021, total de R\$ 645.530,33

Enfrentando a pandemia

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Os trabalhos desenvolvidos na Coordenadoria de Remuneração e Benefícios (CRB) passaram a ser executados nas residências dos Chefes de Núcleos, por meio dos computadores disponibilizados por este Poder, via acesso VPN (acesso remoto à rede interna desta Casa Legislativa).	Garantia da continuidade das atividades desenvolvidas no setor, com o objetivo de evitar atrasos nos pagamentos e envios de informações necessárias aos órgãos oficiais.

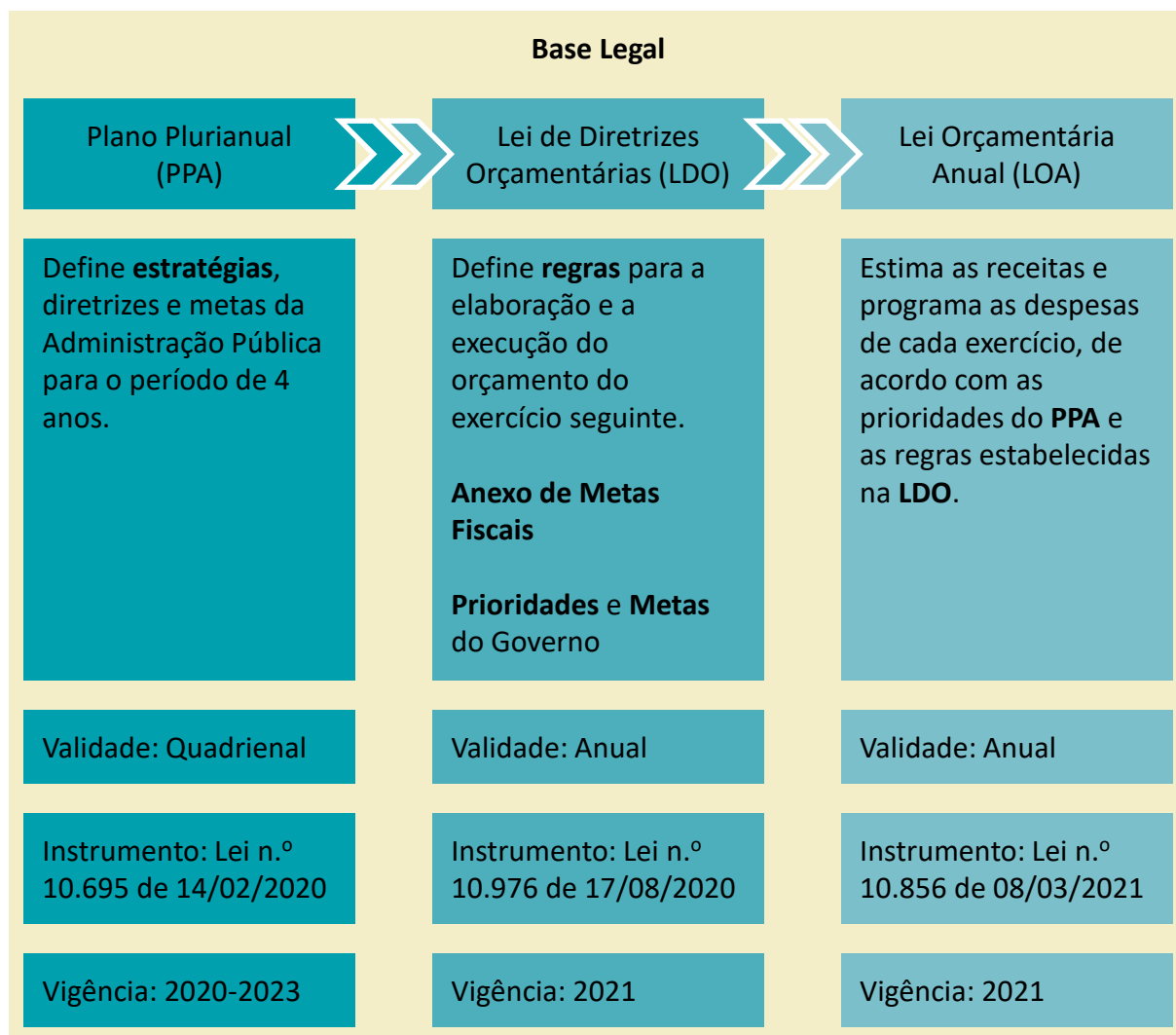


Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal

A Coordenadoria de Planejamento e de Execução Orçamentária e Financeira é a unidade responsável pelo acompanhamento, gestão e execução das atividades normativas e executivas de planejamento da administração orçamentária, contabilidade, e movimentação financeira da ALERN, visando à manutenção do equilíbrio das contas públicas.

A gestão dessa área é compartilhada com a Diretoria-Geral e a Diretoria Administrativa e Financeira, que são responsáveis pelo direcionamento dos recursos e contam com o apoio da Assessoria de Planejamento.

Já a condução de sua gestão, realizada pelas referidas unidades, é direcionada pelo Planejamento Estratégico “Horizonte 2023”, e é regida pela normatização legal das leis orçamentárias: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.



Estrutura do Plano Plurianual

0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado
(Ações responsáveis pela manutenção das atividades da Assembleia Legislativa)

Ações:

- manutenção e funcionamento da Assembleia Legislativa;
- encargos com pessoal;
- preservação do Patrimônio Público;
- operacionalização do FUNLE;
- manutenção e funcionamento da Polícia Legislativa.

5004 – Fortalecimento da Ação Legislativa
(Ações finalísticas)

Ações:

- realização de concurso público;
- manutenção das ações dos serviços de saúde e assistência social;
- desenvolvimento das atividades culturais;
- programa “Assembleia e Você”;
- construção, reestruturação e ampliação das unidades da AL;
- programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- reequipamento da Assembleia Legislativa;
- reaparelhamento e modernização tecnológica.

3008 – Desenvolvimento da Ação Parlamentar
(Ação finalística)

Ação:

- desenvolver atividades de apoio à ação parlamentar.

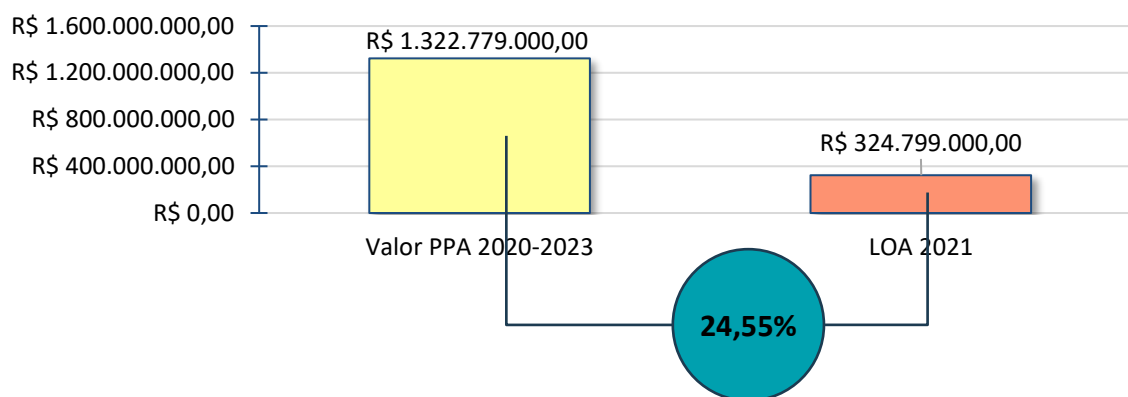
3009 – Programa Educacional da Assembleia Legislativa
(Ações finalísticas)

Ações:

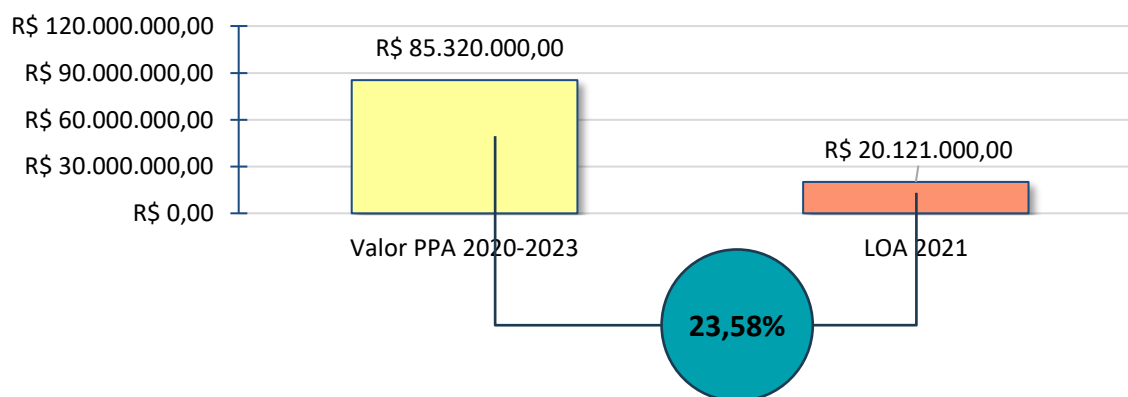
- capacitação para gestores, servidores públicos e cidadãos – Escola da Assembleia;
- participação em congressos, cursos e palestras.

Execução do Plano Plurianual

**Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado
PPA 2020-2023 X LOA 2021**



**Programas Temáticos
PPA 2020-2023 X LOA 2021**

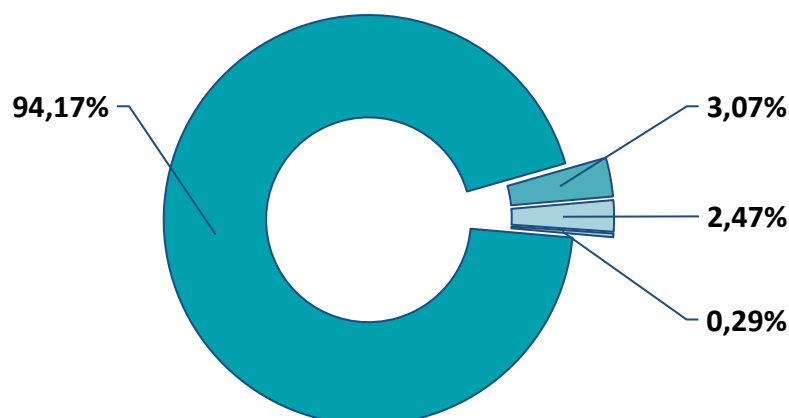


Balanço Orçamentário

A Lei n.º 4.320/64, em seu art. 102, dispõe que o balanço orçamentário “demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”. Sendo assim, este demonstrativo tem por objetivo listar as metas de arrecadação e a fixação das despesas, compreendidas no planejamento, e evidenciar a execução das receitas e despesas do exercício. A partir disso, é possível verificar o equilíbrio do orçamento.

O balanço orçamentário é elaborado para controlar apenas as despesas e receitas orçamentárias, ou seja, aquelas que foram aprovadas a partir da LOA referente a determinado exercício.

Despesa por Programa – LOA 2020



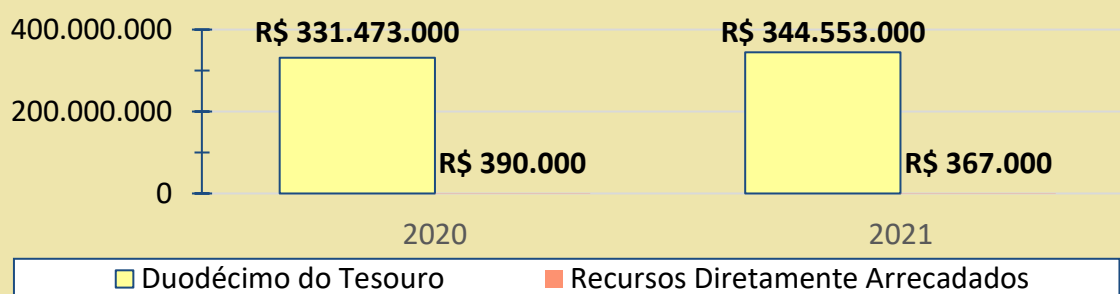
- 0100 - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado
- 3008 - Desenvolvimento da Ação Parlamentar
- 5004 - Fortalecimento da Ação Legislativa
- 3009 - Programa Educacional da Assembleia Legislativa

A previsão total de recursos na LOA n.º 10.856, de 8/3/2021 (LOA 2021) foi de R\$ 344.920.000,00, correspondendo a 24,50% do valor programado no PPA para o quadriênio 2020-2023, na ordem de R\$ 1.408.099.000,00, referentes aos Recursos do Tesouro.

Do valor previsto na LOA 2020, foi destinado para o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado o percentual de 94,17% do total dos referidos recursos. O percentual de 5,83% restante corresponde ao somatório dos Programas Finalísticos: Desenvolvimento da Ação Parlamentar, Fortalecimento da Ação Legislativa e Programa Educacional da Assembleia Legislativa.

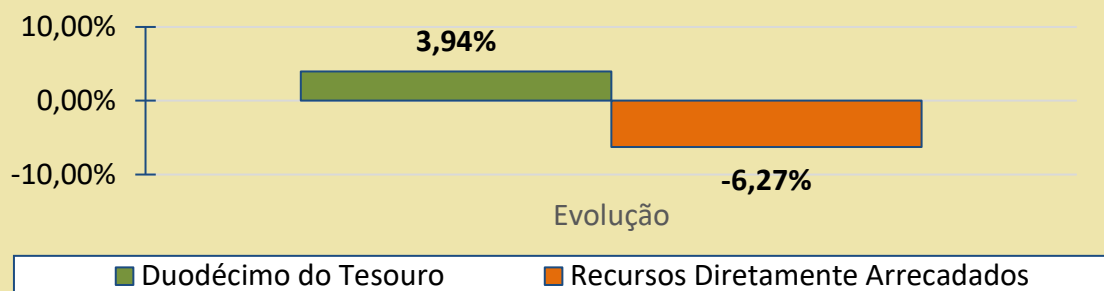
Receita

Evolução da Receita 2019-2020 (em R\$ 1.000)



O duodécimo orçado para o exercício 2021 foi corrigido no percentual de 3,94% (três inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), em relação ao orçamento 2019. O cálculo do referido reajuste foi de acordo com os índices macroeconômicos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2021).

Evolução da Receita 2019-2020 (em %)



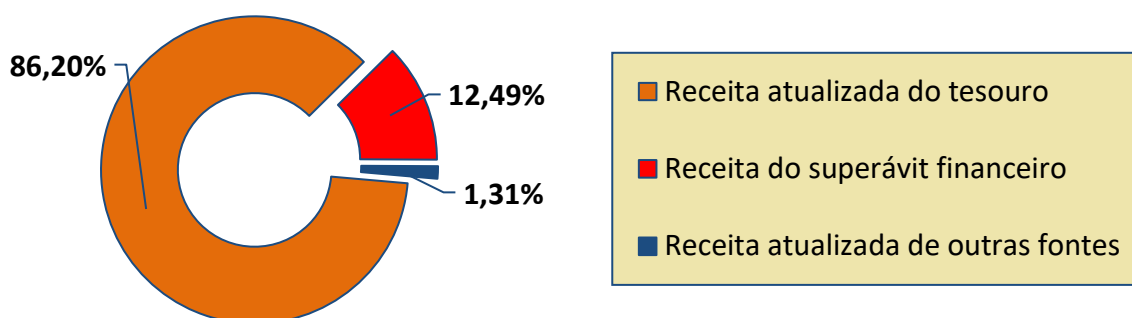
No que se refere às receitas oriundas dos recursos diretamente arrecadados, observa-se uma redução no percentual de -6,27. Esta redução justifica-se em razão da série histórica vir demonstrando déficit da arrecadação dos referidos recursos, quando comparados aos valores previstos.

Receita atualizada

O Balanço Orçamentário de 2021, na Receita dos Recursos do Tesouro (duodécimo), apresentou montante inicial de R\$ 344.920.000,00. Durante a execução orçamentária, após a incorporação de superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial e abertura de crédito suplementar, o valor contabilizado foi de R\$ 393.713.886,75.

Do valor total contabilizado, o montante de R\$ 393.713.886,75, corresponde ao duodécimo do Tesouro do exercício, representa 86,20% do total das receitas atualizadas; o superávit incorporado corresponde a 12,49%; e outras fontes participam com 1,31%.

Receita atualizada



Na LOA, as receitas são previstas. No entanto, ao longo do exercício, essas previsões de receitas são atualizadas, de modo a ajustarem as mudanças que ocorrem no período.

Cabe ao Poder Executivo Estadual a arrecadação das receitas, repassando a este Poder Legislativo apenas a receita prevista na LOA, por meio de duodécimos mensais – repartição em 12 partes do valor da Receita Prevista a ser repassada à ALERN, durante todo o exercício financeiro.

Receita corrente

Fundo Legislativo (FUNLE)

A receita realizada do FUNLE, no valor de R\$ 317.617,09, foi contabilizada nas Categorias de Receitas: Tributária, Patrimonial e Outras Receitas Correntes. Do total realizado, as Outras Receitas Correntes correspondem a 86,87%.

Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

A despesa total da ALERN, inicialmente fixada na LOA-2021, foi no valor de R\$ 344.920.000,00. Ajustes realizados durante a execução orçamentária incrementou o valor total para R\$ 365.139.000,00, oriundos de crédito suplementar e incorporação de Superavit Financeiro, apurado em Balanço Patrimonial.

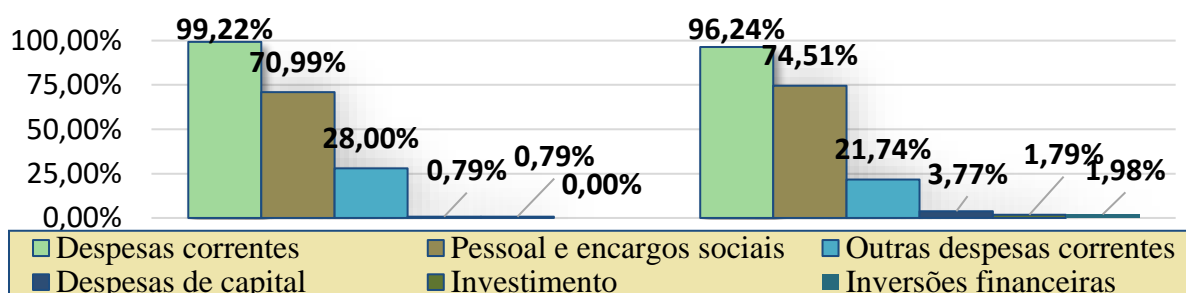
A despesa orçamentária realizada foi no valor total de R\$ 355.903.000,00, sendo a participação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais correspondente a 74,51%; Outras Despesas Correntes participam com 21,74%; Investimentos com 1,79%; e as Inversões Financeiras com a participação de 1,98%, conforme quadro a seguir.

Despesa	Exercício Financeiro - 2021						
	Inicial (*) (A)	Part. Rel. (**)	Atualizada (*) (B)	Part. Rel. (**)	Δ (**) (B/A)	Realizada (*)	Part. Rel. (**)
3. Despesas correntes	342.223	99,22	347.513	95,18	1,55	342.508	96,24
Pessoal e encargos sociais	244.839	70,99	257.352	70,48	5,11	265.163	74,51
Outras despesas correntes	97.384	28,00	90.160	24,70	7,41	77.345	21,74
4. Despesas de capital	2.697	0,79	17.626	4,83	553,54	13.395	3,77
Investimento	2.697	0,79	11.079	3,04	310,79	6.356	1,79
Inversões financeiras	-	-	6.547	1,80	-	7.039	1,98
Total	344.920	100,00	365.139	100,00		355.903	100,00

(*) Os valores da coluna devem ser multiplicados por R\$ 1.000.

(**) Os valores da coluna estão em porcentagem.

Participação da despesa por categoria econômica



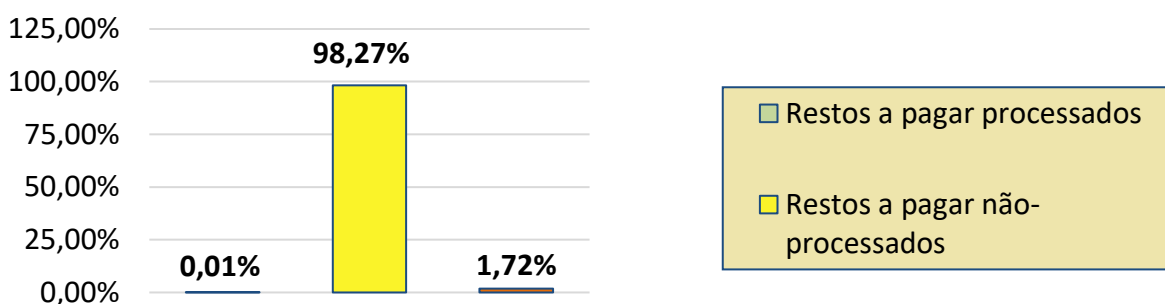
Restos a pagar

A anualidade orçamentária é um princípio constitucional que vem sendo flexibilizado por normas secundárias que ficam abaixo da Constituição. Assim, os Restos a Pagar flexibiliza a rigidez do princípio ao permitirem a Execução do Orçamento em outros exercícios, caracterizando-se um modelo de plurianualidade. A inscrição de Restos a Pagar deverá ser compatível com a disponibilidade financeira para o ano subsequente.

O relatório de Restos a Pagar informa que foram inscritos em Restos a Pagar Processados o percentual de 0,01%, Restos a Pagar não Processados 98,27% e Restos a Pagar Reinscritos de exercício anteriores 1,72%, conforme quadro demonstrativo a seguir Comprovando, portanto, que a ALERN teve disponibilidade financeira para honrar as despesas inscritas em Restos a Pagar, de acordo com dados contábeis registrados no Balanço 2021.

Restos a Pagar Processados 2021	R\$ 2.042,00
Restos a Pagar Não Processados 2021	R\$ 25.789.666,33
Restos a Pagar Reinscritos (exercícios anteriores)	R\$ 451.641,05
Total Restos a Pagar 2021	R\$ 26.243.709,22

Restos a Pagar 2021



Balanço Patrimonial

O Ativo Circulante versus o Passivo Circulante, apurado no Balanço Patrimonial do exercício 2021, contabilizam uma redução no que se refere à disponibilidade de caixa, comparado ao exercício de 2020. O Ativo Circulante, em 2021, reduziu 24,68% em relação ao exercício anterior, atingindo o montante de R\$ 43.818.000,00.

O Passivo Circulante registrou uma redução de 74,14% em 2020-2021, contabilizando um valor nominal de R\$ 1.012.000,00. O Balanço Patrimonial, portanto, apresenta um indicador positivo na apuração do equilíbrio das contas da ALERN, como pode ser verificado no quadro a seguir.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Ativo	2020	2019	2018
Ativo circulante	58.179	39.491	37.981
Caixa e equivalente de caixa	58.171	39.481	37.973
Demais créditos e valores a curto prazo	8	10	8

Ativo	2020	2019	2018
Ativo não circulante	25.283	24.413	22.911
Imobilizado	25.283	24.413	22.911
Bens móveis	23.802	23.173	21.671
Bens móveis	1.481	1.240	1.240

Total do ativo	83.463	63.904	60.892
-----------------------	---------------	---------------	---------------

Passivo	2020	2019	2018
Passivo circulante	3.914	3.873	1.755
Trabalhistas, previdenciária e assistencial a ser pago a curto prazo	2.134	2.113	0
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	0	28	R\$ 55
Demais obrigações a curto prazo	1.780	1.732	1.700

Total do passivo	3.914	3.873	3.873
-------------------------	--------------	--------------	--------------

Patrimônio Líquido	2020	2019	2018
Resultados acumulados	79.549	60.030	59.137
Resultados do exercício	19.519	893	12.257
Resultado de exercícios anteriores	60.030	59.137	44.880

Total do Patrimônio Líquido	79.549	60.030	59.137
------------------------------------	---------------	---------------	---------------



Balanço Financeiro

São consideradas as Receita e as Despesas Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extraorçamentária, bem como os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, os quais se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro da ALERN contabiliza um acréscimo nos ingressos realizados no exercício financeiro de 2021, comparado ao exercício de 2020, no percentual de 10,09%, deduzido o valor do Caixa e Equivalentes de Caixa, do saldo anterior e, em relação aos dispêndios do mesmo período, 19,68%, excluído também o valor do saldo para o exercício seguinte.

Indicativo de economia: crescimento dos dispêndios maior do que os ingressos ocorridos no mesmo período, no percentual de 3,49%.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Especificação	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Ingressos	389.075.000,00	428.338.000,00
Receita Orçamentária	8.080.000,00	3.719.000,00
Ordinária	7.886.000,00	3.402.000,00
Vinculada	194.000,00	317.000,00
Outras destinações	194.000,00	317.000,00
Transferência financeira recebida	320.504.000,00	339.368.000,00
Resultante da execução orçamentária	320.504.000,00	339.368.000,00
Recebimentos extraorçamentários	60.491.000,00	85.251.000,00
Inscrição de restos a pagar não processados	4.881.000,00	25.790.000,00
Inscrição de restos a pagar processados	2.134.000,00	2.402,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados	53.476.000,00	59.456.000,00
Outros recebimentos	0	3.000,00
Saldo do exercício anterior	39.480.000,00	58.172.000,00
Caixa e equivalente de caixa	39.480.000,00	58.172.000,00
Total (Ingressos + Saldo do exercício anterior)	428.555.000,00	486.510.000,00

Especificação	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Dispêndios	370.383.000,00	443.302.000,00
Despesa Orçamentária	310.605.000,00	355.903.000,00
Ordinária	310.285.000,00	342.467.000,00
Vinculada	320.000,00	13.436.000,00
Outras destinações	320.000,00	13.436.000,00
Transferência financeira concedida	2.040.000,00	22.000.000,00
Resultante da execução orçamentária	2.040.000,00	22.000.000,00
Pagamentos extraorçamentários	57.738.000,00	65.399.000,00
Pagamento de restos a pagar não processados	2.169.000,00	3.037.000,00
Pagamento de restos a pagar processados	2.142.000,00	2.134.000,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados	53.427.000,00	60.228.000,00
Outros pagamentos extraorçamentários	0	0
Saldo para o exercício seguinte	58.172.000,00	43.207.000,00
Caixa e equivalente de caixa	58.172.000,00	43.207.000,00
Total (Dispêndios + Saldo para o exercício seguinte)	428.555.000,00	486.510.000,00





Relacionamento com a Sociedade

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte apresenta como finalidade principal o exercício das atividades legiferante e fiscalizatória. Atuando nesse sentido, a Casa Legislativa transforma as demandas da população norte-rio-grandense em normativos e exerce um controle legal perante a Administração Pública.

A Instituição tem estreitado o seu relacionamento com a sociedade potiguar à medida em que tem aumentado o entendimento de que o Poder Público tem um compromisso amplo e ilimitado com o povo.

Diante disso, a ALERN executa programas, projetos e ações, em diferentes áreas, dedicados a proporcionar benefícios para a sociedade. Isso ocorre por meio de atividades nas áreas de educação, justiça, saúde e bem-estar. Também são realizadas atividades socioculturais, esportivas e recreativas, bem como a promoção do acesso ao acervo documental que mantém viva a memória institucional e legislativa potiguar.

Essas iniciativas da Casa Legislativa resultaram na aproximação desta com a sociedade. Contudo, nesse cenário, a pandemia da Covid-19 apresentou-se com uma barreira. Algumas atividades não puderam ser realizadas frente as medidas de prevenção imprescindíveis que foram adotadas.

A seguir, apresenta-se o conjunto de atividades desenvolvidas pela Instituição.

Incentivando a educação e transmitindo conhecimento

A Escola da Assembleia, além das atividades de capacitação e qualificação dos servidores, apresentadas na seção “Gestão de Capacitações e Qualificações” deste capítulo, desenvolve também projetos e ações que beneficiam a sociedade.

Incentivando a educação dos jovens, a unidade realiza concursos de redação nas Escolas Públicas do RN. Com o advento da pandemia, não foi possível a realização dessa ação em 2021. Não obstante, a Presidência da Casa entregou a Premiação do concurso de Redação da Caminhada Histórica 2020.



Apesar da reconfiguração da oferta de serviços educacionais, os projetos desenvolvidos pela Escola da Assembleia – “Conexão ENEM”, “Conexão Cidadã” e “Conexão Parlamento” – deram continuidade.

No projeto “Conexão ENEM”, houve a realização de aulas presenciais em cinco municípios, quais sejam: Patu, Olho D’Água dos Borges, Campo Grande, Baraúna e Dr. Severiano Dantas, beneficiando 335 estudantes.

O projeto “Conexão Cidadã” não promoveu ações presenciais nas escolas estaduais do RN, visto que as aulas presenciais estavam suspensas, mas permaneceu em contato com as equipes gestoras das duas escolas já atendidas (Centro Estadual de Educação Profissional Lourdinha Guerra e Escola Estadual Dom Nivaldo Monte), bem como com as instituições parceiras (Polícia Militar, Tribunal Regional Eleitoral, Corpo de Bombeiros, Ordem dos Advogados, Defensoria Pública, Justiça Federal, etc), a fim de garantir a continuidade e o planejamento das atividades para 2022.

O Projeto “Conexão Parlamento”, em parceria com a FECAM (Federação das Câmaras Municipais), realizou ações educacionais nas seguintes cidades: Baraúna, Santa Cruz, Cruzeta, Campo Grande, São José do Mipibu, São Miguel, Rafael Fernandes, Currais Novos, Santana do Seridó, Ipanguaçu, Parnamirim, São Bento do Traíri, Equador, São Tomé, Jandaíra, Patu, Encanto, Coronel João Pessoa, Macaíba, Lajes Pintada, Barcelona, Baía Formosa, Touros, Mossoró(online), Apodi, Acari, Jardim do Seridó, São Tomé, Olho D’Água dos Borges, Governador Dix-Sept-Rosado e Santo Antônio, beneficiando 1.164 pessoas em mais de 30 municípios atendidos.

O projeto “Conexão Parlamento”, realizou duas edições da “Jornada Potiguar de Educação Parlamentar”, nas cidades de Guamaré e Currais Novos. Em Guamaré, registrou-se a participação de 155 pessoas, dentre elas, agentes políticos, assessores políticos, servidores públicos e munícipes. Já a segunda edição, em Currais Novos, contabilizou-se 56 participantes, mantendo a mesma diversidade de público.

Promovendo a realização de atividades culturais e socioculturais

A Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais é uma unidade subordinada à Diretoria de Políticas Complementares que, por sua vez, executa ações itinerantes e tem interação direta com a população. Essas atividades envolvem o planejamento, a estruturação, coordenação, execução e avaliação de projetos e atividades que preveem ações de saúde, apoio psicossocial, lazer, educação, esporte e cultura.

É válido salientar que suas atribuições vão além das supracitadas e inclui, por exemplo, as visitas técnicas às escolas públicas que permitem um efetivo diagnóstico social do local e a elaboração de um projeto adequado para a realização de atividades, criação de cartilhas educativas, além de viabilizar o estabelecimento de parcerias com as demais instituições públicas.

As ações itinerantes e de cunho social da ALERN recebe o nome de “Assembleia e Você”.

Em 2020, os eventos do “Assembleia e Você” foram suspensos oficialmente em decorrência da pandemia do Coronavírus. O retorno seguro das ações só foi autorizado por meio do Ato da Mesa n.o 2403/2021, nas cidades de Apodi e Parelhas. Os eventos ocorreram nas respectivas datas: 18 e 19 de novembro e 2, 3 e 4 de dezembro de 2021, com mais de 13.000 atendimentos.

A realização eficiente das ações exigiu um planejamento que foi iniciado a partir da visita técnica aos municípios beneficiados pelo projeto, com o intuito de diagnosticar as necessidades da população e definir os serviços oferecidos nas áreas da educação, saúde e assistência social, juntamente com o Prefeito do município e demais gestores. Por fim, foram firmadas as parcerias entre as prefeituras e a ALERN, estabelecendo as atribuições de cada um.

Após a visita técnica, a Divisão iniciou o processo de:

- solicitar e acompanhar documentos burocráticos referentes à liberação do evento e à vistoria da estrutura junto ao Corpo de Bombeiros;
- providenciar toda a estrutura necessária para a plena realização do evento, incluindo geradores, banheiros químicos, tendas, estandes e afins;
- contatar os órgãos parceiros e os colaboradores eventuais responsáveis pela execução dos serviços/atividades;
- planejar atividades das áreas de educação e assistência social;
- providenciar o ônibus para transportar os colaboradores/colaboradoras e servidores/servidoras que iriam atuar no evento, como também o caminhão para conduzir o material que seria utilizado por todos os setores do evento.

As ações do Programa Assembleia e Você conta com a parceria das instituições - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP) e o Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão (CODACI).

É público e notório a contribuição que a ALERN promove nos municípios que recebem as ações do programa “Assembleia e Você”. Outrossim, o município tem acesso a serviços gratuitos, de qualidade e indispensáveis para o exercício pleno da cidadania.

Defendendo o direito dos cidadãos

A Divisão de Defesa dos Direitos do Cidadão, ao atuar na assistência jurídica gratuita da população de baixa renda nas áreas de Direito das Famílias e Sucessões, Registro Público e Cível Especializada (interdição e adoção), além de prestar consultoria jurídica no tocante à defesa da mulher, tem como objetivo principal a resolução de conflitos familiares em geral, todos amparados por leis específicas, destinados ao público-alvo que necessite de orientações e acompanhamento jurídico nas referidas áreas.

ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

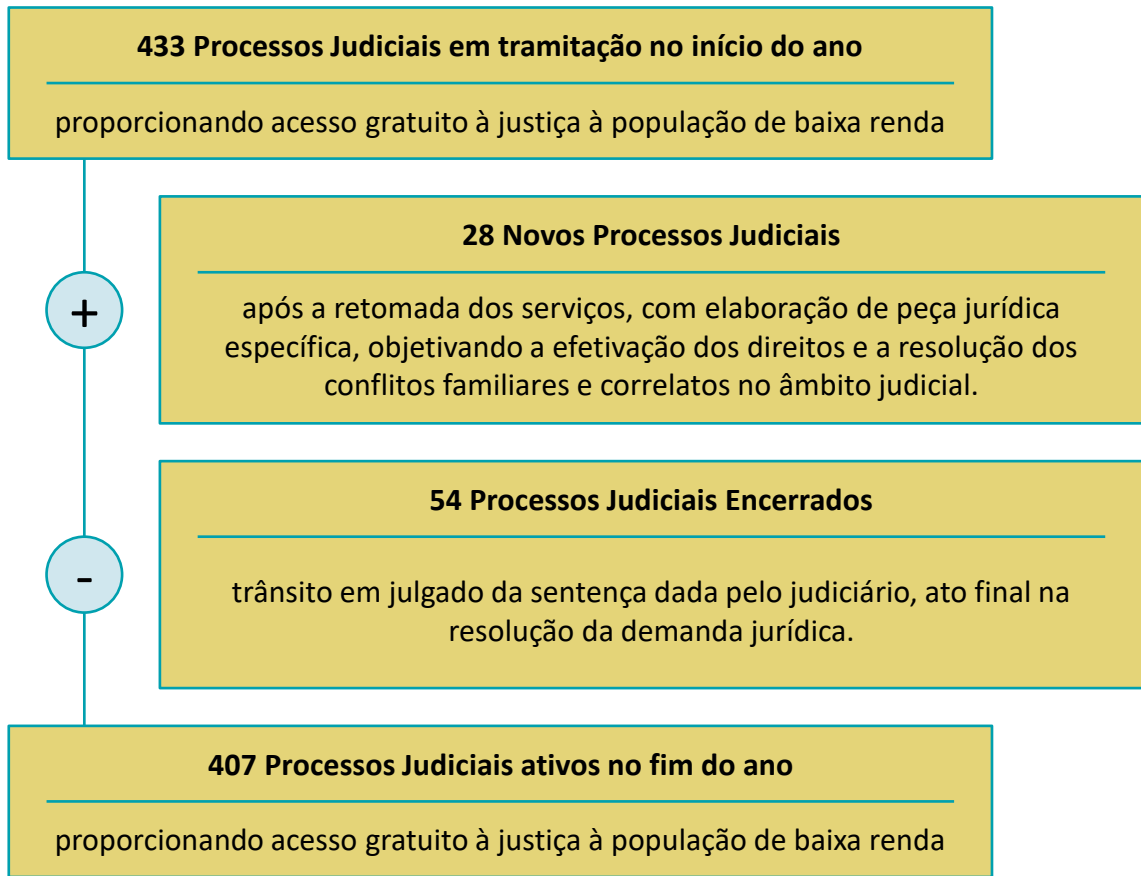
Os serviços prestados por esta divisão são de extrema importância para a sociedade como um todo, haja vista que proporcionam assistência jurídica gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, atenuando a imensa demanda nos conflitos de família e correlatos, garantindo também apoio psicológico como princípio da dignidade da pessoa humana e mecanismo de manutenção e proteção à família, bem como a integridade dos direitos de personalidade dos membros do grupo familiar.

Devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, no ano 2021, a Divisão ficou impossibilitada de desenvolver atendimentos presenciais para novos clientes e de ajuizar novas ações. No entanto, manteve seus serviços, na forma remota, em que foram tramitados 407 processos judiciais, com o cumprimento das diligências processuais e com a realização das audiências, tudo em conformidade com o posicionamento adotado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

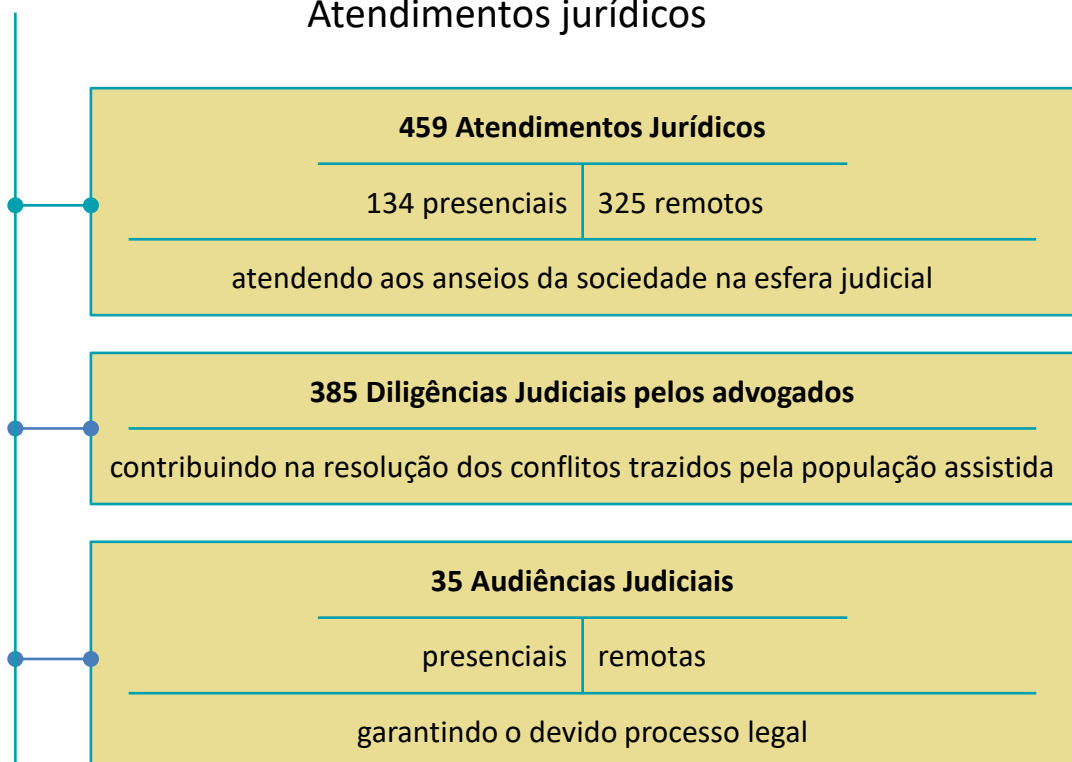
A seguir, são apresentadas informações quantitativas sobre a atuação desta Divisão durante o ano de 2021.



Processos Judiciais no ano de 2021



Atendimentos jurídicos



Protegendo o direito dos consumidores

O PROCON ASSEMBLEIA, integra a Diretoria de Políticas Complementares da ALERN, com atribuições e competências disciplinadas pela Resolução nº 13/2019 e as previstas na Lei n.º 6.972, de 9 de janeiro de 1997. Essa unidade integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a que se refere o art. 105 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990, e o Decreto Federal n.º 2.181, de 1997, bem como o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor nos termos da Lei Estadual n.º 6.972, de 1997, funcionando no mesmo horário de funcionamento da Assembleia Legislativa.

O PROCON ASSEMBLEIA conta com a cooperação de outros órgãos da Administração Pública, como PROCONs municipais, Câmara de Dirigentes Lojistas, entre outros, assim como do Poder Judiciário, por meio do Programa Justiça na Praça.

Dentre suas atribuições, o PROCON ASSEMBLEIA objetiva-se, principalmente, a proteção, a defesa e a orientação do consumidor, divulgando seus direitos e promovendo a educação para o consumo no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com a legislação referente às relações de consumo, respeitando os preceitos cristalizados no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como as legislações a ela correlatas.

Tendo em vista o enfrentamento da pandemia do Covid-19, houve a impossibilidade do atendimento presencial entre os meses de janeiro a outubro de 2021, prezando pelo bem-estar sanitário da população e dos servidores da casa, o PROCON/ALERN buscou se adequar quanto aos atendimentos, passando a realizá-los por meio do telefone da divisão, (84) 3615-9000, bem como por meio do atendimento por “WhatsApp”, no número (84) 98849-1187, obtendo, em média, mais de 180 atendimentos e orientações à população, com intuito de solucionar os problemas que foram trazidos. Isso trouxe grande satisfação, tendo em vista que, mesmo o atendimento presencial suspenso, o PROCON/ALERN não deixou de exercer sua função, ou seja, dar suporte e informação à população em relação ao Direito do Consumidor.

Ao passo que o cenário pandêmico passou a melhorar, houve a volta gradativa dos atendimentos presenciais, em que os consumidores novamente buscaram a Divisão para que seus direitos fossem resguardados, conforme disciplina a legislação correlata aos direitos dos consumidores, sendo atendido durante esses dois meses de retorno presencial. Em novembro e dezembro, foram realizados, aproximadamente, 42 atendimentos presenciais; e 88, por meio de ligações e mensagens de “WhatsApp”, resultando em dez processos administrativos abertos, e realizadas cinco audiências de conciliação, das quais duas foram resolvidas com acordo entre as partes.

Destaca-se que o PROCON/ALERN participou das Ações do “Assembleia e Você”, realizadas nas cidades de Apodi e Parelhas, nas quais foram atendidas mais de 60 pessoas em cada uma. Além disso, foi realizado trabalho de orientação com toda população presente aos eventos, por meio de entrega de panfletos, pôlderes e explanações.

Preservando e disseminando a história da Cultura e do Legislativo Potiguar

O Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar é responsável pelo planejamento das ações referentes à memória legislativa desta Casa. Para isso, propõe a efetivação de acordos de cooperação técnica, de parcerias e de convênios em sua área de atuação – pesquisa histórica, acervo museológico, documentos, entre outros – com destaque na recuperação de elementos e dados que facilitaram o resgate da história de mais de 700 parlamentares que passaram pela ALERN.

Contudo, a pandemia frustrou a realização das principais atividades do Memorial, quais sejam: promover encontros, cursos, concursos, conferências, exposições com vistas à ampliação e à difusão do conhecimento sobre pessoas e fatos relevantes para a Casa. A exemplo de outras unidades da ALERN que se relacionam com a sociedade e com as instituições parceiras, a unidade permaneceu fechada para visitas de estabelecimentos do ensino médio e/ou universitário no ano de 2021.

Em parceria com a Diretoria de Gestão Tecnológica, foi construído um novo site para a Unidade. Essa iniciativa possibilitou à população o acesso virtual aos acervos culturais e históricos dos quase 200 anos de funcionamento da ALERN. A parceria resultou ainda na elaboração de uma revista em quadrinhos, distribuída à sociedade e aos visitantes em geral para disseminar as ações do Memorial.

O Memorial Legislativo expos os acervos da Casa à população dos municípios de Apodi e Parelhas, nas ações do programa “Assembleia e Você”. Destaca-se, nesse contexto, mais de 200 atendimentos nesses municípios tiveram acesso ao conhecimento da memória legislativa potiguar.

Foi editado também o livro “História Legislativa dos Municípios do Rio Grande do Norte”. O texto produzido pela unidade, com descrição dos processos legislativos que deram origem aos 167 municípios do Rio Grande do Norte, apresenta fatos e a história legislativa dos municípios potiguares – como nasceram as vilas, os distritos e municípios sob o aspecto legal (Alvará ou Carta Régia, Decreto-Lei, Lei sancionada ou promulgada). A publicação objetiva resgatar as informações cobradas pelos próprios entes municipais.

Iniciou-se também a reedição de livros raros no formato fac-símile. Com tiragem de 1.000 exemplares, foi reeditado o livro “Uma História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte”, de Câmara Cascudo, obra fundamental e bastante requisitada por bibliotecas públicas. A unidade sugeriu a reedição, em fac-símile, de outras obras esgotadas de personalidades.

Cuidando da saúde

A Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar realizou diversas ações no sentido de proporcionar saúde e bem estar para a sociedade. Uma dessas atividades aconteceu nas edições da “Festa do Boi”, evento que a ALERN fez-se presente.

No evento, realizado em novembro, no município de Parnamirim, a Divisão proporcionou serviços de educação em saúde com entrega de panfletos educativos e preservativos e a aferição de pressão arterial. Em parceria com o Grupo Reviver, a Assembleia Potiguar disponibilizou gratuitamente 580 exames para o público feminino do RN a realização de mamografias com o objetivo de rastrear e diagnosticar o câncer de mama. Essa é uma ação que já vem sendo promovida há algum tempo e, em 2021, iniciou-se em novembro na “Festa do Boi”. Posteriormente, ficou instalada na frente do Palácio José Augusto, onde foram realizadas 162 mamografias, e também foi disponibilizada nas edições do “Assembleia e Você”, realizadas em novembro e dezembro de 2021.

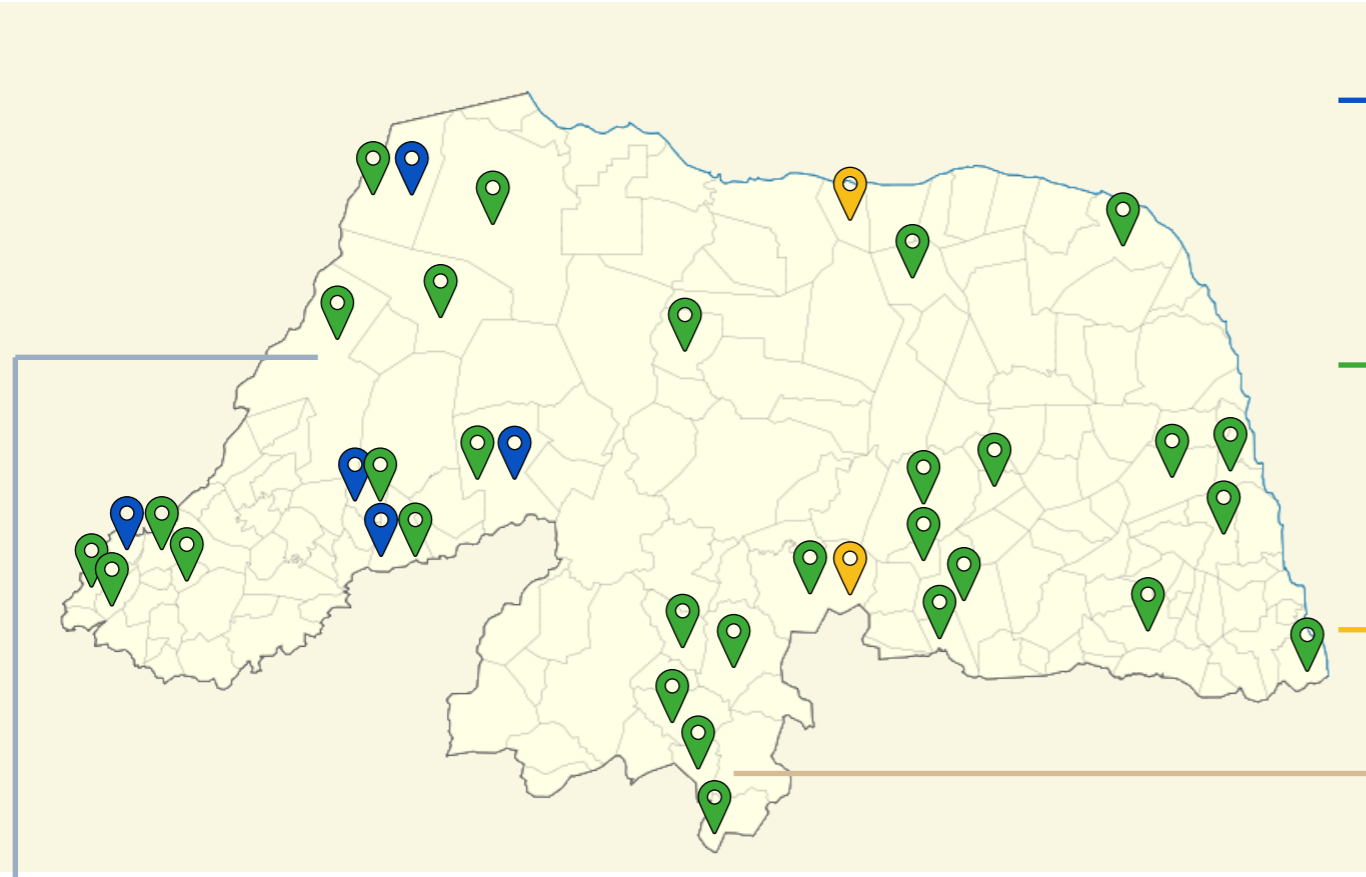
O **“Assembleia e Você”** é um programa da ALERN vinculado à Diretoria de Políticas Complementares, que tem por objetivo ofertar, gratuitamente, diversos serviços para a sociedade do Rio Grande do Norte. O projeto atua, especialmente, no interior do Estado e apresenta-se como um dos principais meios de relacionamento com a sociedade. Em 2021, esse projeto ocorreu nas cidades de Apodi, nos dias 18 e 19 de novembro, e em Parelhas, no período de 2 a 4 de dezembro e contabilizou mais de 1.800 atendimentos nas diversas especialidades médicas nos respectivos municípios.

Nas edições, a Divisão de Saúde e Bem-Estar atua realizando atendimentos na área da saúde, sendo disponibilizados serviços de assistência em saúde, nas mais diferentes especialidades, para dar respostas às demandas apresentadas pela população norte-rio-grandense, de forma acolhedora e prática. No geral, são atendimentos aguardados há bastante tempo, mas que, por inúmeros motivos, a população não conseguia acesso.

Relacionamento da ALERN com a sociedade

RIO GRANDE DO NORTE

PROJETOS DA ESCOLA DA ASSEMBLEIA

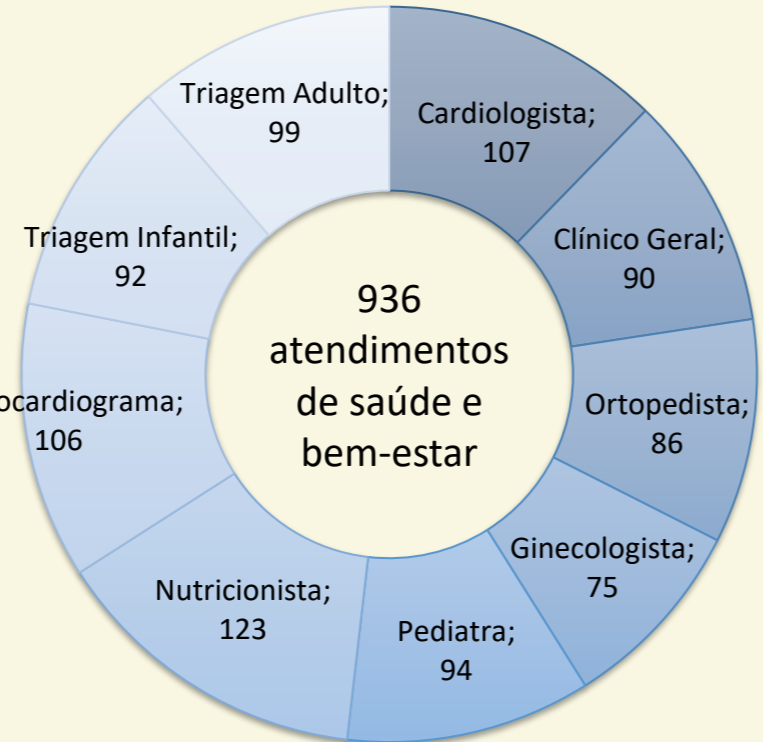


Projetos	Municípios atendidos
<p>“Conexão ENEM” 5 municípios</p>	<p>Patu, Olho D’Água dos Borges, Campo Grande, Baraúna e Dr. Severiano Dantas.</p>
<p>“Conexão Parlamento” 31 municípios 1.164 pessoas</p>	<p>Baraúna, Santa Cruz, Cruzeta, Campo Grande, São José do Mipibu, São Miguel, Rafael Fernandes, Currais Novos, Santana do Seridó, Ipanguaçu, Parnamirim, São Bento do Traíri, Equador, São Tomé, Jandaíra, Patu, Encanto, Coronel João Pessoa, Macaíba, Lajes Pintada, Barcelona, Baía Formosa, Touros, Mossoró (online), Apodi, Acari, Jardim do Seridó, Olho D’Água dos Borges, Governador Dix-Sept-Rosado e Santo Antônio.</p>
<p>“Jornada Potiguar de Educação Parlamentar” 211 pessoas</p>	<p>Currais Novos e Guamaré.</p>

ações do ASSEMBLEIA E VOCÊ

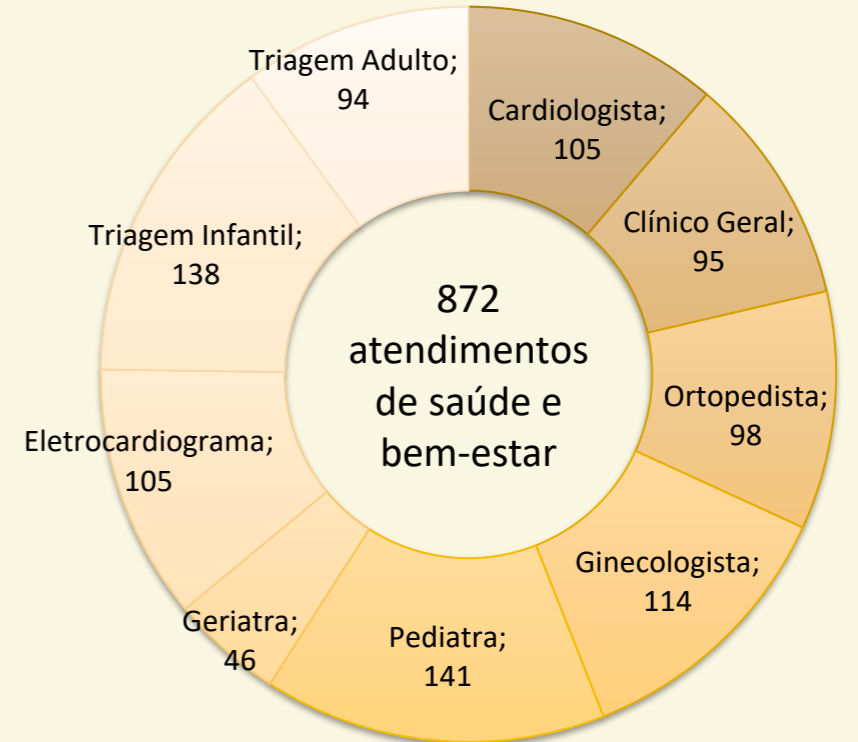
Apodi

- 5.404 passaram pela edição do “Assembleia e Você” em Apodi;
- 61 pessoas atendidas pelo PROCON Assembleia;
- 106 pessoas atendidas pelo Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar;
- 131 exames de mamografia realizados;
- 714 emissões de documentos de Registro Geral.



Parelhas

- 8.526 passaram pela edição do “Assembleia e Você” em Parelhas;
- 40 pessoas atendidas pelo PROCON Assembleia;
- 152 pessoas atendidas pelo Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar;
- 159 exames de mamografia realizados;
- 751 emissões de documentos de Registro Geral.



Cantando e encantando a sociedade

O Coral da Assembleia, instituído no ano de 2005, tem como objetivo utilizar a cultura, na forma de canto coral, como referencial para a construção da identidade cultural do servidor público, aumentando sua qualidade de vida, e refletindo positivamente no âmbito pessoal e profissional.

Contando atualmente com 22 coralistas, divididos em naipes de sopranos (10 componentes), contraltos (7 componentes), e homens (5 componentes), o grupo tem em seu regente o responsável por toda a parte musical do grupo, como escolha do repertório, produção de arranjos vocais, preparação vocal, produção do material utilizado durante os ensaios, que são as partituras, letras e áudios do repertório em arquivo mp3, assim como pela comunicação do grupo. Além disso, duas coralistas são responsáveis pela parte administrativa do grupo, que engloba a produção de memorando e ofícios, organização do fardamento, solicitação e viabilidade dos espaços para ensaios e apresentações, elas também dão suporte na comunicação do grupo.

O Coral Legislativo realiza apresentações na Casa Legislativa, em eventos como ato ecumênicos, sessões solenes, audiências públicas, e também fora da ALERN, como Festival de Coros, Congressos, Seminários e outros, interpretando em suas apresentações um repertório variado, com músicas sacras, populares e folclóricas, com ênfase em músicas de cantores e compositores potiguaras, buscando, com isso, divulgar e exaltar a rica cultura musical do Estado.

Devido à pandemia, as atividades presenciais na ALERN foram suspensas, incluindo as realizadas pelo Coral. Diante do obstáculo, os ensaios passaram a ser realizados on-line, por plataforma de videoconferência, e totalizaram 20 durante todo o ano. Contudo, o avanço das campanhas de vacinação preventiva à Covid-19 possibilitou a realização de 14 ensaios presenciais. A manutenção dos ensaios, durante todo o ano, proporcionou os benefícios de saúde física e mental por meio da atividade cultural, elevando a autoestima do servidor, refletindo positivamente no seu ambiente de trabalho, e beneficiando, de forma geral, a Instituição.

Os ensaios – on-line ou presencial – mantiveram os componentes do Coral em contato social e musical, realizando todo o processo de ensaio: inicialmente, com o relaxamento corporal; depois, com o aquecimento vocal e vocalizes; e, por fim, com o preparo do corpo para o ensaio musical.

No final do ano de 2021, o Coral realizou apresentação no Plenário Cortez Pereira, em ato ecumênico de encerramento das atividades legislativas.



Sustentabilidade Ambiental

As atividades desenvolvidas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no sentido de encontrar o equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais e atender às necessidades da Casa Legislativa, estão sendo intensificadas com o passar do tempo e fomentam a cultura de atenção permanente com o meio-ambiente.

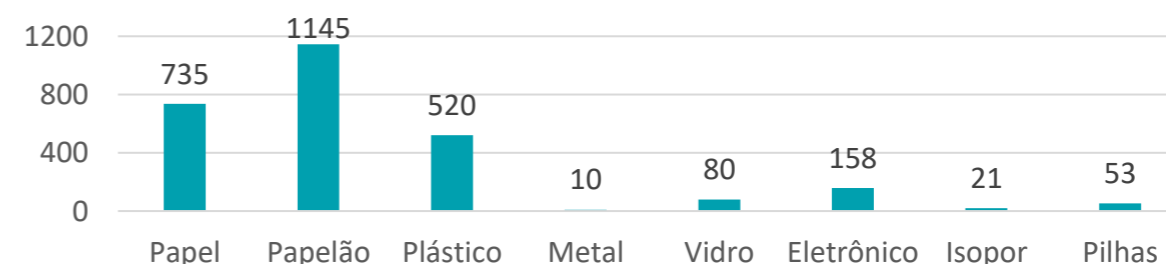
Na Instituição, a Comissão de Coleta Seletiva Solidária (CCSS) desempenha papel destacável, apresentando aos gestores da ALERN a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores, de materiais recicláveis, na medida em que cumpre o disposto no § 3º, do art. 5º, da Lei Estadual 10.077, de 13 de julho de 2016.

Contudo, as atividades realizadas por essa Comissão vão além da obrigação normativa estadual. Ela é responsável pelo planejamento, implantação e supervisão do Programa Coleta Seletiva Solidária no âmbito da Casa, objetivando a construção de uma cultura institucional para um novo modelo de gestão orientado para a sustentabilidade.

Nesse sentido, há um trabalho permanente de educação ambiental dentro da instituição, pois um dos pré-requisitos para o sucesso do programa é a adequada segregação dos resíduos na fonte e posterior disponibilização para coleta seletiva, sendo o servidor o agente principal nesse ciclo de ações, com responsabilidades desde o momento do consumo até o descarte dos resíduos gerados.

No ano de 2021, a CCSS realizou diversas visitas aos Gabinetes Parlamentares e setores administrativos da Instituição para orientar os servidores quanto ao correto descarte, separação dos materiais recicláveis gerados no local de trabalho, sobre coleta seletiva e seus benefícios sociais e ambientais.

Depois que os materiais recicláveis são descartados pelos servidores da forma adequada, eles são armazenados e doados à cooperativa parceira. As coletas foram realizadas quinzenalmente ou mensalmente durante todo o ano 2021 pela cooperativa. Os materiais recicláveis (papel, papelão, plástico, vidro, isopor, metais em geral e eletrônicos) gerados e separados nas dependências da sede e anexos da ALERN, durante todo o ano de 2021, somaram um total de 2.722 Kg, conforme gráfico a seguir.



Esses materiais recicláveis foram vendidos pela cooperativa às empresas para reaproveitamento da matéria prima e retorno ao ciclo produtivo. A renda advinda foi rateada entre os cooperados, sendo assim efetivamente alcançados os objetivos socioambientais do projeto.

No tocante à destinação dos resíduos perigosos gerados, a Comissão trabalhou em duas frentes estratégicas:

- disponibilização de coletores para pilhas e baterias utilizadas pela Casa em equipamento eletrônicos, como relógios de parede, controles remotos de condicionadores de ar e de portões, flashes de máquinas fotográficas, microfones, computadores. Dados obtidos pelo sistema do almoxarifado apontam a utilização de 1.048 entre pilhas e baterias no ano de 2021, as quais foram descartadas nos diversos coletores da instituição. Também funciona como ponto de descarte para os servidores/servidoras;
- contratação de empresa especializada em coleta e destinação ambientalmente adequada das lâmpadas fluorescentes compactas e tubulares, de luz mista, a vapor de mercúrio e vapor de sódio usadas na ALERN. Neste intento, o contrato celebrado entre a Casa Legislativa e a empresa coletora das lâmpadas tem como finalidade a preservação do meio ambiente, tendo em vista que as lâmpadas são classificadas como resíduos perigosos, assim como as pilhas e baterias aqui mencionadas também.

Essas ações atendem ao sistema de logística reversa, forte instrumento de implementação do princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (Lei Federal n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos) e reafirmam o compromisso da Casa com a responsabilidade ambiental e com o ciclo de vida dos produtos perigosos.

A CCSS também confeccionou e disponibilizou coletores para depósito e reutilização de papéis nos setores administrativos e legislativos. A iniciativa veio ao encontro de políticas que visam promover o melhor uso dos recursos naturais na administração pública e a redução dos resíduos gerados. A medida objetiva conscientizar os servidores e estimular a reutilização de folhas de papel A4, que foram usadas no próprio setor e que ainda podem ser empregadas em outras tarefas. Assim, a ALERN deu continuidade aos trabalhos que os novos tempos exigem, assumindo o seu papel de fomentar a redução de resíduos sólidos gerados, do desperdício de materiais, da poluição e dos danos ambientais.

A CCSS ainda participou das edições do “Assembleia e Você”, realizadas no município de Apodi/RN e Parelhas/RN. As servidoras da Casa coordenaram uma oficina de desenho com a temática “Proteção do meio ambiente”. Na oficina, crianças e adolescentes da rede pública de ensino receberam orientações sobre a importância do cuidado com o meio ambiente e puderam expressar o que aprenderam por meio da arte em desenhos. No final, os alunos/alunas receberam cartilhas com 10 orientações sobre como podem adquirir hábitos mais saudáveis relacionados à proteção do meio ambiente, da água, da energia, como também redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

Comissão Especial para Elaboração do Relatório de Gestão 2021:

Leonardo dos Santos Araujo (Presidente), Delkislne Alves Cavalcante, Gustavo Pinheiro Torquato, Iana Gusmão Ferraz de Araújo, Kássia Kamila de Moura, Lucianna Medeiros e Silva Lourenço, Matheus Fernandes de Paiva Pereira e Suzana Augusta Figueiredo Lucena Moreira

Projeto Gráfico, Diagramação e Artes:

Gustavo Pinheiro Torquato, Iana Gusmão Ferraz de Araújo, Leonardo dos Santos Araujo e Lucianna Medeiros e Silva Lourenço

Revisão do Conteúdo:

Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva

Contexto Organizacional

Visão Geral da Instituição

Maria Dulcinéa Limeira Brandão, Gustavo de Lima Brito, Leonardo dos Santos Araujo e Luciana Targino de Almeida Cardoso

Planejamento Estratégico 2020-2023 – Monitoramento da Estratégia 2021

Luciana Targino de Almeida Cardoso e Renata de Sousa Campos Gadelha

Resultados da Gestão

Destaques de Gestão

Conteúdo: Leonardo dos Santos Araujo e Lucianna Medeiros e Silva Lourenço

Fotos: Eduardo Maia e João Gilberto

Presidência

Fernando Dantas de Rezende Filho, Bianca de Souza Saldanha, João Maria de Lima, Ana Cristina de Faria Maia, Francisco Dehon de Lima, Kássia Kamilla de Moura, Marília Araújo Rocha, Alexandre Ferreira Mulatinho, Francisco Canindé Claudino, Matheus Fernandes de Paiva Pereira, Rodrigo Rafael de Souza, Alexandre Filgueira Sousa e Silva, Isabella Moura Bezerra, Agnaldo Pires Filho, Marcos Alexandre de Araújo Tavares, Juliana de Assis França Marinho, Andira Costa de Souza Martins, Suzan Bezerra Dantas Montenegro, Diego Mello, Grazianne Ferreira Tavares e Jemima Marinho Vieira Diniz Aladim

Ouvidoria

Josoniel Fonsêca da Silva

Fernanda Moraes Lievore

Controladoria

Sergio Augusto Teixeira de Carvalho

Maria Raquel Brito de Araújo e Nayara Cristina da Costa Ferreira

Procuradoria-Geral

Sérgio Eduardo da Costa Freire

Antônio Carneiro de Souza Júnior, Cesar Augusto da Costa Rocha, Gustavo Alexandre Muniz Costa, Juliana Fagundes de Souza Pinheiro Pereira, Possidônio José Rodrigues dos Santos, Rejane Castro da Silveira Ferreira, Sandra Dias de Carvalho Negócio e Washington Alves de Fontes

Diretoria-Geral

Augusto Carlos Garcia de Viveiros

Iana Gusmão Ferraz de Araújo, Ilany Maciel Morais da Silva, Kecilene Pereira Cortez, Samara Andreia Lima da Costa Mainel e Simone de Araújo Leal.

Diretoria Administrativa e Financeira

Maria Dulcinéa Limeira Brandão

Leonardo dos Santos Araujo, Pedro Barbosa Cascudo Rodrigues, Ana Guiomar Fernandes Lima, Francisco Iago Alves de Souza e Osmir Moura Monte Filho.

Diretoria de Gestão Tecnológica

Mário Sérgio de Oliveira Gurgel

Diretoria de Políticas Complementares

Ricardo Luiz Medeiros da Fonseca

Diretoria Legislativa

Tatiana Mendes Cunha

Samya Aby Faraj Linhares Bastos e Suzana Augusta Figueiredo Lucena Moreira

Áreas Específicas de Gestão**Gestão de Pessoas**

Thyago Cortez do Carmo Carvalho

Raphaele das Dores Silva Brites

Gestão de Capacitações e Qualificações

João Maria de Lima

Ana Cristina de Faria Maia, Francisco Dehon de Lima e Kássia Kamilla de Moura

Gestão de Tecnologia da Informação

Mário Sérgio de Oliveira Gurgel

Gustavo Pinheiro Torquato e Saulo Cantalice Moreira

Gestão de Saúde e Bem-Estar

Geane Augusto de Lima

Josimeire Kalina Peixoto da Silva

Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico

Giuseppe Rosado Diógenes Paiva

Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho, André Luiz Galvão e Silva, Dilvan França de Oliveira e Jair da Silva Alves

Gestão de Compras e Patrimônio

Suely Rodrigues Nóbrega Pimentel

Eduarda China Salustino, Flávio Fernandes do Nascimento, Gilêude Nogueira Peixoto, Thiago Rogério de Melo Jácome e Wanderley Alves de Moura

Gestão de Remuneração de Benefícios

Vinício Almeida de Medeiros

Geiely Rodrigues da Fonsêca e Sidney de Macedo Alves

Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal

Maria Selma Menezes da Costa

Terezinha Germano Oliveira Câmara e Danilo José Silva Gesteira

Relacionamento com a Sociedade

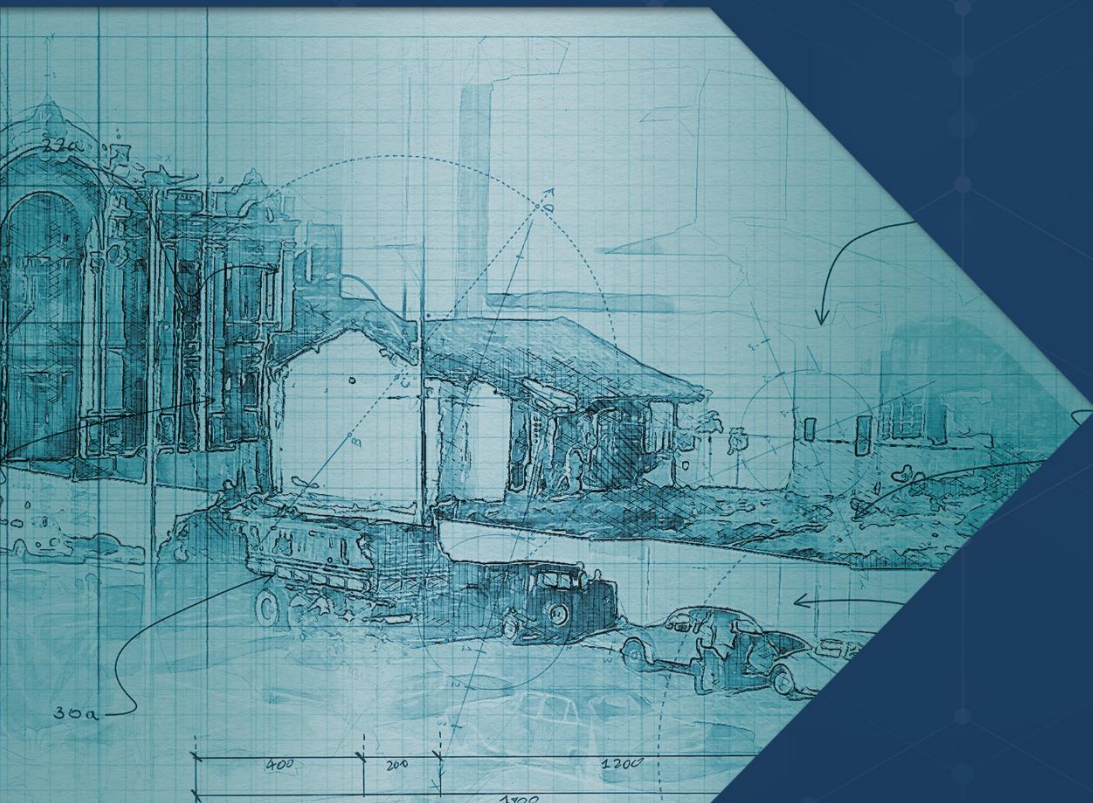
Ricardo Luiz Medeiros da Fonseca

Leopoldo André Medeiros de Azevedo, Lucianna Medeiros e Silva Lourenço, Geane Augusto de Lima, Josimeire Kalina Peixoto da Silva, Alcino Casado Lisboa, Andréa Félix de Lima, Kércia Michelle Tavares Marcolino, Aluisio de Lacerda, Fábio Rhouvan Ferreira Cortez, Bruno Silva Santos, Marcella Simonetti Marinho de Farias, Janinne Angélica Fernandes de Paiva, Raffael Lucena Pires, Karina Silveira Silva e Ana Paula Jácome do Monte

Sustentabilidade Ambiental

Joana D`arc Rodrigues da Silva e Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho





**Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa**

Praça Sete de Setembro, 120, Cidade Alta
CEP: 59025-300 - Natal/RN
🌐 www.al.rn.leg.br

ISBN: 978-65-99300-92-9

